

**COMISSÃO DE INQUÉRITO SOBRE A SITUAÇÃO QUE  
LEVOU À NACIONALIZAÇÃO DO BPN  
E SOBRE A SUPERVISÃO BANCÁRIA INERENTE**

**5 de Março de 2009**

**22.ª Reunião**

Ordem de trabalhos:

Audição do Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto (ex-Administrador do BPN)

## Índice Remissivo

---

### A

A Sr.ª Presidente · 3, 7, 8, 13, 16, 37, 49, 53, 67, 74, 77, 83, 84, 88, 102, 105, 109, 122, 125, 142, 143, 144, 146, 151

Almeida Henriques (PSD) · 85, 96, 97, 98, 99, 101

Dr. Armando Fonseca Pinto (ex-Administrador do BPN) 3, 7, 8, 17, 35, 36, 38, 46, 47, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 83, 88, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 112, 113, 114, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 149

---

### H

Honório Novo (PCP) 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 82

---

### J

João Semedo (BE) 83, 84, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 149, 151

Jorge Seguro Sanches (PS· 102, 103, 104, 105, 106, 107, 110, 112, 113, 114, 116, 117, 119, 120, 121, 122

---

### N

Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP· 8, 16, 17, 35, 36, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Maria de Belém Roseira): — Srs. Deputados, está aberta a reunião.

*Eram 18 horas e 40 minutos.*

Srs. Deputados, temos hoje connosco Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto, a quem, em primeiro lugar, quero agradecer ter-se disponibilizado para vir a esta Comissão de Inquérito.

O Sr. Doutor Armando Fonseca Pinto pediu-me para fazer uma pequena intervenção inicial e eu peço-lhe também que, nos termos habituais, faça uma curtíssima resenha curricular.

Tem a palavra, Sr. Dr. Armando Pinto.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto (ex-Administrador do BPN): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Tenho muito prazer em estar aqui, a convite de VV. Ex.<sup>as</sup>, e espero poder dar um contributo válido para os trabalhos desta Comissão.

Como a Sr.<sup>a</sup> Presidente referiu, gostaria de começar por fazer um breve apontamento para me situar no Grupo BPN e para falar do BPN de que agora ninguém fala. É que o BPN de que se tem falado cá não é o BPN que eu conheci e que a esmagadora maioria dos seus colaboradores conhece.

Sou Director de Assuntos Jurídicos do Banco Português de Negócios há quase 20 anos — se Deus quiser, completarei 20 anos no dia 1 de Junho próximo — e passei episodicamente pela administração a convite do presidente de então.

Entrei para o BPN, no «antes-BPN», quando era apenas uma sociedade de investimento, a Soserfin, e já fui eu que tratei quer da constituição da Soserfin, quer, depois, da constituição do banco, que resultou da fusão com outra sociedade de investimento.

Entretanto, no final de 1997, por via de divergências entre accionistas do então BPN, que era um banco universal como todos os outros mas que assumia deliberadamente uma vertente de banco de investimento, o Dr. Oliveira Costa entrou como presidente, ainda não formalmente, porque assumiu só no início de 1998.

Portanto, no final de 1997, começaram a preparar as coisas, ele trouxe um grupo de pessoas, trouxe a sua equipa de advogados (lembro-me perfeitamente), com impressoras e computadores atrás... Entrou imediatamente um grupo grande de colaboradores. Éramos, na altura, no primitivo BPN, cerca de 40 pessoas e, de repente, no final do ano de 1998, já éramos 300 e tal, de maneira que a cultura que, então, tínhamos já estava perfeitamente diluída no meio da multiplicidade de culturas que, entretanto, se foram juntando, pois chegavam técnicos de várias instituições.

Na altura, houve alguma desconfiança em relação a mim, porque eu era um quadro superior do banco, era Director de Assuntos Jurídicos e, supostamente, teria uma ligação muito próxima ao anterior presidente. E nós sabemos que nas mudanças quem está próximo do anterior tem sempre alguma dificuldade em afirmar-se... No meu caso, demorou cerca de três anos até o Dr. Oliveira Costa perceber que eu era quadro da instituição, que era técnico, enfim, que era uma pessoa empenhada e que cumpria rigorosamente aqueles que eram os meus deveres e (eu diria) para além daquilo que me seria normalmente exigido.

Entretanto, as coisas passavam-se em Lisboa e eu estava no Porto. Devo dizer que sempre estive no Porto, raramente vinha a Lisboa. A sede do Banco é no Porto – aliás, os meus serviços foram os únicos que se mantiveram sediados no Porto, pois ainda hoje a Direcção de Assuntos Jurídicos tem sede no Porto. E eu lá fui conseguindo..., com muita dificuldade, porque todos os serviços passaram para Lisboa, mas à custa da qualidade do serviço que nós prestávamos e que, felizmente, prestamos ao banco.

Entretanto, começámos a ver crescer um grupo a montante e a jusante.

A montante do banco, nasceu uma *holding*, ou uma *super-holding*, a SLN SGPS, que conhecem. Sob a SLN SGPS nasceu depois uma outra *sub-holding* para a área financeira, a BPN SGPS e a seguir aparecia o banco.

A jusante, aparecia uma outra estrutura, também uma *sub-holding*, dependente do banco, que é a BPN Participações Financeiras, SGPS Ld.<sup>a</sup> e sob essa *sub-holding* estavam uma série de empresas da área financeira, sobretudo do crédito especializado.

Dessas estruturas de controlo, as *holdings*, a única que tinha, enfim, um colégio de accionistas era a SLN — tinha 400/500 accionistas, sendo que a SLN detinha a BPN, SGPS — era (e é) a única accionista — e o BPN, SGPS era a única accionista do Banco Português de Negócios, onde eu estava e onde sempre estive.

Quem estava no poder na SLN era, como presidente, naturalmente, o Dr. José de Oliveira Costa, com outros administradores: o Dr. Luís Caprichoso e... — não me lembro de quem estava no início, mas depois passou por ali o Dr. Dias Loureiro e outros. Na BPN SGPS, estava, como Presidente, o Dr. Oliveira Costa, o Dr. Luís Caprichoso e, enfim, outros.

Na estrutura de controlo a jusante do banco esta a BPN Participações Financeiras, que era uma sociedade de responsabilidade limitada, havia (e há) um gerente único, que, na altura, era o Dr. José de Oliveira Costa, com direito especial à gerência.

O banco estava ali no meio — o banco que eu conheço e que a esmagadora maioria dos mais de 1800 trabalhadores do BPN conhece, porque, porque já vimos que, no Grupo, eram mais de 6000.

O BPN era um banco que estava no mercado em concorrência com os outros, que fazia (como faz) negócios lícitos, que tinha (e tem) profissionais de altíssima qualidade. E é assim, porque o Dr. Oliveira Costa que eu conhecia — este que, enfim, vive as circunstâncias que está a viver eu não conhecia e muito poucos conheceriam... O Dr. Oliveira Costa é um homem de muitos méritos, e ele teve o mérito de ir buscar a vários bancos, criando muitas inimizadas, os melhores.

No BPN, temos profissionais de altíssima craveira técnica, desde logo na área comercial, por quem sempre tive um carinho especial — são eles que nos trazem o negócio, que permite ganhar dinheiro e pagar os salários —, que são os operacionais. A nossa área comercial é de altíssima qualidade. Aliás, as vicissitudes por que estamos passando mostram que se eles não fossem tão bons quanto são o BPN estava muito pior do que o que está.

É importante dizê-lo, porque agora não se fala disto, não se fala do BPN das pessoas, do BPN das pessoas zelosas, leais, competentes, que trabalham muito para além daquilo que lhes seria legalmente exigível.

Mas não é só a área comercial... Confesso este meu carinho especial pela área comercial...

A Sr.ª Presidente: — O Sr. Doutor está quase a acabar, não está?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Estou, estou.

Os meus amigos dentro do banco estão sobretudo na área comercial, mas há outras áreas — já vou falar delas — com profissionais competentíssimos. Por isso, é que nós temos sobrevivido e sempre sobrevivemos, não obstante todas as mudanças que têm ocorrido no banco, pelo que continuámos a merecer a confiança e o reconhecimento das sucessivas administrações.

Era esta nota introdutória que eu queria fazer. Por um lado, queria esclarecer o que é o BPN, porque, com o devido respeito, não tenho visto muitas destas sessões, porque, normalmente, trabalho 14 horas por dia e quando chego a casa já é tarde demais, mas tenho percebido que há muita confusão com o que é o BPN.

O que se passa é que tudo aquilo que é mau, que, enfim, tem contornos porventura de ilicitude, que é irregular, é imputado ao BPN. O BPN tem as «costas largas» por um motivo: porque é a instituição mais mediática do Grupo. No entanto, nunca percebi que passasse pelo BPN, que passasse pelo conselho de administração do BPN, onde eu estava, alguma coisa de ilícito. O que está em causa agora é o Grupo. E fala-se do BPN assimilando-o ao Grupo. Não é assim, não pode ser assim. Teremos oportunidade...

A Sr.ª Presidente: — Sr. Doutor, eu ia dizer que, depois, nas respostas, vai com certeza ter toda a oportunidade de esclarecer o que entender.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Bom, só não falei do meu currículo.

Sou licenciado em Direito, sou advogado, fiz uma pós-graduação em Direito da Banca, Bolsa e Seguros, não tenho formação económico-financeira, embora gostasse, mas não tenho tempo, e a minha área é exclusivamente jurídica, também no BPN.

As minhas áreas, nesta altura, são a da Direcção de Assuntos Jurídicos e os meus pelouros, quando passei pelo conselho de administração, foram: a Direcção de Assuntos Jurídicos; a Direcção de Contencioso e Recuperação de Crédito; a Direcção de Recursos Humanos; e mais tarde, já depois da tristemente famosa «Operação Furacão», pedi que me fosse atribuída a responsabilidade pelo Gabinete de *Compliance*, que foi criado então, e também fiquei com a Provedoria do Cliente, isto já em 2006. Estas eram as minhas áreas e é sobre elas que eu posso falar.

Estou à disposição das Sr.<sup>as</sup> e dos Srs. Deputados.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Muito obrigada, Sr. Dr..

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Nuno Melo como de costume por 10 minutos para formular as perguntas que entender.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Sr. Dr., convenhamos que, se tivéssemos que falar do BPN pelos bons motivos, não estaríamos aqui. Se estamos aqui é porque o BPN foi nacionalizado e se foi nacionalizado foi exactamente pelos maus motivos e não pelos bons. Lamento, Sr. Dr., ter de o questionar sobre aquilo que,

infelizmente, serão esses maus motivos naquilo que seja a dimensão exacta do seu conhecimento.

Começo por tentar perceber um negócio celebrado com o BPN SA e com o conhecimento do Sr. Dr. que tem que ver com os quadros originários do pintor espanhol Joan Miró.

Queria que o Sr. Dr. me dissesse de que forma é que a propriedade se constituiu em favor do BPN, quem são os Srs. José Enrique Navarro Nuno de la Rosa e D. Javier Gascón Sardiña, que me explicasse os termos do contrato de mediação celebrados com estes senhores e a razão de ser de estas pessoas serem, neste caso, beneficiadas neste contrato.

Uma segunda questão tem que ver com Macau. Queria que o Sr. Dr. nos explicasse a razão de ser dos investimentos pensados pelo Grupo em Macau e, nomeadamente, de que forma é que esses investimentos se prenderam com a circunstância de a jurisdição de Cayman ter deixado, a dado passo, de ser aquela que melhor salvaguardaria o sigilo que a instituição entendia que melhor beneficiaria alguns dos seus clientes. Queria também que nos explicasse não só como é que, nessa exacta ponderação, a via da Suíça também foi ponderada mas também os planos tidos para com o TAIB Bank, em Genève.

Queria que me desse conta dos resultados, dos contactos, que certamente terão acontecido, entre o Sr. Dr., o Dr. Abdool Vakil, certamente o Dr. Oliveira Costa, mas não só, sobre toda esta, diria — o Sr. Dr. não é economista e eu também não —, «engenharia» societária, enfim, essas diferentes realidades do Banco além-fronteiras e, depois, tentaríamos perceber se pelos melhores ou se pelos piores motivos.

A propósito dessa sucursal que se estabeleceria no território de Macau, logo, fora da União Europeia, quando e a título o Sr. Dr. foi

ponderado para membro da gerência do que seria a sucursal — o Sr. Dr., juntamente com o Dr. Joaquim Jorge Perestrelo Neto Valente e com o Eng.º Francisco Cândido Gonçalves Sanches. Ou seja, por que razão é que o Sr. Dr. foi pensado e ponderado para a gerência de uma sucursal em Macau, porquê a escolha do Dr. Joaquim Jorge Perestrelo Neto e também do Eng.º Francisco Sanches e a que é que se propunham e, enfim, em que é que esse negócio redundou, a final?

O Sr. Dr., a dado passo, tanto quanto sei, terá ponderado a sua saída do banco e terá recebido uma contrapartida — o que é legítimo e, porventura, justo — para se manter como administrador.

Gostava de tentar perceber se essa vontade de o Sr. Dr., a dado passo, sair se prendeu com alguma circunstância relativa ao estado do Grupo ou apenas com questões pessoais.

Queria também que o Sr. Dr., porque foi administrador, nos desse conta do que sabe a propósito do envolvimento do Sr. El-Assir em diversos empréstimos que o banco concedeu e, entre outras coisas, que nos explicasse os financiamentos estabelecidos em favor de três *offshore* — a Delas Enterprises, a Ilea Finance e Adler Associates, Ltd. — com destino no Excellence Assets Fund e como preço pela compra das acções da Biometrics Imagineering.

Queria também perguntar-lhe, Sr. Dr. — uma resposta que, enquanto administrador do banco, necessariamente saberá, mais que não seja a Norte — sobre as Contas Investimento praticadas nos balcões por serem vendidas aos clientes como sendo depósitos a prazo (passavam-lhes, inclusivamente, uma promissória a garantir a taxa que o banco lhes pagava), mas que depois eram transformadas, na mesma conta do cliente, em unidades de participação de fundos imobiliários fechados do BPN.

E isto por uma razão que se compreende: não apenas o desconhecimento dos clientes mas, principalmente, porque a rentabilidade dos fundos fechados era, em média, inferior àquela que era contratada com o cliente e o dinheiro para pagar a diferença tinha que vir de algum lado. Queria que o Sr. Dr. explicasse de onde vinha esse dinheiro, porque, enfim, tinha de vir de algum lado... Ele não nasce... Nem sequer no BPN!...

Pedia que nos dissesse qual foi o banco, se é que sabe, em Miami escolhido também para investimentos do BPN e que nos explicasse como eram feitas as informações às entidades da supervisão.

Desde logo, gostaria de saber se o Sr. Dr. confirma ou não a elaboração de ofícios omitindo factos conhecidos com relevância do ponto de vista da supervisão ou, pelo contrário, se a supervisão foi notificada pelo banco nesses bons motivos que o Sr. Dr. também vê no BPN e esse primeiro motivo é o de ser zeloso e diligente, desde logo, para com a supervisão, porque, enfim, tem-se falado muito do risco sistémico e hoje, mais do que risco sistémico, temos um banco nacionalizado...

Com esta evolução do regime nos últimos 30 anos julguei que, pelo menos no meu tempo, não tivesse que assistir a nada parecido, mas assisti, e assisti nesta Legislatura...!

Portanto, Sr. Dr., queria tentar perceber se, nesses bons motivos que o Sr. Dr. aqui enunciou, também consegue relevar-nos alguma colaboração com o Banco de Portugal nas comunicações que era suposto a administração de que o Sr. Dr. fazia parte fornecer ao Banco de Portugal.

Queria, ainda, perguntar da exacta noção partilhada, entre outros, ao nível das administrações, necessariamente pelo Dr. Oliveira Costa, mas também por outras pessoas, como o Dr. Abdool Vakil, o Sr. Mahomed

Iqbal, o Sr. Francisco Sanches, enfim, vários outros que aqui têm sido falados e que, na visão restrita da administração do Grupo, mesmo nessa, se a quisermos considerar assim, percebemos, eram todos interlocutores naquilo que de mais estranho queremos apurar. Aquela coisa de que o Dr. Oliveira Costa fazia e mandava em tudo sozinho e era o culpado de tudo, desculpar-me-ão todos quantos aqui venham mas não acredito nem compro, porque me parece, inclusivamente, que não é verdade.

Pedia-lhe também que nos explicasse o envolvimento da La Granjilla Corporation no universo SLN e a que título foram solicitadas cartas de crédito irrevogáveis garantidas pelo TAIB, no caso de não pagamento pela sociedade La Granjilla ao BPN.

Sr. Dr., também lhe pedia que comentasse a confissão que aqui foi feita na última audição com o Sr. Francisco Sanches de que os *offshore* comunicados ao Banco de Portugal já em 2007 como sendo pertencentes do Grupo El-Assir eram, afinal, *offshore* do BPN e, nessa medida, percebendo nós que o dinheiro que saiu e sendo tido como incobrável porque lá aparecia o Sr. El-Assir que não pagava, terá de ter como devedor, quase um negócio consigo próprio, o BPN. Reporto-me a um ofício em que o montante que aí se referia de empréstimos ao grupo do Sr. El-Assir — percebemos, hoje, testa-de-ferro! — era de 8 milhões, e não estou a somar a este montante todos os outros anteriores que, sabemos, foram igualmente emprestados. Queria que, sobre isso, nos explicasse qualquer coisa.

Da Excellence Assets Fund já falei.

Queria perguntar-lhe também o relacionamento do Sr. Alejandro Agag com o BPN, desde logo, por causa dos negócios de Porto Rico.

Queria, igualmente, que nos explicasse a razão de ser da Nextpart SGPS, SA. O que era, o que fazia e por que razão é que, desde logo, à CMVM eram omitidas, a dado passo, menções a acções próprias do Grupo nesta Nextpart SGPS?

Queria também que nos explicasse o financiamento do Banco Insular.

O Sr. Dr. foi administrador e foi-nos aqui dito que os administradores, pelo menos esses, e o Conselho Superior, tiveram conhecimento de um documento denominado *Estado da Nação*, que teve várias versões e cujo conteúdo foi comunicado não apenas pelo Dr. Abdool Vakil nesse seu tempo de administração, mais ou menos recente, mas antes disso a todos os outros membros do Conselho de Administração do Dr. Oliveira Costa.

Esse documento *Estado da Nação* é muito exaustivo e expressivo quanto aqueles que eram os problemas do Grupo, que eram o resultado de ilegalidades cometidas pelo Grupo. Enfim, com Contas Investimento, com o Banco Insular, com a criação de *offshore* que existiam para mascararem situações de mora, para mascararem, para mascararem empréstimos a accionistas, para mascararem empréstimos a empresas do Grupo. E, portanto, Sr. Dr., gostava que nos desse conta disso, que nos explicasse como e por que é que isso sucedia.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, como já ultrapassei os meus 10 minutos, guardaria uma outra questão para uma segunda ronda, se for caso disso.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sim, Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, já lhe tinha feito sinal nesse sentido.

Dou, agora, a palavra ao Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto, para responder, por favor, pedindo-lhe concisão e para ir directo às perguntas.

O Sr. Dr. Armando Dr. Fonseca Pinto: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, vou procurar não esquecer nada.

Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, quanto ao BPN SA, quadros de Miró: naturalmente, não sei que informações é que o Sr. Deputado tem, mas vou dizer-lhe o que sei sobre os quadros de Miró.

O que sei sobre isto Sr. Deputado foi através de informação que me foi enviada nas minhas férias do ano passado (que foram curtas, não obstante, passei o tempo agarrado ao computador a trabalhar nisto).

Foi-me pedido pelo Sr. Dr. Renato Homem, que era administrador, para eu fazer um levantamento desta situação sobre os quadros de Miró e emitir parecer; e eu emiti-o, com a informação que ele pedia a uma das pessoas que já cá esteve e que é, sem dúvida, o repositório de toda a informação, para que eu me pudesse pronunciar sobre isto.

O que estava em causa: tratava-se de saber quem é que tinha a titularidade dos quadros, porque fala-se no Grupo Miró mas, pelo que percebo, foi exigência do Banco de Portugal que fosse tratado como um grupo financeiro, atendendo a que estavam associadas aos quadros de Miró algumas empresas, que eram as detentoras de créditos garantidos pelos quadros. Devo dizer, relativamente a este assunto, que não tive a mais pequena intervenção. Soube-o depois por via das investigações que tive de fazer.

E por isso, esse anacronismo, que não é inocente — e não me refiro obviamente a V. Ex.<sup>a</sup> — e não é inocente por parte de quem lhe passou as informações —, esse anacronismo conveniente não tem razão de ser.

Sabia-se que havia quadros de Miró, aliás, até se sabia que foi feito um livro muito bonito de que eu também gostava de ter uma cópia e nunca a tive, porque nunca vi nenhuma obra de Miró, nunca vi nenhum quadro dos que o Grupo tem. E este foi um assunto tratado, sei-o agora, pelo *private banking*.

As operações do *private banking* — já aqui foi dito e ouvi, ontem, o administrador comercial dizer isso — não passavam pelo conselho de administração do banco, não eram analisadas. Por isso, o que sabia no banco é que o banco tinha quadros de Miró; pensávamos que eram do banco e, afinal, não eram do banco; eram de sociedades que tinham financiamentos garantidos pelos quadros.

Veio a saber-se — já na altura em que o Sr. Dr. Miguel Cadilhe era presidente do banco e em que se fez o levantamento — que, afinal, esses quadros pertenciam a *offshores*, que uma parte pertenciam a *offshores* que eram *offshores* que já tinham sido detectadas como pertencendo ao universo SLN e uma outra parte, uma quantidade pequena, eles são 80 e tal quadros e uma escultura...

Estou a falar de um trabalho que durou quase uma semana, que foi o tempo das minhas férias em Porto Santo, no ano passado. E, por isso, enquanto a minha família ia apanhar Sol eu ficava a trabalhar no assunto, porque era urgente. E eu ia recebendo informação que era fornecida ao Sr. Dr. Renato Homem pelo Dr. António José Duarte — vamos pôr nomes às pessoas —, que o analisava para depois formular um parecer e aconselhar formas de assegurar os créditos BPN, porventura, com dação em pagamento das obras.

Por isso, o meu conhecimento directo deste assunto reporta-se ao princípio de Agosto de 2008. Antes, sabia-se, falava-se muito, toda a gente

falava que havia quadros de Miró. E esse foi um negócio tratado através do *private*, com clientes do *private banking* e tinha, de facto... Lembro-me de que um dos que — soube-se depois — era um *marchand d'art*, o Sr. De la Rosa, e havia um outro que era também *De la* qualquer coisa», que não era este Sardiña... E passo já para a segunda questão, que envolve o D. Jose Enrique Nuno de la Rosa e este D. Javier Gascón Sardiña.

E isto tem a ver com um conhecimento, ainda mais recente, com uma análise que me pediram para fazer sobre um contrato de mediação que tinha contornos delicados, com estas pessoas. E foi feita uma investigação quer pela auditoria interna do banco e, depois, foi analisada pela Direcção de Assuntos Jurídicos, que emitiu parecer sobre ela.

Isto era um contrato desconhecido que foi detectado pela actual administração ou, aliás, tinha sido aparentemente detectado pela anterior, no final do seu mandato e, depois, foi já tratado pela actual administração nomeada pela Caixa Geral dos Depósitos.

Por isso, o meu conhecimento deste contrato de mediação é dessa altura e sobre ele emiti parecer. Obviamente, como compreenderá, não posso falar sobre isso, porque, enfim, sendo eu jurista, tenho especiais deveres que, porventura, outros não acautelaram.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Permita-me só uma nota: é que eu pedia que o Sr. Dr. se tentasse recordar bem, porque é normal...

Se a Sr.<sup>a</sup> Presidente me permitir só uma precisão...

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Faça favor, se for cirúrgica, Sr. Deputado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — É cirúrgica, Sr.<sup>a</sup> Presidente, em relação a este ponto.

É que eu coloco muitas questões que abrangem muitas temáticas e é normal que, quem cá vem, às vezes se sinta confundido ou, até, que não se recorde.

E eu pedia-lhe, Sr. Dr., que pensasse se já em 2003, não lhe foi pedida a análise do contrato de mediação, que, de resto, Sr. Dr., é dessa mesma data, de 1 de Janeiro de 2003.

O Sr. Dr. pense, porque, às vezes, pode não estar bem recordado...

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Sr. Dr., não tenho ideia alguma de ter visto tal contrato. Aliás, ele tem um formato que nada tem a ver com o que é utilizado, o *lay out* nada tem a ver com o que é utilizado pela Direcção de Assuntos Jurídicos.

Eu imagino que foi tratado pela área jurídica que dava apoio, enfim, ao *private* e que tem a ver com sociedades de advogados. A Direcção de Assuntos Jurídicos tratava, sobretudo, dos assuntos do banco e, depois, noutras operações, havia sociedades e há sociedades de advogados... Aliás, o Sr. Dr. Nuno Melo saberá certamente quem são elas, algumas são sociedades de advogados de Lisboa.

Mas confesso que não tenho ideia alguma de me ter pronunciado sobre um tal contrato de mediação.

Depois, o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo falou em Macau e em investimentos previstos pelo Grupo para Macau.

De facto, confirmo que foram feitos estudos para a criação de uma estrutura bancária em Macau, que não foram para a frente... Os trabalhos ficaram pelo caminho.

Efectivamente, e isso confirmo-o, falou-se ou falaram-me, a mim, nessa possibilidade de criação de uma estrutura em Macau. Na altura, o Sr. Dr. falou aqui no Dr. Neto Valente. É uma pessoa que é conhecida, é advogado em Macau e chegou a haver troca de correspondência com ele no sentido de criar uma sucursal em Macau, mas isso não foi para a frente, sendo que chegaram a fazer-se estudos, e isso eu confirmo, mas não houve, depois, seguimento. Aliás, o senhor não saberá isso, mas eu digo-lhe: eu desaconselhei que fosse criado esse tipo de estrutura. Portanto, não houve seguimento algum, que eu saiba!

Negócios previstos para Macau: então, aí, ainda menos, porque se negócios houvesse, eles seguramente seriam tratados acima, na SLN e, que eu saiba não tratados. De qualquer maneira, o que se passa na SLN, no banco não se sabe. Aliás, há uma segregação muito grande do que se passa nas estruturas, tanto a montante como a jusante – e isso faço questão de o afirmar peremptoriamente.

Por isso, quanto a Macau: nada, que eu saiba não houve nada! Eu desaconselhei. Lembro-me de que houve insistências do Dr. Neto Valente, perguntando: então, querem ou não? Mas acho que ficou por ali.

Falou, depois, sobre a ponderação que foi feita. E eu desaconselhei essa ponderação e, que eu saiba, isso não foi feito.

Sobre o Taib Bank, em Genève: ó Sr. Dr., eu conheço o Taib de ouvir falar! E soube que havia umas operações com o Taib, que, tanto quanto sei, foram tratadas pelo Banco Efisa.

Quanto à intervenção do BPN, sinceramente, desconheço até com exactidão qual foi. Agora, quanto ao Taib, porque o Banco Efisa tem um relacionamento, suponho eu, privilegiado com o Taib Bank, o Sr. Dr. Abdool Vakil tem pessoas amigas, e isso soube-o eu, recentemente, em

conversas que tive, sobretudo com o Dr. Mahomed Iqbal de que falou também há bocado. E havia, de facto, uma operação, uma operação compensada no Taib, mas confesso que não consigo dar detalhes dessa operação, porque ela era tratada pelo Banco Efisa. E, portanto, não consigo dar detalhes da operação. Isso, provavelmente, envolveria uma montagem de natureza económico-financeira que a mim me escapa, completamente.

O Sr. Dr., a seguir, falou no facto de eu ter ponderado a saída do banco e de eventuais contrapartidas.

O Sr. Dr., de facto, está muito bem informado, porque isto não é do conhecimento assim de tanta gente. Por isso também não é difícil imaginar quem lhe presta as informações... O Sr. Dr. terá consciência de que com violação do sigilo bancário, com prática de crime... Imagino que comunicou à Procuradoria-Geral da República a notícia desse crime.

Mas eu disse muito claramente, Sr. Dr., que não foi só em 2006 que estive para sair do banco. Estive para sair do banco, primeiro, no final de 2002, em Novembro, quando apresentei uma carta de renúncia ao Sr. Dr. Oliveira e Costa para sair em Dezembro, mas ele não me deixou sair.

Eu estava assim há cerca de cinco anos, sob a administração do Dr. Oliveira e Costa, eu conhecia as pessoas que trabalhavam no banco e achava que o meu valor não era reconhecido. Tive uma proposta muito aliciante, não havia a mínima hipótese de eu ficar no banco, por isso estive num grande conflito... Sei que isto agora interessa pouco, mas mesmo assim arrisco a afirmá-lo, porque há coisas que nos estão na pele e não posso deixar de o dizer.

O BPN está-me no corpo, porque fui eu que o criei. O próprio nome é da minha autoria, em conjunto com o então presidente, que muito

estimo, o Dr. Castro Ribeiro. Ponderámos e pensámos muito no nome e achámos que este era um nome forte, um nome que nos agradou, pelo que pedi o certificado de admissibilidade. Por isso, estou no banco de corpo inteiro, visto a camisola! Mesmo agora, que as pessoas até têm receio de dizer que são do BPN, eu digo orgulhosamente «sou do BPN», ostento as cores do BPN com muito gosto. O banco está-me colado à pele, vesti a camisola!

Em 2002 ponderei muito mas, de facto, a diferença de vencimentos que estava em causa era tão grande, na altura, que decidi escrever a cartinha, apesar de ter passado já aquele período de desconfiança, porque achavam que eu era próximo do anterior presidente, o Dr. Oliveira e Costa, justiça lhe seja feita, acabou por reconhecer que sou um profissional, e um profissional dedicado. Isso é notório e toda a gente o sabe.

Então, o Dr. Oliveira e Costa disse-me que eu não podia sair, falou comigo, fez um discurso muito bonito, escreveu-me elogiando-me e dizendo que eu era um dos quadros que interessava manter, que já tinha sido falado com os membros do conselho superior que era preciso olhar para os quadros que eram mais-valias para o Grupo...

Enfim, o Dr. Oliveira e Costa convenceu-me, dizendo que já tinham decidido convidar-me para integrar a administração do banco, o que iria acontecer no início de 2003. Ele só confirmou isso muito em cima do final do ano, por minha insistência, pois tive de dizer-lhe que estavam a perguntar-me se eu ia ou não ia e que eu tinha de saber, porque não ia trocar o certo pelo incerto.

Então, nessa altura, estabelecemos... e julgo que foi o Eng.º Francisco Sanches que disse que o Sr. Dr. Oliveira e Costa acertava as

condições remuneratórias com as pessoas, o que, julgo, é verdade, porque em relação a mim foi isso aconteceu, mas eu fiquei convencido de que correspondiam às condições que eram comuns aos outros administradores. Todavia, não ele as cumpriu na totalidade, mas isso são outras histórias que eu gostaria de não abordar.

Mas fiquei, porque fui convidado para administrador. Obviamente que, sendo jurista e estando muito ligado ao direito societário e ao Direito do Trabalho — porque uma das minhas funções é exercer a acção disciplinar —, lembrei que, mesmo assim, era trocar o certo pelo incerto, porque o cargo na administração é um cargo electivo e, por isso, quando deixasse de ser eleito voltaria a ser director, sendo que eu não queria ser prejudicado, porque tinha oportunidade de ter melhores condições.

Mas acabámos por nos entender e fui convidado, de facto, para fazer parte do conselho de administração. Foi um convite honroso, porque o conselho de administração, naquela altura, era formado por pessoas reconhecidamente de grande valor — lembro o Prof. Francisco Comprido, o Dr. João Manso Neto e não quero melindrar ninguém, porque tinha outras pessoas com valor — e eu sentia-me bem. Para mim, foi uma honra ser chamado para administrador do banco. Obviamente, para mim, era o reconhecimento do meu empenho, da minha dedicação, da minha lealdade para com a instituição. E a instituição é representada por quem manda, em quem os accionistas confiam.

Depois, o Sr. Deputado refere-se a uma data posterior, que posso precisar: Julho de 2006. E porquê? Porque, por um lado, eu estava muito cansado. O meu empenhamento era a 100% e eu tinha oportunidade de fazer outra coisa em que passaria, de certa maneira, a mandar e a poder escolher uma equipa, e também com melhores condições.

Colocou-se o mesmo dilema: eu gosto do BPN, eu sou o BPN, mas acabei por comunicar que sairia em Setembro, e que, obviamente, não era alheio a isso o facto de não terem sido cumpridas as condições acertadas comigo.

Acabei por ficar, porque o Dr. Oliveira e Costa, na altura, acabou por me convencer e, nessa altura, queixou-se que não tinha muita sorte com as pessoas que escolhia para liderar as empresas do Grupo, que muitas lhe eram indicadas e, depois, se revelavam maus gestores, causando-lhe muitos problemas, pelo que não podia deixar sair as pessoas que ajudavam e cujas áreas não lhe davam problemas. Porque a questão é essa: as áreas pelas quais sou responsável são reconhecidamente das mais eficientes do BPN de que aqui não se fala.

E, por isso, acabei por ficar, com uma promessa de que ele ia mudar as coisas. Nessa altura, já havia uma pressão (falou-se aqui do Banco de Portugal e de uma reunião de 2006) e ele disse-me que eu não me iria arrepender, porque ele ia mudar, ia trazer mais gente de qualidade, ia ter mais cuidado com as pessoas que punha nas empresas do Grupo, que era importante que eu ficasse e que eu não me iria arrepender. Bom, se o arrependimento matasse eu já cá não estaria...!

Acabei por ficar, porque falou mais alto a «camisola colada ao corpo». Embora eu saiba que isto, hoje em dia, tem muito pouco valor, eu sou BNP e acabei por ficar e não houve nenhuma outra razão.

Obviamente, eu achava que havia alguma falta de qualidade, que havia demasiados conflitos para o meu gosto no seio de alguns órgãos, e eu já estava um bocado cansado de assumir o papel de conciliador, porque acho que reconhecem em mim esse papel de conciliar e de ajudar, de maneira que poderia ser uma boa altura para sair, mas acabei por ficar.

Não tive nenhuma contrapartida, embora com promessas de que o que me estava em dívida pelo banco seria regularizado. Não foi, mas fui ficando, com, aliás, a crítica da família.

Sobre o famoso Sr. El-Assir, digo-lhe claramente quais foram as minhas intervenções neste processo. Uma vez, disseram-me assim, nestes termos: «aquele é que é o tal El-Assir, amigo do Dr. Dias Loureiro». Isto é ciência de ouvido, foi o que me disseram. Cheguei a estar numa pequena reunião com ele e com o Dr. Dias Loureiro, que acabou em 5 minutos.

Lembro-me de, em 2003-2004, numa reunião do conselho de administração, ter sido apresentado um contrato em língua inglesa, elaborado por um escritório externo com quem o banco trabalhava.

Devo dizer que a Direcção de Assuntos Jurídicos e a Direcção de Contencioso e Recuperação de Crédito faz a gestão de advogados avançados, de escritórios externos que tratam do negócio da recuperação, das acções contra o banco, mas nunca fez o acompanhamento, nunca fez a gestão, nunca teve, sequer, voz para aconselhar este ou aquele nas sociedades de advogados que tratavam de assuntos, sobretudo da SLN e da BPN SGPS, e de alguns também que tinham ligações com o banco. Nunca a Direcção de Assuntos Jurídicos — e eu pessoalmente — teve qualquer intervenção nessas escolhas. Alguns já acompanhavam o Dr. Oliveira e Costa de outras paragens e, por isso, eu não tive nenhuma intervenção nem era interlocutor sequer.

Lembro-me que foi apresentado um contrato, e relembrei isso mais tarde. Na altura, não dei nenhuma importância a isso, porque nos conselhos de administração do banco, muitas vezes, eram apresentados contratos que não eram elaborados pelos nossos serviços e pediam-me

para eu os ver, do ponto de vista jurídico formal, ponto final, porque o negócio subjacente não era comigo, eu não tinha nenhuma intervenção.

No caso, era um financiamento, que não consigo precisar se era ao próprio Sr. Abdool Rahman El-Assir ou a uma sociedade que, depois, soube que estava ligada a ele... Acho que era a uma sociedade, mas não consigo precisar, foi há muito tempo.

Eu era neófito no conselho, só que era advogado, e foi-me dito pelo Sr. Dr. Francisco Comprido: temos aqui o contrato, elaborado por advogados externos, em língua inglesa. Como temos um jurista no conselho era bom que fosse visto também pelo jurista. Vi o contrato, analisei-o e, do ponto de vista jurídico-formal, estava irrepreensível. Era uma operação de crédito que estava aprovada. Não tenho nenhum detalhe sobre a operação, nem me lembro.

Depois de o ter lido e de ter dito que não tinha nada a opor do ponto de vista jurídico-formal, o Dr. Francisco Comprido perguntou-me: Sr. Dr., importa-se se assinarmos os dois? Naturalmente que disse: sim. Se o Dr. Francisco Comprido viu, pedindo-me para assinar eu assinaria de olhos fechados.

Por isso, a intervenção foi esta. Lembro-me que assinei um contrato porque o vi, depois. E depois, quando? Quando voltei a ter uma intervenção nestes casos do Sr. El-Assir, muito mais tarde, na constituição de garantias e de hipotecas.

Foi-me dito, um dia, que estaria marcada, para celebrar em Madrid, uma escritura de constituição de hipoteca sobre imóveis do amigo do Dr. Dias Loureiro, El-Assir — a expressão foi esta — e que era preciso alguém que, por um lado, tivesse poderes para representar o banco e que, por outro lado, pudesse fiscalizar se efectivamente, a hipoteca estava bem

constituída. Era uma hipoteca feita num notário privado, como é timbre em Espanha, e tinha do outro lado um advogado que era representante do Sr. El-Assir.

Portanto, em relação à constituição da hipoteca, era preciso que alguém visse se estava tudo em conformidade.

Foi-me dito isto na véspera. E fui logo, a correr, arranjam-me os bilhetes, saí do Porto e fui ter com o Eng.<sup>o</sup> Francisco Sanches que assinou comigo a constituição da hipoteca a favor do banco, por isso tratava-se de constituir garantias.

Como referi, recordei essa intervenção, sendo que, na altura, não dei qualquer importância quando me pediram para ver se, do ponto de vista jurídico-formal, o contrato estava bem — e estava, estava muito bem feito, era em inglês, era extenso e deu trabalho a ver... Normalmente, quando havia alguma coisa, ainda por cima em inglês, depois de ver, tinha de assinar, era normal e isso aconteceu com outros contratos. Estive lá cinco anos, pelo que, obviamente, assinei muitos contratos, assinei cheques...

Agora, tenho a consciência de que, quando o fiz, estava perante negócios bancários absolutamente normais, como se fazem em qualquer banco — isto afirmo-o peremptoriamente. Se, a montante ou a jusante, havia alguma irregularidade, aí é que não faço ideia. Agora, naquele momento, no conselho de administração do banco, tal como era aprovado, era absolutamente normal.

Peço-lhes que façam a distinção entre o que é o banco e as outras estruturas a montante e a jusante, em que os que são apenas administradores do banco nem sequer «cheiram» (para utilizar uma expressão mais coloquial). É importante afirmar isto, porque isso é o que

se passa com todas as outras pessoas que estão no banco — nas áreas comerciais, nos serviços centrais —, excepto aquelas que os senhores já sabem que tinham um papel na parte que levou à constituição desta Comissão.

Por isso, fui a Madrid, a correr, porque era importante, já que o Sr. El-Assir, pelos vistos, era um homem irascível, um pouco intratável, e ele tinha acedido a constituir hipoteca. O que me foi dito é que tinha sido feita uma avaliação e era uma terceira hipoteca, sendo que as duas anteriores eram do mesmo banco. Lembro-me perfeitamente que era o Zaragozano, porque vi os documentos — vi-os em Espanha, antes da realização da escritura e por isso é que tive de lá ir para ver se estava tudo direito —, e, depois, passou a ser o Barclays, porque o Zaragozano faliu.

A nossa era a terceira hipoteca, mas as outras duas eram do mesmo banco. E, entretanto, foram sendo sucessivamente... Digamos que o nosso grau de cobertura foi sendo melhorado, porque as empresas do Sr. El-Assir foram liquidando responsabilidades perante o credor registado em primeiro lugar e, conseqüentemente, a garantia do banco foi aumentando.

Por isso, tratava-se de constituir garantias e, para constituir garantias, eu ia onde fosse preciso.

Assim, a minha intervenção, no caso deste senhor, foi esta e não tenho a mínima ideia de ter tido outras intervenções, a não ser estas: num contrato inicial para conceber uma operação que estava aprovada, contrato esse que foi feito por um escritório externo e que eu vi e que depois me foi pedido para assinar — e não tive a mínima dúvida em assinar esse contrato de financiamento; e, depois, quando foi preciso constituir hipotecas.

Sobre a Biometrics, não faço a mais pequena ideia de como foi feito o negócio. Na altura, eu era director, estava no Porto e, às vezes, sabia as coisas mais depressa pelos jornais do que pela comunicação interna.

O que sei disto é aquilo que tem sido escrito nos jornais, não faço a mais pequena ideia de que negócio foi aquele. Obviamente, depois de saber que tinha a ver com empresas de alta tecnologia, em Porto Rico, pergunto-me: Porto Rico? Alta tecnologia? Mas aquilo é bom é para fazer praia!... Mas isto são considerações de natureza pessoal. E eu não tive qualquer intervenção nesse processo. Ouvia dizer coisas, mas, em ciência de ouvido, todos somos doutorados. E fico-me por aqui.

Quanto às Contas Investimento, no banco falava-se na existência de Contas Investimento. Aliás, nos contratos de financiamento que eram feitos pelos juristas que trabalham nas minhas equipas, de vez em quando, os financiamentos ficavam garantidos com... E daí não tenho a certeza se as Contas Investimento também serviam de garantia a financiamentos.. Bom, mas falava-se de Contas Investimento; agora, qual o mecanismo? Não faço a mínima ideia, Sr. Deputado.

Há uma informação, que é importante e que tenho de dar: eu não tenho acesso ao sistema informático do banco, ao famoso AS-400. Já tive acesso para consultas de nomes e moradas de clientes, em 1998 e em 1999 (porventura, mas julgo que já não, até em 2000). Mas não utilizava, não tinha necessidade de utilizar.

Os Srs. Deputados, já perceberam que há vários perfis de acesso: há quem tenha acesso para fazer tudo, todas as operações, a débito, a crédito, lançamentos; há quem tenha acesso só para fazer débitos, e por aí adiante... Confesso que não tenho uma noção exacta disto, porque não são áreas minhas, nem eu curava de saber como é que isso funcionava.

Mas tenho esta noção geral, porque, como lhe disse, houve uma altura (em 1998 e 1999) em que tive acesso, sendo que o meu acesso se limitava a consultas dos nomes e das moradas de clientes. E para quê? Para elaborar os contratos de financiamento aprovados.

Mas rapidamente deixei de fazer isso. Na altura, o banco começou a crescer rapidamente e eu tinha de me desdobrar — até contratos de financiamento eu tinha de fazer! Há uma equipa de juristas que trata disso, mas, na altura, a equipa era pequena e não estávamos preparados para aquele crescimento exponencial com que fomos confrontados, com a criação de agências, com a multiplicidade de problemas jurídicos que se levantavam. De maneira que era preciso dar tudo por tudo e eu tinha de fazer contratos e, nessa altura, eu tinha acesso.

Mas as *passwords* de acesso caducam periodicamente, por razões de segurança, se não forem renovadas. E como eu raramente as utilizava, elas caducaram. Uma ou outra vez, ainda disse: olhe, caducaram, vejam lá se me renovam isso, mas, depois, desisti, porque já não precisava.

Por isso, não tenho qualquer acesso às informações que constam do sistema informático do banco — quero deixar isto claro.

Relativamente às Contas Investimento, obviamente falava-se no banco da sua existência, sabia-se que se tratava de operações financeiras que tinham capital ou taxa garantidos (e devo dizer que os bancos não estão proibidos de garantir a taxa ou o capital) — e até aí posso ir; agora, qual o mecanismo? Não faço a mais pequena ideia! Percebi que havia uma montagem financeira, mas, se me pedir para explicá-la, não sei.

Já em 2008, ouvi falar que havia um défice, chamemos-lhe assim, nessas contas, porque as aplicações que seriam feitas não estavam a garantir o rendimento que tinha sido garantido aos clientes. Enfim, se me

perguntarem agora, já ouvi outras coisas; mas se me tivessem perguntado na altura, eu diria que o banco naturalmente tem de assumir o prejuízo, pois, quando se garante uma taxa, é assim que acontece, é preciso pagá-la. Se o banco consegue ou não rentabilizar os fundos que o cliente lá investiu, isso é outro problema. Mas isso pode acontecer em qualquer operação financeira.

E posso adiantar-lhe já que os quatro meses muito sofridos (pareceram mais do que quatro meses) subsequentes à saída do Sr. Dr. Oliveira Costa da presidência do Grupo, e por extensão do BPN, foram quatro meses de revelações quase diárias e houve uma altura em que tive de explodir.

Nessa altura, passei a vir mais vezes a Lisboa, porque, antes, ia uma vez por semana a Lisboa para o conselho de administração do banco (ia no avião da manhã e, quando terminava o Conselho, às 18 horas, saía do banco para apanhar o avião das 19 horas) — isto, para terem uma ideia do tempo que eu passava no banco. Aliás, nos cinco anos em que fui administrador, contam-se pelos dedos das mãos as vezes que tive de pernoitar em Lisboa... Eu gosto é de ir dormir a casa, ao Porto.

Como dizia, nesse tempo, houve uma altura em que perdi um pouco as estribeiras e fiz algumas acusações. Nessa altura, ouvi falar nas Contas Investimento e das montagens financeiras que estavam por trás. E, um dia, explodi e disse mais alto que havia uma cambada de irresponsáveis que não perceberam, ou, se perceberam, ainda era pior!, que podiam pôr em causa, primeiro, a credibilidade do banco e, depois, muita gente, por via daquilo que andaram a fazer. E percebi que poderia ter ali implicações com a CMVM. Obviamente, a CMVM está a investigar (não sei

exactamente em que fase estão as investigações), mas, como compreenderão, não posso falar disso.

Como tive um destempero, nesses quatro meses, coisa que nunca tinha acontecido, tive de tomar ansiolíticos todos os dias. Foram quatro meses do pior, porque todos os dias surgiam coisas novas e quem sabia do que se estava a passar por trás do *écran* que o BPN, o meu BPN, representava, o BPN dos negócios lícitos... Enfim, como referi, perdi as estribeiras — o ansiolítico não deve ter produzido efeito — e disse uns disparates.

Nessa altura, lembro-me de que o Dr. António José Duarte, que estava na mesma zona, saiu de mansinho e, passado algum tempo, entrou o Sr. António Franco, pessoa por quem tenho estima (não obstante o que sabe) e que foi sempre muito frontal, fechou a porta, sentou-se à minha frente e disse-me: «Armando Pinto, você está muito exaltado, mas eu quero dizer-lhe uma coisa: quando me perguntarem — e, certamente, vão perguntar-me — quem sabia o que era isto das Contas Investimento, eu não terei a mínima dúvida em afirmar que, no conselho do banco, quem não sabia era o Dr. Armando Pinto e o Dr. Abdool Vakil.» Disse-mo, exactamente, nestes termos! E acrescentou: «E não terei dúvidas em dizer a mesma coisa em relação ao Banco Insular».

Na altura, eu disse-lhe: «António, muito obrigado mas, como deve imaginar, sei como defender-me. Em primeiro lugar, tenho a consciência tranquila, que é o mais importante, e, naturalmente, sei como defender-me e não permitirei que me envolvam em coisas em que não me envolvi.»

Mas de qualquer maneira, registei a atitude de hombridade, que quero aqui ressaltar, do meu colega de então, António Franco.

Estávamos, por isso, na fase antes da entrada do Sr. Dr. Miguel Cadilhe, quando o Sr. Dr. Abdool Vakil assumiu a presidência do Grupo. Essa foi a altura das revelações e foi-o porque quem sabia o que estava a passar-se por detrás da estrutura do banco, que era conhecida, a partir daí, começou a querer contar tudo a toda a gente. E, agora, surgem estes anacronismos convenientes! Toda a gente sabia!... Mais do que uma falácia, é uma mentira deslavada.

Quanto às Contas Investimento, percebi que eram um produto colocado pela rede, duvido que na rede se tivesse a consciência precisa de como é que aquilo funcionava. Continuo a dizer que não sei. Se me pedirem para explicar, não consigo explicar. Obviamente, tenho este defeito: não sou nem economista nem gestor, porque, se fosse, provavelmente teria percebido. Mas não me peça para explicar, porque não consigo explicar. Agora, sei que é matéria que envolve irregularidades e que estão a ser investigadas pelas autoridades.

Depois, quanto a banco em Miami: ó Sr. Dr., não faço a mínima ideia de banco em Miami! O único banco de que ouvi falar, em Miami, era um banco que pertencia a um cliente do banco. Peço desculpa, mas não vou dizer o nome dele, porque, como sabem, estou colado a um dever estrito de sigilo, não posso falar em nomes a não ser aqueles de que os senhores me falam, porque esses são conhecidos.

Mas houve um cliente que teve conflitos connosco, que foi uma pessoa pública, e eu soube que ele tinha um banco que foi, entretanto, extinto. Não percebi como é que ele tem um banco em Miami e achei estranho, até, que fosse um banco... Mas, que eu saiba, nada tinha a ver com o BPN, que eu saiba... Com o BPN não teria, seguramente! Mesmo

com a SLN, sobre banco em Miami, ligado ao Grupo, é a primeira vez que estou a ouvir falar de banco em Miami, Sr. Dr.!

Depois, o Sr. Dr. falou sobre as informações às autoridades de supervisão, sobre a omissão ou não de factos à supervisão. Para que fique claro: quem tinha a responsabilidade de contactar o Banco de Portugal, ou melhor dizendo, o relacionamento com o Banco de Portugal era um relacionamento por via do presidente do banco e da SLN. Eu raramente sabia que o Banco de Portugal tinha feito perguntas. Soube quando estivemos no Banco de Portugal.

Os senhores já sabem que fomos ao Banco de Portugal. O Banco de Portugal repreendeu pelo atraso nas respostas. É inteiramente verdade! Chamou a atenção para a concentração de riscos em algumas áreas de negócios. É inteiramente verdade, eu estive lá. Naturalmente, fiquei preocupado e, de vez em quando, perguntava se já tinham respondido ao Banco de Portugal e sempre me foi dito: «Não se preocupe que as respostas vão a horas».

Não estava na minha disponibilidade fazer fosse o que fosse, porque eu não tinha sequer as informações para prestar. Havia uma área, que dava apoio ao presidente, que nada tinha a ver comigo e eu também sabia, de vez em quando, que o Banco de Portugal lá estava.

E, contrariamente àquilo que se possa pensar, sentia-me aliviado quando sabia que o Banco de Portugal lá estava. Para mim, isso era bom sinal. E quando o Banco de Portugal dizia: «não pode ser assim, façam de outra maneira!..» eu também ficava descansado, porque sabia que essa é uma das funções. Ou seja, «se não está bem assim, corrijam!» e eu também ficava descansado.

Quanto às informações: ó Sr. Dr., não me passaria pela cabeça que não fossem prestadas informações verdadeiras ao supervisor, porque o que sei, Sr. Dr., que é do senso comum, é que «não se pode enganar toda a gente durante todo o tempo» e que «a mentira tem perna curta»... E, como se verificou, depois, o Banco de Portugal chegou lá!... Por isso, estava absolutamente fora das minhas cogitações que as informações prestadas ao Banco de Portugal não fossem verdadeiras.

Não tinha conhecimento de quando é que eram prestadas ou não. De vez em quando, perguntava, mas eu sabia que havia uma área própria que tratava disso, que estava ligada ao presidente e ao núcleo de apoio ao presidente.

Que eu saiba, as cartas que vinham do Banco de Portugal, na altura do Sr. Dr. Oliveira e Costa, raramente eram do conhecimento do conselho de administração — elas chegavam e eram tratadas na área que prestava apoio ao presidente — e muito menos o que era da SLN! Então, aí, é que não havia... Como lhe disse, a informação não fluía da SLN para baixo nem do BPN SGPS para baixo. O que nós sabíamos da SLN era o que, de vez em quando, saía na *intranet* — nomeações, enfim, para um cargo ou outro, e era isso que se sabia da SLN.

Depois, o que eu sabia mais era nas assembleias-gerais anuais da SLN, onde passei a estar, a partir de uma determinada altura, porque, enquanto jurista, fui convidado para ser secretário e os juristas sabem o que isso significa.

Mas eu era secretário da sociedade que estava apenas numa assembleia-geral por ano. Nunca estive em nenhum conselho de administração da SLN. Nunca! Não sabia o que lá se passava; não mo diziam, nem a mim nem aos outros, imagino..! Comecei a secretariar as

assembleias e percebi que... Era aí que eu sabia, enfim, quais eram os negócios do Grupo. E aquilo que se dizia nas assembleias está nas actas.

De facto, verificava a capacidade que o Sr. Dr. Oliveira e Costa tinha de empolgar os accionistas, de conseguir que tudo o que era proposto fosse aprovado por unanimidade e, às vezes, por aclamação. O único ano em que houve uma voz dissonante foi, em 2007, a de um accionista que queria que lhe comprassem as acções e votou contra uma proposta. De resto, Sr. Dr., foi sempre tudo por unanimidade. Quero dizer, de facto, os accionistas viam-no como um... Não tenho dúvidas, ele é um homem extremamente cativante, com um discurso empolgante, nacionalista, alguns dirão, serôdio e desajustado, mas a verdade é que ele tinha um discurso nacionalista que agradava às pessoas e que empolgava! O Sr. Dr. Oliveira e Costa é um homem de muitos méritos — isso aí é indiscutível! —, o Dr. Oliveira e Costa que eu conheci!

Por isso, quanto às informações, elas estavam concentradas na área da administração; nunca as tive, nem eram matérias que dissessem respeito aos meus pelouros. Eu não sabia o que é que se respondia. A minha preocupação era perguntar: «respondeu-se?», porque, quando fui ao Banco de Portugal, fiquei preocupado por saber que havia atrasos!

Isto quanto às informações e à colaboração com o Banco de Portugal.

Voltamos, novamente, à La Granjilla e operações com a La Granjilla: desconheço qualquer montagem financeira nem como é que foi feito. O Sr. Dr. não tem informação? Não sei como é que funcionava.

O Sr. Dr. fez alusão a *offshore*: ó Sr. Dr., ultimamente, tenho ouvido muitos nomes, de tal maneira que, quando aparece alguma sociedade com um nome estrangeirado, vou logo perguntar: «Esta é uma das que faz

parte do universo da SLN?» Quanto a algumas delas, ouvi-as com mais frequência sobretudo, em 2008 e, especialmente, depois de Fevereiro de 2008.

Talvez algumas sociedades dessas tiveram operações de crédito aprovadas no banco. Não sei, Sr. Dr., não lho posso dizer, não lho posso confirmar! Se tiveram, elas constam do *workflow* do banco, porque, em princípio passariam por lá, e essas, enfim, passam pelo *workflow*, pelos órgãos, pelos vários escalões de autorização, pela análise de risco, etc., admito que sim.

Como eu disse, Sr. Dr., eu não tinha áreas comerciais, não participava na elaboração das propostas, não conhecia os fundamentos, o que no conselho de administração do banco se via era um resumo da operação e se não houvesse divergências entre a análise de risco e a área comercial, a proposta estava aprovada.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., no caso desses *offshore* relativos aos quadros do Miró, quando é que o Sr. Dr. soube que eles eram SLN?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Foi já em 2008, fim de Julho ou princípio de Agosto. Que eles eram SLN? Ó Sr. Dr., não havia indicação de que aquela... Primeiro, o número... — é preciso ter cuidado com os adjectivos — é o número brutal de *offshore*. E pergunto-me como é que possível controlar uma anormalidade destas?!...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Como é que soube e a quem comunicou?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Como soube, como?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Que esses *offshore* eram SLN e a quem comunicou ou a quem foram comunicadas esses...

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Não, não. Eu soube, em 2008, na altura do Sr. Dr. Miguel Cadilhe!

Nessa altura, já o Banco de Portugal sabia, quer dizer, já estávamos na fase em que já estavam em curso contra-ordenações — obviamente, das quais não vou falar, mas é público que há contra-ordenações — e, aí, é que começaram a aparecer nomes de que eu nunca tinha ouvido falar na vida! Estes nomes que o Sr. Dr.... Nem os fixei, mas são nomes que não me dizem rigorosamente nada!

Eu nunca tive nada a ver com *offshore*, Sr. Dr.! O Sr. Dr. sabe que eu sei que o Sr. Dr. sabe, porque o Sr. Dr. sabe tudo... O Sr. Dr. sabe, o Sr. Dr. sabe tudo!... Tem fontes que, obviamente, são interessadas em que, enfim, isto que está a acontecer, — porque será uma forma de diluir a responsabilidade que sabem que têm —, é tentar dizer que aquilo é tudo um «bando de malandros».

E, a propósito: é por isso que também na comunicação social se dizia que, no banco, desde o porteiro até ao administrador, todos sabiam o que lá se passava e todos ganhavam com isso! O que é uma irresponsabilidade brutal, uma injustiça brutal para quem trabalha afincadamente! Bom, mas, adiante...

Sr. Dr., estas *offshore* não me dizem nada. Até podiam passar operações com *offshore*, porque, é bom que se diga que, dependendo do

objecto e da utilização que se faça das *offshore*, elas não são imediatamente ilícitas! Obviamente que é uma estrutura cuja extinção eu, pessoalmente, apoio. Mas, como ainda ontem ouvi o Sr. Presidente da Comissão Europeia, não vai ser fácil. Eu achava bem que se acabasse com as *offshore* e com estes problemas todos!

Mas poderiam ter passado no Conselho. Olhe, Sr. Dr., por mim passavam todas. Eu não sei a quem é que elas pertencem. Não fazia ideia. Não tinha informação. Eu não participava na elaboração das propostas de crédito, por isso, podiam passar todas e eu ficava a zero, sem saber, porque eu não tinha qualquer responsabilidade nessas áreas, não sabia o que estava a acontecer, nem antes nem depois. Por isso, não me dizem rigorosamente nada.

Não ouvi ainda o nome de todas, porque elas são tantas, de facto. Mas alguns nomes ouvi com mais insistência nos últimos tempos, e mais uma vez saliento que a confusão anacrónica é importante para quem quer que se gere confusão.

Não sei se o Sr. Deputado Nuno Melo, que é jurista de valor, ponderou se os documentos que tem na sua posse não serão papéis perfeitamente apócrifos em vez de documentos. Mas isso é outra história e já lá vou, a propósito de um outro documento.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr. Dr., de qualquer maneira, ia pedir-lhe para tentar sintetizar o mais possível, porque já vamos em uma hora de resposta.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — O Sr. Deputado Nuno Melo fez tantas perguntas e tenho tanta informação que estou a procurar ser o mais esclarecedor possível.

Quanto à confissão a propósito das *offshore* comunicadas em 2007 do grupo El-Assir, não sei se foram comunicadas *offshore* em 2007, não faço ideia, porque isso não passava por mim. Se passou, passou pela SLN, não passou pelo BPN e, como lhe disse, a SLN era estaque em relação ao BPN.

Ouvi aqui dizer que se tratava de três *offshore* de que o Sr. El-Assir era testa-de-ferro, mas eu não faço ideia. Não faço a mais pequena ideia e a primeira vez que ouvi falar nisso foi quando estive cá o Sr. Eng.º Francisco Sanches.

Sobre o Alejandro Agag, não sei quem seja este senhor, a não ser aquilo que se diz nos jornais, isto é, que é casado com uma filha do ex-Primeiro-Ministro espanhol. Também sei aquilo que se diz, mas mais uma vez é ciência de ouvido, ou seja, que é amigo do Sr. Dr. Dias Loureiro. Não sei mais nada. Não o conheço este senhor, nunca o vi, não sei.

Sobre a Nextpart, a Nextpart, SGPS é uma *holding* que foi criada com o objectivo de ter participações na SLN. Era para ser uma *holding* dos trabalhadores. Eu, como uma grande parte dos colaboradores, fui seduzido a subscrever acções da Nextpart. Uma parte com financiamento do banco, porque o banco financiou os colaboradores — o que não é ilícito (porque isto tudo que parece ilícito não é ilícito) — para comprarem acções e eu também fui financiado e o meu financiamento para comprar acções à Nextpart termina, felizmente, este mês de Março. Andei a pagar durante cinco anos um financiamento para comprar acções da Nextpart, que valem zero!

Quanto à minha ligação com a Nextpart, tirando a minha participação como accionista, nunca fui a uma assembleia-geral, porque nem nunca dei conta quando é que elas eram feitas.

Portanto, nunca fui, até que, em Junho ou final de Maio de 2008, andava eu preocupado com as assembleias-gerais da SLN Valor, onde eu era presidente da mesa da assembleia-geral — a SLN Valor é uma sociedade que pertence a um grupo de grandes accionistas da SLN e que tinha participações na SLN, pelo menos essa era a parte que eu sabia, porque me diziam —, porque eram assembleias muito complicadas, com um potencial para correrem mal muito elevado, o que tinha a ver com uma estratégia dos maiores accionistas de afastamento do Sr. Dr. Oliveira Costa, e também tinha a assembleia da SLN, SGPS, que seguia, na qual eu era secretário da mesa e que também foi uma assembleia conflituosa, quando no dia de uma dessas assembleias, não sei precisar qual, ligaram-me a dizer que estava a decorrer uma assembleia da Nextpart e que havia uma grande confusão, que ninguém se entendia, que era preciso eleger novos órgãos sociais e que um grupo de colaboradores queria que eu assumisse o cargo de presidente da mesa da assembleia-geral, porque reconheciam em mim capacidade para pôr calma nos trabalhadores, porque eu sou trabalhador como eles.

Na altura, primeiro disse que não. Disse: «Olhe, então eu vou ver-me livre agora da presidência da assembleia-geral da SLN Valor — porque eu já sabia que iria sair, porque foi combinado que fosse só formada pelos accionistas —, porque a SLN Valor também tinha como presidente o Sr. Dr. Oliveira Costa e os accionistas, obviamente, queriam mudar essa situação. E eu disse: «Pronto, se vocês acham que posso ajudar, então tudo bem.». E fui, então, eleito presidente da mesa da assembleia-geral.

Infelizmente, a primeira assembleia a que eu presidi foi uma assembleia em que se discutia a dissolução e liquidação da sociedade, na sequência da nacionalização do BPN, da constatação de que as acções da Nextpart valeriam o que valessem as acções da SLN, porque o activo da Nextpart são acções representativas do capital da SLN e por isso, infelizmente, foi essa a minha participação.

A assembleia foi suspensa a pedido de alguns accionistas, para ver qual era o desfecho da assembleia, entretanto, convocada da SLN, SGPS, em que estava em causa a redefinição estratégica pós-nacionalização. Por isso, foi entendido que não se iria tomar qualquer medida drástica em relação à Nextpart, se se saber o que iria acontecer com a SLN, porque esta representava o activo. Portanto, ela foi suspensa e completou-se a segunda sessão, onde foi deliberada a dissolução e liquidação da sociedade.

Isto é o que sei da Nextpart. Infelizmente, perdi dinheiro como muitos outros perderam. Portanto, sobre a Nextpart, é isto!

Em relação a menções de acções próprias do Grupo, gostaria de dizer que, enquanto estive no conselho de administração do BPN nunca houve a noção exacta do que é que havia de acções próprias do Grupo. Primeiro, porque o BPN tem um único accionista, acções próprias, que seriam da SLN e quem tinha de controlar os limites legais era o conselho de administração da SLN. No BPN não podia existir esse controlo, tanto que a questão nunca foi colocada sequer.

Por isso, a informação que eu tive foi posteriormente, já com a administração do Sr. Dr. Cadilhe, altura em que me foram pedidos alguns pareceres de natureza jurídica sobre essa matéria. Então, aí, eu tomei conhecimento da quantidade excessiva de acções próprias — questão que

já tinha sido abordada na assembleia-geral de 20 de Junho de 2008, salvo erro —, mas, concretamente, foi abordada em termos gerais, que havia excesso e que era preciso reduzir e por isso foram aprovadas propostas nesse sentido. Em concreto, em relação a ver documentos, isso foi depois, no «consulado» do Sr. Dr. Miguel Cadilhe, que me foram enviados vários documentos para emitir parecer jurídico.

Finalmente, o Sr. Dr. Nuno Melo falou do financiamento do Banco Insular, do conhecimento do famoso documento *O estado da nação*, comunicado, supostamente, a todos os administradores, e que tinha um levantamento exaustivo do problema.

O que foi dito aqui, Sr. Deputado, por algumas pessoas, é uma deslavada mentira. Vou repetir para que não haja dúvidas: uma mentira! Nunca ouvi falar de tal coisa chamada *O estado da nação*. Ouvi o Sr. Deputado referir várias vezes que houve várias versões... Nunca ouvi falar nisso, Sr. Deputado. Ouvi falar aqui, nesta Comissão!

Sei que foram apresentados alguns documentos no conselho de administração da SLN, onde nunca participei, como já referi, pelo que nunca tomei conhecimento do que lá se passava. Nem eu nem os outros colegas da administração do banco, que só estavam na administração do banco, não estavam nem a montante nem a jusante, pelo menos alguns deles, pelo que se sabe agora.

Por isso, não conheço, nunca vi, não sei o que diz, a não ser o que o Sr. Deputado vai lendo aqui, nestas sessões! Não foi apresentado, seguramente, no conselho de administração do BPN! Mais uma vez temos de distinguir o que é o BPN, do que é o Grupo SLN ou BPN. Terá sido, pelo que se percebe, no conselho de administração da SLN, aos administradores da SLN e no conselho superior, onde estão representados

os maiores accionistas que representam uma maioria qualificadíssima do capital social, não sei se se chamava *O estado da nação* ou qualquer outra coisa; hoje, fala-se sobre quem é que organizou, quem preparou isso, mas se alguém do conselho de administração do banco conhecia, seria um número muito restrito de pessoas. Eu não conhecia e nunca ouvir falar nele! Sr. Dr., nunca! Ouvi falar disto aqui. O que sei é aquilo que o Sr. Dr. vai contando aqui, o que vai lendo sobre o que lá se diz.

Relativamente ao Banco Insular, ter consciência de que havia um Banco Insular tive-a em Fevereiro de 2008. Mas antes, eu diria que em finais de 2006 ou início de 2007, no final da reunião ou no intervalo para o almoço de uma reunião do conselho de administração, eu saí para perguntar se algum colega ia subir para o almoço e ouvi uma conversa fortuita em que um colaborador da direcção de operações perguntava a outro colaborador se a operação estava carregada e ouvi como resposta: «Ah, não. Isso é do BI». E eu pensei: «BI? O que é isso do BI?». BI seria o bilhete de identidade...!?

Mas, entretanto, subi para o almoço e encontrei o, então, presidente Dr. Oliveira Costa, sentado à espera do almoço, e como estava só ele, eu perguntei-lhe: «Sr. Presidente, ouvi falar aí numa operação do BI. O que é isso do BI?». E ele disse apenas isto: «Ah, isso é um banco africano».

Na altura (os senhores lembrar-se-ão), dizia-se muito que o BPN tinha relações com Angola, com os bancos angolanos. E tinha, tinha parcerias com o Banco Africano de Investimentos (BAI) e com um outro banco, que aliás assegurava os serviços administrativos, cujo nome não retive. Isto tinha que ver com as áreas operacionais e não passava por mim.

Bom, e lembro-me de perguntar inocentemente: «Mas isto tem que ver com aquela senhora que é filha do presidente de Angola?». Ele disse: «Não, não. Isto é um banco do Dr. Mascarenhas e de uns sócios e é de Cabo Verde» — e morreu ali a conversa. É um banco do Dr. Mascarenhas e de uns sócios e é de Cabo Verde.

Depois, soube que havia uma pessoa chamada Dr. Mascarenhas que de vez em quando lá ia. E soube-o como? Às vezes telefonava à secretária do presidente e dizia-lhe que no dia seguinte, como estava em Lisboa e tinha algumas propostas de reestruturação de crédito que despachava com o Dr. Oliveira e Costa, precisava de 15/20 minutos para ver isso. E ela, mais do que uma vez, disse-me: «Ó Sr. Dr., mas olhe que tem que ser antes das seis, porque depois vem o Dr. Mascarenhas e, quando ele chega, o Sr. Presidente não está para ninguém».

Para mim, o Dr. Mascarenhas era presidente de um banco, pelo que era natural que tivesse um tratamento preferencial; e ficou por aí. Conheci o Dr. Mascarenhas há uma semana, na quinta-feira passada. Não fazia a mínima ideia de quem era o Dr. Mascarenhas, conheci-o pessoalmente numa reunião, que já tem que ver com um facto que é conhecido — obviamente não divulgarei pormenores desta reunião — que é a liquidação do Banco Insular, na sequência da dissolução decretada administrativamente pelo governo de Cabo Verde. Conheci-o aí, nunca tinha visto aquele senhor na minha vida.

Todavia, em Agosto, salvo erro — e há documentação nesse sentido —, foi-me pedido pela administração do Sr. Dr. Miguel Cadilhe que desse um apoio na revisão de um contrato de prestação de serviços com o Banco Insular.

Nessa altura, já havia sido assumido perante o Banco de Portugal, que o Banco Insular pertencia ao universo da SLN. Nunca ninguém me disse que pertencia ao BPN e informaram-me que pertencia à SLN já quase em finais de Julho, porque o Sr. Dr. Abdool Vakil disse ao conselho de administração, no final de uma reunião do conselho de administração do banco (julgo que foi o último conselho presidido por ele antes da entrada do Sr. Dr. Miguel Cadilhe para a presidência), mais ou menos nestes termos, o seguinte: Queria dizer aos colegas, embora isto não tenha que ver com vocês, que a SLN comunicou ao Banco de Portugal, depois das apreciações que foram feitas internamente de forma exaustiva, que o Banco Insular pertencia à SLN, que tinha como *ultimate beneficial owner* (UBO) a SLN..

Sobre o Dr. Vaz Mascarenhas, em Agosto, foi-me pedido por um dos administradores da equipa do Sr. Dr. Miguel Cadilhe para rever o contrato que fiz, que era um contrato de prestação de serviços que ia ser celebrado com o Banco Insular, que, nessa altura, já tinha sido «dado à luz» como pertencendo ao grupo SLN, em que o BPN consagrava o apoio que antes era prestado por uma sociedade, que hoje sei que se chama Sopromat, da qual nunca tinha ouvido falar, que prestava apoio administrativo.

A ideia da administração da altura, do presidente Sr. Dr. Miguel Cadilhe, era: vamos acabar com estas coisas; se é assumido que é do Grupo SLN, então faz sentido que o banco do Grupo SLN, que é o BPN, preste o mesmo tipo de serviços, como banco correspondente, que presta ao BPN Cayman, que é uma filial do BPN, e ao BPN IFI, Cabo Verde, que também é uma filial do BPN, oficiais, reconhecidas, supervisionadas, e foi essa a minha intervenção.

Nessa altura, porque houve alguma divergência no clausulado, o Sr. Dr. Meira Fernandes pôs o Dr. Mascarenhas em contacto comigo telefonicamente. Por isso, nessa altura, passei a conhecê-lo de ouvido. Pessoalmente, vi-o, repito, faz precisamente hoje uma semana, na quinta-feira.

Já me referi sobre ao documento *O estado da nação* ou lá como isso se chama.

Sobre o Banco Insular, como disse, tomei conhecimento de que existia. Ouvia-se falar... Quer dizer: porventura, antes falou-se em Banco Insular, mas isso não significava nada. O BPN pode ter, e tinha, vários bancos correspondentes, os quais nem me passa pela ideia quais sejam. É matéria que passa, sobretudo, pela direcção financeira, eventualmente pela direcção internacional e pela direcção de operações. Enfim, não quero errar, mas, em princípio, passará por essas áreas. Sei que há bancos correspondentes, porque as operações que são feitas no estrangeiro têm que ter bancos correspondentes. Não me lembro de antes se ouvir falar nisso, mas mesmo que se ouvisse também não diria nada.

Não soube que o Banco de Portugal, em 2007, pediu informações sobre o Banco Insular. Soube-o só em 2008 e, na altura, em Fevereiro. Em Fevereiro, poucos dias antes de sair o Sr. Dr. Oliveira e Costa, eu vinha da sala aonde fui chamado pelos accionistas que me pediram apoio jurídico na formalização de um documento e quando ia a passar pelo gabinete do meu colega, António Franco, ele chamou-me e perguntou-me como é que estavam as coisas.

Evitei, obviamente, dizer-lhe o que se passava, porque deveria manter segredo sobre o que se tinha passado na sala, onde estive a prestar apoio e, às tantas, perguntei-lhe: «Ó António, diga-me lá o que é

essa coisa do Banco Insular». E o Sr. António Franco, também com frontalidade e, imediatamente (tenho a certeza que ele confirma isto), disse-me: «Ó Armando Pinto é muito simples o Banco Insular são quatro pessoas, o António Franco, (...)» – ele –, «(...) o Ricardo Pinheiro, o Tó-Zé Duarte e o Emanuel Peixoto. E digo-lhe mais: inicialmente, quem dava ordens eram o Dr. Caprichoso e o Dr. Leonel Mateus. Quando o Dr. Caprichoso foi embora, as ordens passaram a ser dadas pelo Dr. Oliveira e Costa.». E perguntou-me: «Quer saber mais?». Disse-lhe: «António não, já sei demais!».

Nessa altura, pensaria: «Bom, estou no BPN, não tenho nada que ver com a SLN; se é da SLN eles que se entendam.». Não foi exactamente isso que pensei, passou-me pela cabeça, mas lembrei-me dos problemas que isso iria causar: a existência de uma estrutura anómala, não reconhecida,....

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Essa conversa foi quando?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Foi menos de uma semana antes de sair o Dr. Oliveira e Costa. E foi nessa altura que soube que o Banco de Portugal já estava a fazer perguntas sobre o Banco Insular.

Logo a seguir – isto foi tudo em catadupa –, saiu o Dr. Oliveira e Costa e entrou o Dr. Abdool Vakil.

O Dr. Vakil disse-me uma vez que a sua primeira preocupação era fazer um levantamento exaustivo do que se passava no banco para comunicar tudo ao Banco de Portugal e disse-me: «Temos que rapidamente mudar a má imagem que o Banco de Portugal tem da instituição». Ele disse-me isto! Agora, depois, no que respeita a todos os

contactos, não tive nenhuma intervenção. Sei que houve reuniões, mas ao nível da SLN, porque foi reconhecido que era da SLN, não era do BPN.

Não fazia a mínima ideia que essa estrutura — Banco Insular — tinha alguma ligação a nós que não fosse, porventura, uma ligação de correspondente, porque isso me tinha sido dito assim, de uma forma para arrumar conversa, e esqueci completamente. Passou, esqueci!

O reconhecimento de que o Banco Insular era da SLN foi feito pela SLN e já em Julho. Mas sabia-se que havia reuniões e que estava a ser preparada informação, porque havia vários grupos de trabalho de que faziam parte as pessoas que sabiam disto, e era um grupo muito restrito. Já aqui os senhores ouviram quem é que dava instruções. Quanto a todos saberem, essa é que é a mentira deslavada.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Agradecia que referisse os nomes das pessoas que o Sr. Dr. definiu como sendo o Banco Insular.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Foram-me ditos pelo Sr. António Franco, exactamente por esta ordem: António Franco, Ricardo Pinheiro, António José Duarte e Emanuel Peixoto.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E quem é que dava as ordens?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — E acrescentou que, inicialmente, quem dava as ordens eram o Dr. Caprichoso e o Dr. Leonel Mateus e que, quando o Dr. Caprichoso saiu, passou a receber ele — pelo menos o António Franco — ordens do Dr. Oliveira e Costa. E ficou por aí a

conversa, para mim já era demais; estávamos naquela fase de saber coisas.

Depois, soube-se que havia outras pessoas que sabiam, umas que estavam em Cabo Verde, outras que estavam na própria direcção de operações... Agora, o que é inadmissível é que as pessoas que geriam esta estrutura venham agora dizer que todos sabiam, que era do conhecimento de todos. Isso é a mais pura mentira!

Como é mentira que quem acesse ao sistema... Como disse, não acedo, isso é verificável, porque o sistema regista quem acede e o que é que vê, isso também já foi dito aqui. Não tenho hipótese de verificar pelo acesso ao sistema, mas depois de declarações que foram proferidas aqui várias pessoas — comerciais, responsáveis — mostraram total indignação por aquilo que ouviram. Alguns deles pediram-me: «venha ao meu computador ver aquilo a que tenho acesso». Não aparece o Banco Insular em lado nenhum.

O Sr. Eng.º Sanches disse, e admito que ele saiba, que o servidor — o tal AS-400 — estava em Cabo Verde. E também ouvi dizer aqui: «De repente, entrou-me um cabo no computador...». Quer dizer: isto é ridículo; era o cabo que ligava a Cabo Verde?... Não acredito que entrassem cabos desses nos computadores dos comerciais.

Não sei se é verdade ou não, mas foi noticiado que o Banco de Portugal foi procurar o Banco Insular nos computadores do banco e não o encontrou. Por isso, não é verdade que quem acesse tivesse conhecimento. É preciso dizer isto claramente, porque toda a área comercial se considera altamente penalizada por estas declarações irresponsáveis que aqui foram proferidas. E eles mostraram-me, pediram-me para ir ver se tinham algum acesso, o que é que se conseguia ver.

Ouvi o meu ex-colega de conselho, Teófilo Carreira, dizer ontem que nem sequer tinha acesso às plataformas internacionais, nomeadamente ao BPN Cayman. Não sei a que é que eles têm acesso. Não tenho, nunca tive, não tinha informação, não podia dar informação.

Sobre o Banco Insular, julgo que terminei, mas o Sr. Deputado o dirá.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, pretendo apenas solicitar uma precisão, com a sua autorização, porque me parece importante.

A Sr.ª Presidente: — Sr. Deputado, seja muito rápido e a resposta terá também que ser muito rápida.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Verá que é importante, Sr.ª Presidente.

Em primeiro lugar — e tenho a certeza de que a Sr.ª Presidente compreende —, a propósito do que foi dito sobre a informação que possuo, as fontes que me transmitem e até o crime que deveria comunicar ao Ministério Público, tenho de dizer ao Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto qualquer coisa.

No que toca a fontes, tenho muitas, sem nunca as ter procurado, particularmente, e, em alguns casos, o Sr. Dr. até ficaria surpreendido... E, ainda assim, devo dizer-lhe que não sou polícia e, muito menos, procurador-adjunto. E não sou até quando aqui me dizem coisas que eu sei não serem verdade. E, muitas vezes, nem insisto particularmente, a

não ser quando acho muito ostensivo. E, muitas vezes, dizem-me coisas que não são verdade.

Quanto aos documentos, acredito, também muitas vezes, que não são desprovidos de assinatura. Têm-na e demonstram-mo, mas, enfim,...

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Não tenho dúvidas quanto a isso, Sr. Deputado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sou advogado, como o Sr. Dr., e sou político, porque fui eleito e tento, aqui, para não transformarmos esta Comissão no que ela não deve ser,...

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Claro!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — ... limitar a minha intervenção a esse nível. Se fosse procurador-adjunto, se fosse um dos investigadores, saberia exactamente o que fazer e até admito que, não sendo, tenha, enfim, trazido para a Comissão muita matéria que ajudará na investigação,...

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Também acredito nisso.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — ... se o Ministério Público assim quiser. Só que eu não sou o Ministério Público, mas também quero dizer que o Sr. Dr. acaba de fazer uma revelação importante à Comissão, Sr.<sup>a</sup> Presidente, como irá ver.

A propósito do Banco Insular, percebo que o Sr. Dr. queira preservar o Dr. Vakil, e não me compete atacar quem seja,...

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Não estou a preservar.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — ... mas esse conhecimento do Dr. Vakil, sobre o Banco Insular, tem de ser, no mínimo (não importa para trás, nem importa o que eu tenho ou o que eu sei), do início de 2008. A comunicação que a administração do Dr. Vakil faz ao Banco de Portugal é do dia de 2 de Julho, Sr. Dr.; decorre meio ano entre o conhecimento do facto que *O Estado da nação* revela e que o Dr. Abdool Vakil conhecia e a comunicação ao Banco de Portugal.

Agora, vou dizer qual foi a revelação importante que o Sr. Dr. fez: num documento que é, devo dizer, de 2007 (está assinado pelo Eng.º Francisco Sanches e, por acaso, até foi feito num papel timbrado com «BPN SGPS, SA», não é SLN mas, sim, BPN SGPS, SA) —...

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Que é a *holding* que detém o BPN.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — ... sim! — foi comunicado ao Banco de Portugal, no caso destes quadros de Miró, empréstimos de 40 milhões de euros — aliás, para ser preciso, mais de 40 milhões de euros — que foram feitos ao chamado «Grupo Jose Enrique e Julien de la Calle», sendo que o Jose Enrique é precisamente a pessoa, que há pouco eu referia, do contrato de mediação.

Mas, nessa comunicação, esses *offshore* não eram da SLN, eram destas pessoas — e fica a saber, caso não saiba —, eram Ermani Holdings LLC, Karoma Marketing Ltd, Talcott Holdings LLC, Jose Enrique Navarro Nuno de la Rosa, Julien de la Cierva la Calle. São 40 milhões de euros o valor comunicado pelo BPN SGPS ao Banco de Portugal como tendo sido emprestado a sociedades que o Sr. Dr., hoje, aqui, disse, afinal, serem do Grupo SLN, tal qual tinha sido comunicado, a propósito das empresas do Grupo El-Assir, que também seriam do Sr. El-Assir e que, afinal, eram do Grupo SLN. Ou seja, foi muito útil nesta parte, Sr. Dr., porque não tínhamos tido esta comunicação.

Afinal, também aqui foram comunicados ao Banco de Portugal 40 milhões de euros, pelo menos, como tendo sido emprestados a empresas fora da SLN quando, como se está a ver, as mesmas eram do Grupo SLN. Daí a importância da revelação que o Sr. Dr. nos faz.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Sr. Deputado, eu vim cá, obviamente, para falar do que sei. E eu não conheço essa carta, porque... Só para lembrar, fala-se em BPN, é BPN SGPS, que é a *holding* que tem o BPN; não tem nenhuma intervenção aí do BPN. Essa é uma informação do BPN SGPS que não tem de ser conhecida do BPN, e não era.

Sr. Deputado, só para deixar claro, é o BPN SGPS que reconhece o que o Sr. Deputado acabou de referir. Essas sociedades...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Faltam as garantias.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Sr. Deputado, as garantias eram os quadros.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Está enganado, porque os empréstimos de 40 milhões de euros constam com garantias zero na comunicação ao Banco de Portugal.

Acredito que o Sr. Dr. fique surpreendido, porque eu também fiquei.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Sr. Deputado,...

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Peço desculpa, mas vou interromper aqui este diálogo, porque o Sr. Deputado Honório Novo, que é quem vai usar da palavra de seguida, vai ter de se ausentar daqui a pouco para uma outra comissão.

Peço, desde já, ao Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto para responder o mais sucintamente possível, pois já percebemos o tom geral do que sabe e do que não sabe.

Sr. Deputado Honório Novo, tem a palavra.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, agradeço-lhe a deferência relativamente à próxima sessão parlamentar onde devo estar presente, mas, se não estiver no início, tenho quem me substitua, porque, de facto, eu tenho um conjunto de perguntas de outro tipo para fazer ao Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto e que, certamente, também vão demorar-me algum tempo, e, se me permite, vou fazê-las por grupos, até para tornar mais interactiva esta situação, pedindo ao Dr. Armando Pinto para responder, tanto quanto possível, de uma forma célere, cingindo-se aos factos e não às explicações envolventes.

O senhor começou por dizer que passou, episodicamente, pela administração, mas, depois, percebemos que o senhor esteve na administração cinco anos, desde o início de 2003 a 2008, desempenhando funções de direcção de contencioso, de recuperação de crédito, de recursos humanos e de assuntos jurídicos, o que é absolutamente relevante para o conjunto de perguntas que vou fazer – aliás, desempenhou estas funções jurídicas também antes de entrar para o conselho de administração.

Depois, também percebemos que o senhor é, afinal, presidente da assembleia-geral de algumas participadas: SLN, SGPS, Nexpart, SLN Valor.

Pergunto: que cargos desempenhou em todas as participadas do BPN? E de quando até quando, para termos o quadro completo das suas responsabilidades sociais, que me parece estar incompleto?

Há pouco, o senhor disse que saía do Porto de manhã e que regressava ao Porto à noite, passava o dia em reuniões do conselho de administração. Fico curioso, e, pelos vistos, essas reuniões foram todas as semanas, por constatar que, apesar de essas reuniões serem todas as semanas e de demorarem um certo número de horas, não se debatia, não se discutia, não se decidia, nem se colocava em discussão, nesse órgão, muitas das questões importantes que aqui nos afectam.

Por exemplo, em Outubro de 2004, numa enorme notícia, um jornal dava pública nota de problemas entre o Banco de Portugal e o BPN. Nessa altura e dois anos mais tarde, em princípios de 2006, também uma grande notícia dava nota de que no BPN havia (não é um termo meu) «dança de gestores», e este não é um termo usado por mim.

O senhor acaba de nos dizer que não sabia nada das relações e das questões colocadas pelo Banco de Portugal ao BPN.

Sr. Dr. Armando Pinto, o que é que vocês faziam nas reuniões do BPN? Não tratavam destas questões? Como é que se explica que um banco tenha esta rotação de dirigentes e de administradores? Gostava de ouvir a sua opinião e as suas informações sobre isto.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Sr. Deputado, a afirmação do «passar episodicamente pela administração» tem a ver com o facto de eu estar há 20 anos no banco e ter estado cinco anos no conselho de administração. Foi só isto que eu quis dizer! E «episodicamente», porque sempre me considerei, mesmo que isto o choque, mais director do que administrador, e muita gente me ouviu dizer que eu estava como administrador mas era director. Tem a ver apenas com isto! É uma mera figura de retórica, chamemos-lhe assim. Muita gente me ouviu dizer isto e tenho consciência de o que sou é director, fui chamado ao conselho de administração como forma de reconhecimento de mérito, tenho isto escrito.

Exerci funções em áreas que não davam problemas ao Banco e mesmo as que eram conflituosas, quando me foram atribuídas, reconhecidamente, deixaram de dar problemas. Lembro os recursos humanos de quem quase toda a gente se queixava e, quando eu assumi, as coisas acalmaram. Bom, mas o «episodicamente» tem a ver com isto.

Os cargos desempenhados, Sr. Deputado, foram muitos. Foram muitos cargos, sobretudo como presidente da mesa da assembleia-geral de várias sociedades da área financeira.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Foram todas.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Vou ter de consultar, se não se importam...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Diga-nos os nomes.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Posso ir dizendo algumas. Fui secretário, como disse, da mesa da assembleia-geral da SLN — Sociedade Lusa de Negócios...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Essa já sabemos.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Fui secretário da mesa da Real Seguros e cheguei a ser, durante dois anos, salvo erro, administrador da Real Seguros (não tenho aqui a informação), mas foi, talvez, entre 2003 e 2004.

Até à nacionalização, fui secretário da mesa da assembleia-geral, função essa que não implica funções de gestão, como o Sr. Deputado...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Eu sei, Sr. Dr.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Fui e sou ainda presidente da mesa da assembleia-geral da BPN Crédito, da BPN Gestão de Activos, da BPN Imofundos...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Também da BPN Imofundos.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Presidente da mesa da assembleia-geral...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Eu sei, Sr. Dr.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Para os juristas é importante que se especifique o cargo.

Fui presidente da mesa da assembleia-geral de várias outras, ao longo do tempo, mais, recentemente, da BPN Internacional, SGPS e da BPN IFI, SA.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., e nas empresas que precederam a BPN Crédito, empresas participadas?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Sr. Deputado, a BPN Crédito, só esta explicação, resulta da fusão de quatro empresas de crédito especializado, das quais fui, julgo que de três delas, presidente da mesa da assembleia-geral e continuei presidente da mesa da assembleia-geral da BPN Crédito.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Em suma, temos a participação nos órgãos sociais, pode dizer-se, em quase todas as participadas da BPN...

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Como membro da mesa da assembleia-geral, que, como sabe, não tem poderes...

O Sr. Honório Novo (PCP): — A assembleia-geral é ou não um órgão social, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — É um órgão social que reúne, em princípio, uma vez por ano e em que o presidente tem os poderes que quem é jurista sabe quais são.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Desempenhou, simultaneamente, funções de contencioso e de análise jurídica deste Grupo e das participadas.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Cada empresa tem os seus próprios serviços e algumas recorriam a advogados avençados. O que eu tinha era no BPN — Banco Português de Negócios para tratar do negócio corrente.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito bem.

Então, vou dar-lhe um exemplo de uma rescisão de um contrato, chamemos-lhe acordo, que envolveu o BPN, o BPN Crédito, vários outros participantes, que me dispense de referir, e um senhor chamado Óscar Silva, que foi presidente do conselho de administração da BPN Créditus.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Exactamente.

O Sr. Honório Novo (PCP): — BPN Créditus, crédito pessoal.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Certo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Eu gostaria de perceber se o senhor acompanhou o acordo estabelecido com o Sr. Óscar Silva, presidente do BPN Créditus, em 2003, depois de se ter verificado, chamemos-lhe assim, um rombo de cerca de 50 milhões de euros, resultante daquilo que se passou a chamar em gíria «contratos atípicos». Explique-nos isto.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Confirmo que esse senhor foi presidente da BPN Créditus, entidade, entretanto, extinta...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Fundida na BPN Crédito.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Extinguiu-se por fusão.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Exactamente.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — E de facto, em determinada altura, a auditoria do Grupo detectou muitas situações irregulares. Seguiu-se um processo de afastamento do senhor. Foi muito complicado, teve muitas envolvências, ainda se estava a fazer o apuramento mais fino do que estava em causa e é aí que surge aquilo que o Sr. Deputado referiu como contratos atípicos — era, de facto, este o nome na gíria.

O Sr. Honório Novo (PCP): — O que eram os contratos ditos atípicos, para ficarmos a saber?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Os contratos ditos atípicos eram contratos que — enfim, eram, obviamente, com conhecimento e ordens do presidente — se celebravam com entidades em que supostamente por trás, como suporte do financiamento, estaria um bem — era esta a actividade do BPN Crédito, era o financiamento a crédito...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Financiamento pessoal.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Exacto, financiamento pessoal de bens de consumo duradouro.

Mas veio a descobrir-se que havia financiamentos que não tinham esse suporte, eram, na verdade, financiamentos directos a várias pessoas.

O Dr. Óscar Silva foi obrigado a demitir-se, mas havia um grande...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas também não havia quadros?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Quadros...?!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não são os do Miró?!

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Ah, não! Isso é outra coisa. Foi celebrado um acordo com ele, porque, de repente, a BPN Crédito... Isso tinha a ver com a BPN Créditus, na altura, e não com o BPN — Banco Português de Negócios. Não era particular, não era BPN — Banco Português de Negócios.

O senhor teve de ser afastado, foi preciso fazer o apuramento do que estava em causa, e esse contrato a que o Sr. Deputado se refere foi a

forma de minimizar os danos que ele tinha causado, obrigando-o a fazer dações em pagamento... Os quadros a que se refere foram... Não sei se a forma jurídica foi dações em pagamento, mas foi feito o levantamento de todo o património que ele tinha para ficarmos com tudo o que fosse possível. Os quadros surgiram neste contexto, eram quadros que ele tinha. Eram quadros, enfim, extremamente caros. Havia outros objectos, a casa dele...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., vamos abreviar para não perdemos...

Os quadros eram comprados com crédito do BPN Crédito...

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Isso não sei, Sr. Deputado.

Os quadros eram de propriedade dele. Não sei como é que os comprou.

O Sr. Honório Novo (PCP): — A lista de contratos de crédito individual era uma lista de pessoas identificadas, com bilhete de identidade, nome e residência, a quem eram concedidos os créditos, e todas elas desconhecedoras do crédito concedido.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Não eram todas...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Eu sei, Sr. Dr.. Havia alguns testas-de-ferro.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Foi detectado que havia muita gente que...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., este é que era o conjunto dos contratos atípicos.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Eram os contratos identificados pela auditoria como não tendo como suporte o efectivo financiamento de um bem de consumo duradouro.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E as comissões pagas pela GE - Financial Insurance, que nunca deram entrada nos cofres da BPN Créditus?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Essas comissões, foi considerado pela auditoria, foram recebidas pessoalmente por ele, pelo presidente de então.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Portanto, desvio de dinheiro.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Exactamente.

O Sr. Honório Novo (PCP): — O Sr. Dr. Armando Pinto assina este acordo em 2003...

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Assino.

O Sr. Honório Novo (PCP): — ... em nome do BPN.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Exactamente. Havia aí hipotecas a favor do BPN.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Pergunto-lhe: perante esta situação, o que deve fazer um administrador (e, na altura, o senhor era já administrador do BPN) que toma conhecimento disto, um administrador que defende a «camisola» do banco, como o senhor acaba de dizer, e que, naturalmente, tem responsabilidades éticas e perante o Banco de Portugal?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Sr. Deputado, primeiro procurar recuperar o dinheiro de que a instituição estava defraudada — esta foi a primeira preocupação. Foi preciso fazer investigações aturadas para descobrir bens que pudessem cobrir o tal buraco, como disse, que ele tinha causado. E este foi um acordo muito demorado, porque foi por conquistas sucessivas.

O primeiro objectivo era recuperar o dinheiro dos accionistas e dos clientes. Este foi o nosso primeiro objectivo, e esse contrato veio nessa sequência, porque, de outro modo, não chegaríamos lá. Descobriu-se que esse senhor tinha *offshore*, ou constava que tinha *offshore*, e não chegávamos às *offshore*. Por isso, foi preciso encontrar tudo aquilo que fosse tangível, incluindo a vivenda, segundo se dizia, milionária, que ele tinha e sobre a qual ou para a qual obteve um financiamento no banco e tinha-se comprometido a constituir hipoteca, o que não tinha feito. Foi

difícil chegar lá, porque estava tudo em nome de *offshore*; e foi preciso fazer uma investigação grande para se conseguir lá chegar.

Por isso, o objectivo era, antes de mais, recuperar.

Agora, quero dar uma informação que não sei se o Sr. Deputado já a tem: está em curso um processo-crime contra esse senhor por causa dos factos de que foi acusado, incluindo os contratos atípicos. Está em investigação neste momento e eu, sobre isto, não posso pronunciar-me.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Eu não quero que o Sr. Dr. fale sobre isso, o que, politicamente, nos interessa saber, mesmo com o objectivo bondoso e responsável de procurar resolver um problema através de detecção de ilegalidades com o objectivo de recuperar dinheiro, o dinheiro perdido, é se não é obrigação, numa fase subsequente, em pelo menos 2005, e isto começa em 2003, quando há um segundo acordo que encaminha o problema, de um administrador comunicar o facto a quem de direito? É com isto que estou preocupado, Sr. Dr.

Também gostaríamos de saber, se nos quiser dizer, quando foi iniciada a investigação judicial; não é preciso que fale sobre ela.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Sr. Deputado, de facto, consideramos que o primeiro objectivo era recuperar o dinheiro, porque, de outro modo, não veríamos nenhum.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., há uma obrigação de reportar ao Banco de Portugal situações irregulares, ilegais e até, bondosamente, ilícitas.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Sr. Deputado, a intervenção do BPN nesse acordo tem, fundamentalmente, a ver com a existência de um depósito de garantia. Por isso, é que o BPN interveio. É melhor explicar porquê.

Ele garantia que os contratos que se diz serem atípicos, para utilizar a terminologia que referiu, eram todos clarinhos e que se iria receber todo o dinheiro. E se conhece o acordo, há-de reparar que ele se obrigou a instaurar acções judiciais, a custeá-las, incluindo os advogados... E, por isso, o objectivo era receber.

Quem estava lesado era a BPN Créditus, que era, enfim, quem teria de comunicar, mas obrigou-se a não comunicar desde que recebesse. De qualquer maneira, comunicou e o crime está... Havia uma outra coisa, é que...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Comunicou quando, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Comunicou já em 2008.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Ah!... Em 2008!

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Por minha insistência, Sr. Deputado.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Já lá iremos.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — E foi a BPN Crédito que, naturalmente, comunicou.

O Sr. Honório Novo (PCP): — O Sr. Dr. não responde a uma pergunta que eu gostaria de ver respondida. Porém, se quiser responder, responde; se não quiser responder, se quiser passar à frente ou omitir...! Entende, ou não, que o senhor, e o Dr. Oliveira Costa, ao assinar este acordo, que coloca como pressupostos um conjunto de ilegalidades, independentemente do objectivo de recuperar dinheiro, tinha a obrigação de comunicar ao supervisor? Esta é a questão política que coloquei, e é esta que nos interessa, Sr. Dr..

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Sr. Deputado, eu não sei se foi ou não comunicado ao supervisor.

O Sr. Honório Novo (PCP): — O Sr. Dr. é que era o administrador do BPN.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Mas quem teria de comunicar era a BPN Créditus.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não, Sr. Dr. Quem teria de comunicar era o BPN.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Sr. Deputado, peço desculpa, o problema era da BPN Créditus, mas já vou explicar por que é que não houve nenhuma queixa-crime. É que sabia-se que já havia processos em investigação e, por isso, era uma questão de tempo. Já havia processos em investigação que até íamos acompanhando esses processos, houve até

peças da BPN Crédito que chegaram a prestar declarações nesse âmbito. E, por isso, sabia-se que lá se iria chegar. A comunicação iria lá chegar.

Ao Banco de Portugal, sinceramente, eu não faço a mais pequena ideia se foi comunicado ou não.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Nem se preocupou em saber, Sr. Dr.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — A intervenção do BPN foi por causa do depósito de garantia.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr. Deputado, gostaria que tentássemos, tanto quanto possível, respeitar o tempo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Com certeza, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Sr. Dr., vou fazer-lhe uma pergunta que tem a ver com o famoso pagamento em espécie, que é conhecido por ter sido feito a muitos administradores, não sei se também a directores.

Quero saber se o Sr. Dr. conheceu esta situação, se teve conhecimento de colegas seus que, eventualmente, tenham sido pagos desta forma, em termos de prémios, de complemento salarial ou a qualquer outro título, se a sua origem era ou não detectável, porque, às vezes, em vez do pagamento ser feito em espécie era feito através de transferências bancárias, e se, eventualmente, o Sr. Dr. não terá sido também um dos beneficiários deste tipo de transferências.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Para responder de forma simples e rápida, sobre a existência de pagamentos desta espécie não posso confirmar, porque, enfim eu queria evitar falar de ciência de ouvido. Eu ouvi algumas coisas, não sei exactamente como é que se passava, porque isso tinha a ver com condições acordadas com o presidente de então.

Agora, o que quero dizer de forma peremptória, e só quero dizer isto, é que, no que me diz respeito, todos os valores que eu recebi do banco — e ficaram contas para acertar comigo — foram a título de remuneração do meu trabalho, de todos os valores dei recibo e todos os valores foram declarados fiscalmente, sem qualquer excepção.

Em relação a isto não quero dizer nada mais, porque, se não, poderei entrar aqui em violação do sigilo fiscal e do direito à confidencialidade, e isso são matérias que dizem respeito, antes de mais, à administração fiscal e, eventualmente, aos tribunais.

No que me diz respeito, quero dizer, de forma clara, que de todos os valores que me foram pagos passei recibo e declarei-os fiscalmente, e religiosamente, como é minha obrigação.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., notei que se referiu a tudo aquilo que recebeu do banco, portanto não admite que tenha, por acaso, recebido da SLN?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Nunca recebi da SLN.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não admite que possa existir um documento — vamos ver se tem validade ou não — da SLN que

demonstra que, eventualmente, o Sr. Dr. terá recebido, a título de prémios, durante vários anos, uma quantia de cerca de 300 000 contos...

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Sr. Deputado,...

O Sr. Honório Novo (PCP): — ... ou seja, 1,5 milhões de euros?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Sr. Deputado, se houver algum documento...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não com origem do BPN, mas com origem na SLN!

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Se existir algum documento dessa natureza,...

O Sr. Honório Novo (PCP): — É apócrifo.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — ... eu terei de, imediatamente, participar criminalmente de quem o produziu,...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito bem.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — ... porque é absolutamente mentira.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Basta-me essa resposta.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Os valores que eu recebi foram todos declarados fiscalmente e nunca ouvi tal coisa.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Basta-me essa resposta, Sr. Dr.

No âmbito das suas intervenções em processo contencioso e de direcção jurídica, suponho que o Sr. Dr. tinha um superior hierárquico chamado, por coincidência, Dr. Mário Soares.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Não.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Fazia parte da direcção do BPN Crédito.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Não, não tinha superior hierárquico. O Dr. Mário Chaves Soares, para não haver confusão,...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Exactamente!

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — ... é o responsável pelos serviços jurídicos da BPN Crédito.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sim, da BPN Crédito. Estou a falar da BPN Crédito.

E qual é a relação funcional que tem com o Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — As duas sociedades são independentes. De vez em quando há algum apoio recíproco...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Portanto o Sr. Dr., normalmente, articula os processos de contencioso com o Sr. Dr. Mário Soares?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Não, não! Eles têm um contencioso próprio, não têm a ver com o contencioso do banco. Eles têm um contencioso próprio.

O Sr. Honório Novo (PCP): — O Sr. Dr. quer dizer — isto para clarificarmos, e é bom que clarifiquemos à partida — que todo o processo contencioso, análise jurídica, contratos, recuperação de créditos e transformação de créditos da BPN Crédito funciona separadamente da sua intervenção?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — A análise jurídica dos contratos...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Tudo o que diz respeito àquilo que eu disse, Sr. Dr., como assuntos jurídicos e contenciosos, recuperação de créditos, alteração e transformação de créditos. Tudo o que vem da BPN Crédito funciona completamente separado da sua intervenção ou o Sr. Dr. tem uma articulação nestes aspectos com o Dr. Mário Chaves Soares?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Não. A BPN Crédito é absolutamente autónoma na...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Eu disse o Sr. Dr.!

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Episodicamente, para utilizar o mesmo termo, o D. Mário Soares pede a minha opinião num assunto ou noutro, mas não especificamente sobre essas matérias. Pergunta-me se acho que ele fez bem, se acho que ele deve fazer de outra maneira, é um contacto entre advogados, de conselho.

Agora, o que o Sr. Deputado está a referir são matérias da exclusiva competência da BPN Crédito, que é independente do banco.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Então, vou referir-lhe aqui três ou quatro assuntos, que gostava de colher da sua memória, para verificar se o senhor teve alguma intervenção, nem que seja ao nível episódico — para utilizar uma expressão que não é minha mas, sim, sua —, ao nível do contencioso, da recuperação de créditos e da transformação de créditos nos contratos de concessão de crédito que vou enumerar.

O primeiro tem a ver com um processo chamado «Processo Norport», que diz respeito a uma empresa que faliu e a quem foi concedido um crédito de 2,5 milhões de euros.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Norport?

O Sr. Honório Novo (PCP): — Norport!

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Lembro-me desse processo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — O que é que tem para nos dizer sobre este processo?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Em relação às condições de financiamento, não faço ideia nem tive intervenção. Agora, lembro-me que a Norport foi uma empresa que, na altura, entrou em processo de falência. Tratava-se de *leasing*, salvo erro,...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Era *leasing*, era, Sr. Dr.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — ... de uma operação de *leasing*. Tratava-se de uma operação efectuada pela estrutura que, depois, deu origem à BPN Leasing, mas que, na altura, ainda funcionava, salvo erro, como um departamento autonomizado do BPN Banco...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Em 1999!

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Provavelmente.

E, por isso, embora tivesse sido preparado... O trabalho foi feito pela estrutura, porque não havia *expertise* de *leasing* no BPN, por isso veio uma equipa para o *leasing*. Enquanto não estava autorizada pelo Banco de Portugal a BPN Leasing foi criado um departamento comercial, que, enfim, não tinha a ver comigo, que tratou dessa operação. Era uma operação de *leaseback*, salvo erro.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Era uma operação de *leaseback*.

O Sr. Dr. não tem memória de que metade do financiamento a essa empresa terá ido parar directamente a um *offshore*?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Não. Não faço a mínima ideia.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E tem ideia do que é que sucedeu à recuperação...

A Sr.ª Presidente: — Sr. Deputado, tínhamos combinado que o sistema era a agregação de perguntas, porque, senão, o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, e com razão, queixa-se, porque era a metodologia combinada.

Portanto, peço-lhe que tente agregar o mais possível as perguntas que pretende colocar.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Está bem, Sr.ª Presidente. Eu peço desculpa.

Vou apenas colocar aqui uma pequena questão complementar e, depois, passarei à enumeração das situações.

Estava eu a perguntar — e não lhe peço que me responda já, responde-me, depois, em bloco — se a execução, neste processo Norport, da garantia de um terreno pelo BPN teve ou não um encaminhamento para fora do balanço e terá sido direccionado para uma empresa co-participada, eventualmente, do universo SLN.

Gostava também de ouvir o que é que tem a dizer-nos, se é que tem a dizer-nos alguma coisa, sobre o Grupo GR e o processo Grafic sobre o

qual existirão vários contratos de *leasing* e *factoring* no valor estimado de 37 milhões de euros em crédito malparado.

Depois, gostava de perceber qual foi a intervenção em vários contratos de um senhor chamado José Duarte Serpa, que funciona como um espécie de testa-de-ferro em alguns contratos, um deles da empresa Donau, que envolveu um crédito que, depois, foi transferido para o Sr. Aprígio Santos. Quem são os sócios desta empresa Donau, se é que se recorda? Uma das sócias desta empresa não será uma advogada oficial do BPN e da BPN Crédito? Se quiser o nome, eu dou-lho, trata-se de Ana Paula Martins.

Depois, o que é que tem a dizer sobre créditos totais no valor de cerca de 25 milhões de euros a este conjunto de empresas que vou referir: Escandimar, ENB e Sogelcod. A maior parte deste valor está incobrável ou próximo disso e a responsabilidade vinha través do Dr. Pedro Moutinho ou Mouzinho, peço desculpa se não sou rigoroso,...

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Mouzinho.

O Sr. Honório Novo (PCP): — ... também funcionando como testa-de-ferro» o Sr. José Duarte Serpa.

O que me sabe dizer sobre a intervenção deste senhor numa outra sociedade chamada SNI Logística, cujo contrato estará em renegociação actualmente já com a gestão nacionalizada, embora se saiba que ela está em incumprimento grave.

E, já agora — e aqui já nada tem a ver o Sr. José Duarte Serpa —, há um outro caso de uma empresa chamada Montiterras, com um crédito eventual de 75 milhões de euros, que faz intervir uma empresa chamada

Pluripar, na qual várias pessoas têm intervenções directas ou indirectas, quer na responsabilização, quer na autorização.

Finalmente, há uma outra situação que eu gostava de apurar consigo, que é a da passagem de 1600 viaturas da Rentilusa para a BPN Crédito, resultado de um registo aparentemente em duplicado, isto é, um existente no lado da Rentilusa, que pertence ao universo SLN, e um outro existente no lado do BPN.

Pergunto-lhe se, para ser feita essa transferência de activos, foi ou não colhida a autorização da SLN, se havia ou não uma procuração e em nome de quem e quem é que foram as pessoas que intervieram neste negócio.

Sr. Dr., em 2004, suponho que um dos membros da administração na empresa Plêiade foi um senhor chamado Jorge Barroso. O senhor tem alguma ideia da razão por que esse senhor saiu em 2004 da administração da Plêiade e sabe como é que foi negociada a indemnização de saída, se é que houve alguma?

A terminar, queria colocar-lhe uma questão, que é a seguinte: há aqui um conjunto de pessoas que, ao longo dos anos, tiveram altas responsabilidades na estrutura do BPN, quer como administradores quer como directores de topo, e que, actualmente, estão a exercer as mesmas funções no banco. Salvo erro, passaram da administração Oliveira Costa para a administração Vakil e desta para, chamemos-lhe assim, a administração Cadilhe e, depois, para a administração Bandeira. Refiro-me, concretamente aos Srs. João Abrantes, Pedro Mouzinho, Armando Pinto, que é o senhor mesmo que aqui está a prestar depoimento, Pedro Guimarães, Carlos Alves e Pedro Pires, se não confundi.

Sr. Dr., confirma ou não esta situação, isto é, que as referidas pessoas desempenharam uma determinada função e mantêm-se nas mesmas áreas a desempenhar as mesmas funções? Refiro-me a si próprio mas também àquelas pessoas que acabei de enumerar.

É tudo, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr. Dr., peço-lhe o favor de tentar responder o mais sucintamente possível.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Sr. Deputado, vou repetir: eu não tinha quaisquer funções de crédito, não fazia parte das minhas competências. As operações não as conheço.

GR Gráfica — este nome não me diz nada.

José Duarte Serpa — ouvi falar ontem, aqui. Se bem que Serpa não seja um nome que me é estranho, não me diz nada.

Quanto à Donau e ao crédito que terá passado para Aprígio Santos, não faço a mais pequena ideia.

Quanto à advogada de que falou, enfim, vou dizer isto porque basta procurar no *site*. Conheço este nome como fazendo parte de uma sociedade de advogados que não tem nada a ver com a Direcção de Assuntos Jurídicos. Não faço a mínima ideia... Pode indicar que essa sociedade teve intervenção numa montagem jurídica ou coisa parecida, mas não tem a ver com a Direcção de Assuntos Jurídicos que chefiou. E nem é uma sociedade cuja prestação seja gerida pela Direcção de Assuntos Jurídicos, nunca foi. Só digo disto — doutro modo, não o diria —, porque pode ser constatado, visto na *Internet*.

Scandimar, ENB, Sogelcod... Esta última, a Sogelcod, diz-me alguma coisa. Julgo que houve operações de crédito a esta sociedade que julgo que tem a ver com comércio de bacalhau, mas não me diz grande coisa.

O Dr. Pedro Mouzinho era director da área de *factoring* do Grupo. Julgo que, agora, não exerce essas funções. Esclarecimentos sobre essas operações poderiam ser dados pelas pessoas desta área. Estamos a falar de *factoring* que não é do Banco. Se é o Pedro Mouzinho, era *factoring*, não tem a ver com o banco e não conheço porque, como disse, não estou na área comercial, nunca estive.

SNI Logística; renegociação. O nome não me diz grande coisa.

Quanto à renegociação que estará a ser tratada nesta altura em que há uma nova administração, sei, mas não conheço pormenores, que há um contencioso na BPN Crédito — não é no BPN, é na BPN Crédito — e admito que possa ter a ver com esta sociedade. Não faço ligação ao nome, mas como o Sr. Deputado referiu que é qualquer coisa que está a ser negociada nesta fase, tenho essa informação mas não tenho detalhes que possa dar aqui.

Por outro lado, também, em minha opinião, isto estaria ao abrigo do sigilo bancário que é um dever que tenho de cumprir porque está previsto e punido no Código Penal, como os senhores sabem.

Portanto, não sei se é esta sociedade, mas que há uma renegociação que é da BPN Crédito, isso eu soube que sim.

Montiterras - não posso dizer que não ouvi o nome, mas não faço a mínima ideia do que faz e nem conheço a operação concreta.

Pluripart também é um nome de que se fala muito. Nesta altura, é difícil saber se vem do «antes» ou se já vem do «depois». É um nome de que tanto se fala que é impossível não ter ouvido falar da Pluripart. Não

conheço rigorosamente nada sobre as operações. Não sei o que é que está envolvido, embora se digam coisas.

Passagem de 1600 viaturas — o Sr. Deputado está muito actualizado! Isto conheço, mas é um processo normal. Imagino que não teve ideia de apresentar isto como se houvesse aqui algum «pecado». Isto é da BPN Crédito.

O que eu soube é que isto é uma operação normal, é uma operação de financiamento de viaturas que, transitoriamente, apesar de terem sido compradas pela BPN Crédito, não ficaram registadas mas que havia compromisso de registar em situações de incumprimento. Assim, trata-se de cumprir um contrato, tanto quanto sei. Não tive intervenção nessa operação. Na parte final, foi-me pedido apoio porque, agora, as operações da BPN Crédito são apreciadas no conselho de crédito, mas só sei por isso e não posso dizer mais sobre esta operação.

Considero, pelos elementos que me foram mostrados, que se trata de formalizar ou de cumprir um contrato que é claro. Não tenho mais informação sobre isto mas, de facto, é muito, muito recente.

Isto estava ligado com a pergunta sobre se havia registos em duplicado. Desconheço em absoluto.

O que julgo é que na contabilidade de uma sociedade estava registado como vendido e, na outra, como comprado. Isso foi o que ouvi, ponto final. E estou convencido que é exactamente isso que acontece. Por isso, não vejo aqui nada de pecaminoso, tanto quanto é do meu conhecimento.

Plêiade - nunca tive nada a ver com a Plêiade. Este Sr. Jorge Barroso, conheço este nome, tenho até dúvidas de que tenha sido administrador

da Plêiade. Pode até ter sido, mas Sr. Deputado — tenho de insistir nisto —, a Plêiade é SLN, não tem nenhuma dependência do banco.

A Plêiade é SLN, é uma *sub-holding* da SLN. Julgo é que este senhor era administrador de empresas que dependiam da Plêiade mas ele próprio não seria da Plêiade. Também não tenho a certeza disto e não quero afirmar. Como sabe, essas coisas podem ser vistas no registo comercial e eu não posso dizer mais nada sobre isto.

Por que é que ele saiu? Sei que houve uma situação de litígio com o Presidente de então, o Dr. Oliveira Costa. Não sei em que termos é que ele saiu, que tipo de negociações houve nem se houve pagamento de indemnização. Sobre isso não posso falar.

Depois, falou-me de responsáveis que estavam anteriormente em lugares de gestão e que continuam lá.

João Abrantes não faz parte do Grupo. Saiu já há bastante tempo; Pedro Mouzinho não sei exactamente o que faz. Conheço-o há muito, não o vejo há muito tempo, não sei o que está a fazer; Pedro Guimarães — isso também se vê pelas certidões de registo comercial — é administrador da BPN Crédito; quanto a mim próprio, não sou administrador, sou o que já antes era, sou Director de Assuntos Jurídicos.

Queria dizer, muito rapidamente, ao Sr. Deputado, só para lembrar, que, dos que foram administradores do banco, sou o único que presentemente está em funções, obviamente a cumprir a minha obrigação. Mereci a confiança de todos os conselhos de administração, antes e depois do Dr. Oliveira Costa.

Qualquer administração, do Sr. Dr. Cadilhe e dele próprio, não precisando de o fazer, fez questão de me manifestar apreço e confiança.

Sinto esses mesmos apreço e confiança por parte da actual administração que está procurar levar o BPN a bom termo.

O que posso dizer-lhe, Sr. Deputado, é que entendo essa sua pergunta como partindo de um pressuposto que tenho de recusar: é que todos os que estavam antes, todos estão implicados, todos têm culpas. Uma coisa é a responsabilidade... Não posso apagar do meu currículo o facto de, como administrador, ter pertencido a um conselho de administração onde estava o Dr. Oliveira Costa.

Obviamente que, se soubesse o que sei hoje — e estamos aqui, todos, na situação de quem faz a chave do Totobola à segunda-feira...

Não havia nenhum motivo para duvidar de que todo o negócio era lícito, porque o que era duvidoso — e os senhores já cá ouviram as pessoas — era feito numa estrutura estanque, porque não é verdade que todos soubessem ou tivessem acesso. Naturalmente, as autoridades judiciais investigarão isso e tenho a certeza que o farão com rigor.

Assim, este «rótulo» com que aqui entram todas as pessoas que até agora estiveram no BPN é que de maneira nenhuma posso admitir nem aceitar. Não quereria dizer mais nada do que isto, a não ser que continuo a ter a confiança porque as pessoas conhecem-me, há muitos anos que sabem quem sou.

Também queria dizer-lhe, Sr. Deputado, que jamais permitirei que uma reputação que comecei a construir aos 14 anos de idade, que é quando comecei a trabalhar... Chegado aos 51 anos, jamais permitirei que alguém ponha em causa o meu bom nome, a minha reputação, a qualidade e a isenção do meu trabalho, jamais!

Sabendo eu que, quando entrei aqui, vinha com um «rótulo», cumpre-me defender esta minha posição. Não aceito o «rótulo».

Não posso apagar do meu currículo, nem da minha vida, que fiz parte de uma administração que, agora, está sob escrutínio. Continuo a dizer: das operações que passaram pelo Conselho de Administração do BPN não vi qualquer operação que não fosse uma operação normal de crédito; o que é irregular não passou pelo Conselho de Administração do BPN. Eu só estava, ao nível da gestão, no Conselho de Administração do BPN. Era isto que eu queria dizer, Sr. Deputado.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Quero só referir o seguinte: não tenho dúvidas de que o Sr. Dr. não participou na montagem dos créditos dos processos que aqui referi — e desde o princípio que situei bem claramente essa situação.

A pergunta que fiz, que repeti e enquadrei, por diversas vezes, no início é se, relativamente a todos os processos que enumerei, incluindo os mais recentes, incluindo aqueles que até estão em processo de renegociação, devida ou indevida (eu posso ter uma opinião, mas é assim que estão neste momento), o Sr. Dr., enquanto responsável da área jurídica, no que diz respeito, repito, ao contencioso e à recuperação de créditos, teve ou não alguma intervenção qualificada (e não é de café, Sr. Dr., não é de aconselhamento de corredor) na montagem dos contratos relativos à resolução dos problemas de crédito incobrável que aqui estavam a jusante?

É só nesse nível, Sr. Dr., que queria ouvir a sua opinião. Já nos disse que não, mas era para deixar ficar bem claro que a questão não era na montagem inicial, mas na montagem final da solução.

Um comentário final para dizer que nós, aqui, procuramos responsabilizar politicamente e há aqui uma ideia clara, em que tenho

insistido várias vezes: acho que o conjunto de irregularidades, de ilicitudes, de ultrapassagem de todas as questões normais, objecto da supervisão, de crimes (também se deve, e pode-se, utilizar a expressão) ocorridos ao longo de vários anos nesta instituição e neste Grupo — BPN, BPN SGPS, SLN, etc. —, não podem, de uma forma credível, ter sido architectados, desenvolvidos e mantidos, ao longo de tanto tempo, nos ombros e nas costas de duas ou três pessoas. É só esta a preocupação que temos. As investigações «finas» não são connosco, fique o Sr. Dr. descansado.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Porventura, não seriam só três pessoas, poderiam ser mais. Mas isso a investigação, seguramente, há-de chegar lá.

A Sr.ª Presidente: — Sr. Dr., quero só dizer-lhe que não nos cabe, nem nos compete, «pôr rótulos» em quem quer que seja. O objecto da nossa Comissão está claramente identificado e quando chamamos as pessoas a vir aqui é para nos ajudarem a esclarecer o que aconteceu, o que levou à nacionalização do BPN, é para saber se a supervisão funcionou adequadamente e se, do ponto de vista legislativo, há aperfeiçoamentos a introduzir, para prevenir ocorrências futuras desta natureza.

Dou, agora, a palavra ao Sr. Deputado Almeida Henriques, a quem também peço para tentar ser sucinto, dado o adiantado da hora, e faço o mesmo pedido ao Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto nas suas respostas.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr.ª Presidente, desculpe, mas agora não é a minha vez?

A Sr.ª Presidente: — Não, porque fizemos o caminho inverso, ou seja, CDS-PP, PCP, PSD, PS e, depois, BE. E como o Sr. Deputado não estava aqui há pouco...

Sr. Deputado Honório Novo, não se vá embora porque eu preciso que me substitua por um minuto, por favor.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr.ª Presidente, há pouco, o Sr. Deputado Honório Novo teve a deferência de me vir explicar a troca que fez com o Sr. Deputado Nuno Melo e eu entendi que isso só era natural por ser eu a seguir, mas não faço qualquer questão...

A Sr.ª Presidente: — Pois, era ao contrário. O Sr. Deputado é que não estava aqui quando anunciei que, então, faríamos o movimento inverso para não ser sempre o mesmo. Está bem, Sr. Deputado?

O Sr. João Semedo (BE): — De qualquer forma, aproveito estar no uso da palavra só para dizer à Sr.ª Presidente que tomei a liberdade de tirar o casaco. Espero que ninguém se ofenda com isso... Mas é que está aqui imenso calor!

A Sr.ª Presidente: — Ninguém se ofende. E peço desculpa de vos fazer passar muito calor. Se quiserem tirem os casacos. Mas é que, aqui, faz uma enorme corrente de ar e, como viram, até fiquei com uma doença profissional por causa da minha localização neste sítio.

Tem a palavra o Sr. Deputado Almeida Henriques.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, o sacrifício que faremos é para bem da saúde da Sr.<sup>a</sup> Presidente, pelo que fá-lo-emos com gosto.

Não vou alongar-me muito, mas quero começar por cumprimentar o Dr. Armando Fonseca Pinto e colocar-lhe algumas questões iniciais de carácter genérico, sobre o funcionamento do banco e dentro daquilo que eram as competências do Sr. Dr..

O Sr. Dr. está há 20 anos na banca, já se referiu por várias vezes à sua condição de jurista, de director do departamento de assuntos jurídicos, departamento esse que numa empresa — e, ainda para mais, num banco — é claramente um dos departamentos centrais — sobretudo, num banco.

Vou fazer-lhe três ou quatro perguntas e, depois, o Sr. Dr. vai respondendo por blocos.

Desde logo, na questão jurídica, queria perceber o que é que passava pelo seu departamento. É que, objectivamente, é agora do conhecimento público a existência de muitos negócios realizados entre o BPN e algumas das suas participadas. São do conhecimento público muitos negócios efectuados pelo BPN e alguns dos seus accionistas. Assim sendo, pergunto se, no domínio da sua actividade enquanto responsável do departamento jurídico, estes contratos não lhe passavam pelas mãos e se não tinha oportunidade de emitir a sua opinião jurídica sobre eles.

Por outro lado, referiu-se há pouco à contratação de sociedades fora do departamento jurídico do banco, o que é perfeitamente normal, até pela sobrecarga de trabalho que, em alguns momentos, poderia ter. Ora, pergunto-lhe exactamente isso: qual era a coordenação que existia

entre o Sr. Dr., enquanto responsável, e essas sociedades? Que papel tinha nessas situações?

Por outro lado, o Sr. Dr. também referiu, a determinada altura, que veio a ser responsável pelo contencioso, recuperação de créditos... Enfim, são hoje conhecidas várias situações que o banco tinha, pelo que o Sr. Dr. seria, com certeza, uma pessoa que estaria na posse de muita informação, além de que tem 20 anos de banca e a formação jurídica que diz ter e que nós acreditamos que tenha, pois não tenho qualquer razão para duvidar da qualidade dos quadros do BPN, nem para pôr em causa a fidelidade das pessoas que estavam no BPN, não é essa a nossa função.

Assim sendo, gostava que me falasse um pouco dessa matéria que tem a ver com as suas competências, digamos, com o conteúdo funcional que tinha dentro do banco, quer na altura em que é responsável directo pelo contencioso, quer na altura em que acaba por ser administrador, porque, afinal de contas, o Sr. Dr. acaba por ser administrador durante cinco anos, o que é um período extremamente longo.

Quero ainda colocar-lhe mais duas questões que têm a ver com o funcionamento.

A determinada altura, o Sr. Dr. referiu que vinha uma vez por semana a Lisboa para participar em reuniões formais do conselho de administração.

Gostava que me precisasse melhor como é que funcionavam essas reuniões do conselho de administração, se tinham ordem de trabalhos prévia, e que tipo de assuntos constavam normalmente dessa ordem de trabalhos, porque essa regularidade dessas reuniões entra em muito em contradição com um tipo de gestão *one-to-one*, que já foi aqui referida, e inclusivamente vai um pouco ao arrepio de grande parte dos depoimentos

que aqui já tivemos e que referem que o Dr. Oliveira Costa despachava pessoa a pessoa e não fazia reuniões formais do banco.

Ainda no âmbito destas questões prévias, o Sr. Dr. também referiu que, para além de administrador, foi presidente da Assembleia Geral de algumas sociedades e secretário de outras. Então, pelo menos, aprovou contas, ou participou em assembleias-gerais onde as contas eram aprovadas, não é? Pergunto se, obviamente que diligentemente e como bom jurista, apesar de não ter formação económica, olhou, em todos os momentos, para os balanços e demonstrações de resultados das várias empresas onde era presidente da assembleia-geral.

E pergunto se, dessa avaliação, nunca se apercebeu de algo que pudesse pôr em causa a tal ideia que tinha de um banco ímpoluto, a agir sempre no domínio da legalidade.

Nestas perguntas iniciais, e antes de passar a questões mais concretas, faço-lhe só mais uma, que tem a ver com o relacionamento do Sr. Dr. com o Dr. António Franco e o Dr. António José Duarte, que são dois nomes que o Sr. Dr. referiu várias vezes ao longo da sua exposição, designadamente contando-nos um episódio em que o Dr. António Franco lhe terá dito que afirmaria sempre o seu desconhecimento em relação às Contas Investimento e às questões do Banco Insular.

O Sr. Dr., sendo jurista e tendo sido membro de um conselho de administração, sabe que, havendo decisões tomadas em sede do conselho de administração, elas eventualmente também o responsabilizariam a si. Portanto, como é que aceitou assim, de ânimo tão leve, com a formação e a experiência que tem, este tipo de justificações por parte do Dr. António Franco?

Já agora, como conhecia tão bem o Dr. António Franco e o Dr. António José Duarte, era também importante para o nosso esclarecimento que nos pudesse precisar o âmbito das funções que eles tinham dentro do banco.

Estas são algumas questões iniciais sobre o funcionamento. Depois, tenho aqui mais três ou quatro questões de pormenor, que, se a Sr.ª Presidente permitisse, colocaria depois de ouvir estas respostas.

A Sr.ª Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado.

Dou, então, a palavra, para responder, ao Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Sr.ª Presidente, Sr. Deputado Almeida Henriques, perguntou-me o que é que passava pela Direcção de Assuntos Jurídicos.

Por aqui passavam as operações aprovadas no conselho de administração do banco, designadamente, as operações de crédito e a formalização dos contratos. Normalmente a montante, prestava-se o apoio às áreas comerciais sobre a melhor forma de formalização, em questões de hipotecas, etc. Mas estamos a falar das operações que eram aprovadas no conselho de administração.

Ora, como já foi aqui dito, percebeu-se, depois, que havia operações que não passavam pelo conselho de administração. As que passavam pelo conselho de administração tinham um tratamento lógico: passavam pelos vários escalões de decisão, em função do montante e das condições (isso estava tudo definido); eram de processamento informático; passavam pela análise de risco; e, depois, tinham uma

decisão. Ou seja, eram operações absolutamente normais e iguais às de todos os bancos. O que estava na Direcção de Assuntos Jurídicos era isto. Por exemplo, do Banco Insular, nunca passou nenhum contrato pela Direcção de Assuntos Jurídicos. A Direcção de Assuntos Jurídicos desconhecia!

Quando me falaram em Banco Insular e disseram que era da SLN, a minha primeira preocupação foi perguntar ao responsável da contratação em Lisboa - porque foi em Lisboa que eu soube e, no dia seguinte, no Porto - se alguma vez tinha passado por ali alguma coisa. Não passou! Podia ter passado sem eu saber, mas não passou! É que eu não sei todos os contratos que estão a ser feitos.

Por isso, do que é do banco, as operações que passavam eram aquelas que eu conhecia e isso era tratado pela Direcção de Assuntos Jurídicos.

Quanto à coordenação das sociedades, a Direcção de Assuntos Jurídicos, não, mas, na Direcção de Contencioso e Recuperação de Créditos, havia vários advogados avançados, sendo que cada processo tem um gestor interno, que também é um advogado, que está encarregado da relação com esses advogados.

Mas o que está aqui em causa não são esses, porque esses são processos normais, são os que tratavam do contencioso que a Direcção de Contencioso tinha para tratar. Ora, esses casos de que o Sr. Deputado falou nunca passaram, que eu saiba, pela Direcção de Contencioso; estavam em advogados externos, cujo contacto e coordenação estava em Lisboa, na área da presidência, e que não dependiam, absolutamente nada, da Direcção de Assuntos Jurídicos que, aliás, não sabia o que se passava, não sabia, pura e simplesmente.

Falou-se aqui há bocado do nome de uma Sr.<sup>a</sup> Advogada que nós não sabemos... Não tínhamos contacto. Isso era gerido em Lisboa, nós não sabíamos e de vez em quando aparecia uma sociedade de advogados que não tinha sido contratada por nós, nunca ninguém pediu conselho sobre se deveria ser esta ou aquela e, por isso, nós não sabíamos o que se passava. Eu não sabia e os juristas da minha equipa também não sabiam.

Por isso, o contencioso era o contencioso dos processos de crédito que eram os normais. Ainda ontem ouvi aqui falar do contencioso da empresa SLN, mas não havia contencioso da empresa SLN. Nunca vi nenhuma que estivesse em contencioso.

Relativamente às reuniões do conselho de administração havia de facto, por regra, reuniões todas as semanas, à terça-feira e as reuniões tinham uma ordem de trabalhos e cada administrador levava os assuntos dos seus pelouros para tratar.

Por exemplo, eu levava notícia sobre os processos instaurados contra o banco, normalmente, porque os bancos são alvo de muitos processos, os clientes acham muitas vezes que têm razão e, depois, logo se vê... Eu dava notícia do andamento, tratava dos assuntos de recursos humanos, dava conhecimento das novidades legislativas mais importantes para a nossa actividade, preparávamos orientações para a rede, isto no que diz respeito à minha área.

Depois havia a área do crédito, havia a área das operações e cada um dos administradores tinha os seus pelouros e levava os assuntos dos seus pelouros. Cada um tinha obrigação de enviar os seus pontos para o secretariado da presidência que, depois, fundia esses pontos numa ordem de trabalhos para as reuniões.

Por isso, havia uma ordem de trabalhos para as reuniões do conselho de administração. Depois, também, cada administrador tinha obrigação de preparar o texto para a acta dos pontos que apresentou e foram abordados.

O que lhe posso dizer, e não posso falar por mais ninguém, é que, religiosamente, todas as semanas antes de eu chegar ao conselho de administração seguinte, já a área da presidência tinha o texto da minha proposta de acta, que, de resto, era o primeiro elemento do meu *dossier* do conselho. Sempre! Isto confirma-se, porque há *e-mails* de todas as semanas a enviar o meu contributo para a acta. E relativamente a isso, fico-me por aqui.

Sobre a questão do *one-to-one* quero dizer-lhe que havia um conselho de administração do banco em que se tomavam decisões, mas é óbvio que o Dr. Oliveira e Costa era uma figura proeminente, tutelar, ele era visto como o patrão, porque ninguém conhecia outro patrão, os accionistas confiavam nele e este é um termo do passado mas efectivamente era essa a figura dele, ele era uma pessoa proeminente, a opinião dele era fundamental.

Agora, estes actos, e é isso que está em causa, os actos de gestão tratados no conselho de administração, continuo a dizer, eram actos normais, iguais a todos os outros, mas estou convencido que não é desses que os senhores curam, é dos outros, aqueles que não eram do meu conhecimento e estou convencido que não eram do conhecimento de outras pessoas do conselho.

Havia um núcleo em que se notava que havia a preocupação de não contaminar a rede para que não se soubesse... Isso é claro! Hoje, obviamente, assiste-se à tentativa de diluição de responsabilidades e

culpas, porque isso já é uma estratégia de defesa... Obviamente, que se havia um núcleo e o Sr. Dr. Rui Pedras disse que os dedos das duas mãos chegariam para contar as pessoas que dele faziam parte, não lhes interessa estarem a assumir que eram eles, eles procuram diluir, dizer que todos sabem e, por isso, é que saem as notícias que saem.

Agora, as operações que eram feitas no banco, eram operações de crédito normais, que podiam correr bem ou correr mal, é o risco do crédito, mas grande parte delas eram garantidas, porque os meus serviços, que também tratavam da formação das escrituras, tinham grande quantidade de escrituras para fazer, o que era sempre um descanso, era trabalho, mas era sempre um descanso.

De facto, essas operações eram preparadas, eram autorizadas de acordo com os escalões de crédito e quando chegavam à Direcção dos Assuntos Jurídicos para formalizar elas estavam autorizadas, sendo que a equipa de juristas só elabora os contratos depois de ter as propostas aprovadas de acordo com os regulamentos.

Quando esses processos corriam mal eles iram parar ao Contencioso. Só para dar um exemplo: falou-se aqui do assunto El-Assir que está em contencioso, mas não estava no Contencioso do banco, só depois com o Sr. Dr. Miguel Cadilhe é que foi retirado do escritório externo, que tinha o processo, para a Direcção de Contencioso e Recuperação de Crédito, que já não é da minha responsabilidade.

Por isso, não havia Contencioso de empresas no Grupo SLN, eu diria que, por natureza, não havia, não havia incumprimento, por parte das empresas do Grupo SLN, o incumprimento surgiu depois da nacionalização.

Aparecia também crédito a accionistas, porque era óbvio, mas o que devo dizer em relação a isso é que no conselho de administração do banco eram apresentadas as propostas e a mim chegavam-me listagens de propostas que, sem elementos concretos de análises anteriores, tinham seguido o circuito normal do *workflow*. Havia accionistas, mas esses faziam parte de uma relação à parte que respeitava o estabelecido no regime geral das instituições de crédito de sociedades financeiras.

Quer dizer, formalmente, quem olha para aquilo está tudo bem, portanto havia um controlo; se havia outras não eram feitas pelo BPN, porque no BPN havia esse controlo, até porque o Banco de Portugal depois via. Agora, o que nós já percebemos é que havia financiamentos noutras estruturas que não no BPN, que não passavam pelo BPN e nunca foram discutidas no conselho de administração do BPN.

Quanto às assembleias-gerais, o Sr. Dr. perdoará, eu sei que é um jurista eminente, mas o presidente da mesa da assembleia-geral tem poderes para assegurar a regularidade das assembleias, não tem mais nenhum poder. Eu não tenho sequer o direito de olhar para as contas e questionar. Primeiro, não tenho essa capacidade, não tenho competência técnica para isso, depois não cabe ao presidente da mesa da assembleia-geral, é ao accionista e, ainda mais, porque tratava-se de sociedades – e por isso era fácil ser presidente de muitas – com um único accionista.

Por isso, o Sr. Dr. sabe, em sociedades com um único accionista é fazer uma acta, na prática é assim que acontece, pois as coisas estão aprovadas à partida, sendo que é uma mera formalidade ser presidente da mesa da assembleia-geral de uma sociedade com um único accionista... É um nome, mas não tem nenhum poder, o Sr. Dr. sabe isso, repito,

portanto a minha intervenção a esse nível era essa e só porque era fazer uma acta é que era possível ser presidente de várias sociedades.

O relacionamento com os meus ex-colegas António Franco e António José Duarte foi sempre um relacionamento cordial, aliás, devo dizer que tive sempre um relacionamento muito cordial com todos os administradores e todos eles reconhecerão isso.

Nunca tive nenhum problema com o meu ex-colega António Franco. Ele, por natureza, é um homem muito fechado, e tem todo o direito de que não se saiba nada da vida dele, eu conhecia-o do conselho, sempre achei que era um homem frontal, agora, não sabia que, além de estar no conselho de administração, ele tinha sido incumbido de outras tarefas, que eram extra-conselho, não eram tratadas no conselho, como, por exemplo, Contas Investimento, que não eram tratadas no conselho, Banco Insular, que não era tratado no conselho, e hoje eu percebo porquê: não podiam ser tratadas no conselho, porque se não, facilmente, chegava à rede e não se podia saber, julgo que não é difícil entender isso.

A preocupação era não haver contaminação, as pessoas que estavam, simultaneamente, no banco e nessa estrutura do Banco Insular eram o mínimo indispensável para assegurar os serviços. E os senhores já cá ouviram isto...

Agora, e isto é a *posteriori* e esses juízos de prognose não eram possível fazerem-se anteriormente, percebe-se a importância de que se davam ares algumas destas pessoas.

Disseram-me isto e, de facto, eu fiquei muito preocupado. Isto foi naquele período das descobertas quando se andava, não eu, porque nunca fiz parte de nenhum grupo de trabalho para recolher informação, porque eu não tinha informação, não fazia sentido, mas eles sabiam quem

tinha a informação e, logo após a saída do Dr. Oliveira e Costa, faziam questão de querer contar. Eu, embora não adiantasse, cheguei a dizer: «aquilo que não disseram antes, guardem para vocês e contem às autoridades». Foi um período muito difícil, quatro meses inimagináveis.

Quanto ao Dr. António José Duarte, eu nunca tive uma relação de proximidade com ele. Ele era reconhecido como um bom técnico, é uma pessoa com grande formação económica ou financeira, julgo que é mestre, e a partir de determinada altura, ele tinha funções administrativas. Um dia apareceu num gabinete, apareceu para mim, porque como eu vinha uma vez por semana a Lisboa, depois mais tarde comecei a vir, às vezes, à quinta-feira, porque tinha de despachar com as pessoas das minhas áreas que estavam em Lisboa – recursos humanos, *compliance*, e também os assuntos jurídicos, que há um núcleo em Lisboa –, mas os meus contactos com ele eram contactos meramente superficiais. Aliás, ele próprio já disse aqui quem é que lhe dava instruções, se ele dissesse que alguma vez lhe dei alguma instrução, estaria a mentir e ele não correu esse risco.

Ele estava num gabinete em frente ao do presidente, estranhou-se, mas diziam que ele, de facto, era extremamente competente, era assessor, diz-se assessor do conselho de administração, seguramente que nunca me assessorou a mim, mas ele diz que era assessor do conselho de administração e eu não vou pôr isso em causa.

Mas quando ele fala e diz que eram ordens da administração, ele deveria dizer quem é que da administração lhe dava ordens, porque hoje já se sabe quem era e eu não era, seguramente, nem podia dar ordens sobre aquilo que não sabia, nem podia falar sobre aquilo que não conhecia.

Por isso, a minha relação com ele é esta, não tenho nada contra, mas não tenho qualquer relação de proximidade.

Com o Sr. António Franco ele foi meu colega no conselho e tivemos sempre uma relação cordial e considero-o um homem frontal. Aliás, naquele momento conturbado, ele assumiu e estou convencido que o que me disse a mim, disse à CMVM e disse ao Banco de Portugal na altura.

O que lhe posso dizer é que a DAJ do BPN não esteve envolvida em nada disto. Quem tem de saber, sabe quem é que estava envolvido nisto, quem eram as equipas jurídicas e que não tinham nada que ver connosco, não nos reportavam, não davam conhecimento, nós não sabíamos o que faziam.

Suponho que respondi às perguntas do Sr. Deputado, mas se por acaso me esqueci de alguma...

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Eu referi o nome do Dr. António José Duarte, porque, se não estou em erro, ele foi referido pelo Sr. Dr., designadamente no trabalho que fez em Agosto de 2008, em Porto Santo, a propósito dos quadros do Miró. Por isso, é que eu lhe perguntei qual era a sua relação.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — E falei dele a outros títulos.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Admito que o Sr. Dr. não olhasse para as contas na sua qualidade de presidente da assembleia-geral, mas olhava, com certeza, para as contas na sua qualidade de administrador do banco e aprovava-as.

Apresento-lhe apenas duas pequenas questões sobre contas, uma no sentido de saber se se recorda do Dr. Teófilo Carreira se recusar a assinar as contas de 2007 num conselho de administração onde o Sr. Dr. já estaria presente.

Outra questão: o Sr. Dr. entrou para a administração do BPN em Janeiro de 2003 e, portanto, já participou na aprovação das contas de 2002. Nesta circunstância, deve ter tomado conhecimento do negócio de Porto Rico. Assim, pergunto se nas contas do BPN que analisou ficou repercutido algum prejuízo decorrente da desvinculação do negócio e se analisou essa situação. São duas situações em relação às contas que gostava que me esclarecesse.

Quanto às relações com o Banco de Portugal, o Sr. Dr. já se referiu que só esteve nesta reunião convocada pelo Dr. António Marta, em 2006,...

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Eu estive em mais do que uma reunião.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — ... em que estiveram todos os administradores e várias pessoas ligadas à supervisão do banco.

Gostaria de saber se se recorda, em concreto, dos assuntos que foram colocados e se esses assuntos colocados não o alertaram para outras situações mais complexas que, efectivamente, se estivessem a passar dentro do banco. Esta é também uma questão que não ficou muito clara nas respostas que o Sr. Dr. deu.

Uma outra questão concreta que gostava de lhe colocar tem a ver com a prática de sobreavaliação de imóveis. O Sr. Dr. foi presidente da assembleia-geral do BPN Imofundos, não é?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Presidente da mesa da assembleia-geral.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Com a sua formação jurídica, nunca se apercebeu de imparidades relacionadas com os imóveis dos fundos imobiliários, designadamente com a sobreavaliação dos imóveis?

Tenho ainda umas questões para lhe colocar sobre o documento *Estado da Nação*, mas verifico que, efectivamente, o Sr. Dr. já afirmou, várias vezes, que esse documento era só do conhecimento de um grupo restrito de pessoas...

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Seguramente!

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — ... e, portanto, que nunca teve conhecimento dele,...

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Nunca tive conhecimento. Não conheço o conteúdo.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — ... não sabe quem é que o mandou fazer e não conhece o conteúdo.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — O que sei é o que tem sido dito aqui.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Eram estas as perguntas que gostava de lhe colocar.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Relativamente às contas do banco que o meu ex-colega Teófilo Carreira se recusou a assinar, eu soube isto já no consulado do Sr. Dr. Miguel Cadilhe. Foi-me dito: «sabe que o seu colega Teófilo não assinou as contas.»

Quando eu assinei as contas do banco, só faltava assinar o meu colega Teófilo Carreira, porque não estava cá. Julgo que ele estava de férias, na altura. Se eu soubesse que havia uma reserva, como ele referiu... Eu não tenho a mínima capacidade... Ele mesmo, que é do negócio, diz que fez manualmente... Eu menos ainda teria hipótese de detectar qualquer coisa desta natureza, porque, de facto, não tenho formação.

No entanto, o que tenho de dizer é que se eu soubesse disto antes de assinar, não teria assinado, procuraria esclarecer o que é que estava em causa. Quando eu assinei, só faltava assinar ele. E só soube, como disse, já depois, no tempo do Sr. Dr. Miguel Cadilhe, que haveria um problema. E até nem sabia que ele tinha chegado depois a assinar. Ele disse-o ontem.

Relativamente às contas, é a questão da confiança, eu quero dizer que não tenho capacidade para analisar as contas, mas parto do princípio que, tendo o banco ou as outras instituições (ele só tinha a ver com o banco) contabilistas, revisores oficiais de contas, auditores externos e, nos últimos anos, até empresas de *rating* que olhavam e escrutinavam, não

me é exigível que ande com um auditor ao meu lado para verificar se aquilo que eu vou assinar corresponde à realidade. Obviamente, eu não podia fazer isso. Tinha de confiar nas pessoas, e confiava, porque, antes de se saber o que se sabe hoje, não havia nenhum motivo para duvidar que estava.

Quando o Banco de Portugal chamou a atenção, fiquei obviamente preocupado, mas não podia fazer nada, porque não fazia parte dos meus pelouros nem a informação que tinha de ser prestada era minha. Eu não dispunha da informação. A única coisa que eu podia perguntar, e perguntava, era se já responderam, se ainda está dentro do prazo, ao que me respondiam, estamos a recolher informação, e depois foi respondido. No entanto, eu não tinha nenhum contacto com o Banco de Portugal a esse nível. Fui às reuniões, fiquei preocupado, manifestei preocupação, mas diziam-me que estava tudo em regularização.

Relativamente a saber se havia nas contas de 2003 alguma coisa sobre Porto Rico, não consigo dizer, Sr. Dr. De facto, as contas eram do ano anterior e, naturalmente, como já estava na administração, era meu dever assinar com base nos elementos fornecidos pela administração anterior. É assim que funciona. Assinam as contas os que estiverem em exercício, com base nas informações anteriores. Não vi e, mesmo que lá estivesse, tenho dúvidas que conseguisse apurar esse resultado. Não sei se está.

Quanto às reuniões do Banco de Portugal, já disse que, de facto, fiquei preocupado e a única coisa que podia fazer era perguntar: já responderam?, já está respondido?, porque nessas reuniões estava em causa o atraso no envio da informação e a concentração de risco (lembro-me que havia) em alguns clientes. E isso era assunto que o conselho tinha

de corrigir, porque o Banco de Portugal, a seguir, ia verificar se tinha sido corrigido ou não. E eu acreditava que sim, que estava corrigido e que não havia problemas.

Quanto à BPN Imofundos, Sr. Dr., mais uma vez, eu era presidente da mesa da assembleia-geral e fazia-se uma acta, porque o accionista único estava de acordo com as contas e era tudo aprovado. As avaliações são feitas por avaliadores, mas as avaliações não constam das contas. Consta o valor de imóveis. São documentos de suporte que a sociedade há-de ter.

Sr. Dr., não tinha a mínima hipótese, nem capacidade, nem competência, não fazia a mínima ideia se haveria sobreavaliação ou não; o que sabia era que quem avaliava eram avaliadores acreditados na CMVM, porque isso dizia-se e falava-se. No entanto, não faço a mínima ideia, nem tinha competência, nem poderes, nem forma de verificar.

Por isso, queria deixar claro que este papel de presidente da mesa da assembleia-geral era de mera formalização de uma acta que era aprovada pelo accionista único. Não cabia nas minhas competências verificar nem teria capacidade para o fazer. Porém, as avaliações, como disse, eram feitas por dois avaliadores acreditados — já ouvi isto ser dito aqui e também se ouvia falar nisso. Se estavam sobreavaliadas ou não, não faço a mínima ideia. Não podia fazer.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Queria colocar-lhe apenas uma questão final, quanto à relação com o Banco de Portugal.

O Sr. Dr., durante este tempo todo em que foi administrador, nunca teve conhecimento da quantidade de pedidos de informação do Banco de Portugal que não eram respondidos? Por outro lado, quando há o *email*

de Julho de 2007 a solicitar informações sobre o Banco Insular, o Sr. Dr. também diz que só em Fevereiro de 2008... Quer dizer, passam-se tantos meses, o senhor é administrador da empresa, com uma ordem de trabalhos, etc....

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Sr. Dr., já disse no início, a informação não era divulgada. O que vinha do Banco de Portugal não circulava. O Sr. Dr. Vakil alterou esse sistema e, sempre que recebia uma comunicação do Banco de Portugal, mandava digitalizar e distribuir por todos, embora continuasse a não estar nas minhas competências responder, porque não era informação que eu devesse prestar. O que era preciso era que ela fosse prestada e eu acreditava que sim.

Quanto ao número de pedidos, eu ouvi falar, já com o Dr. Vakil, que havia uma grande quantidade de pedidos por responder. Ouvi falar, de facto. Não me passaria pela cabeça, não estava na minha disponibilidade fazer isso. Havia núcleos junto do presidente que geriam e prestavam essa informação. Isso não passava por mim.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Jorge Seguro Sanches.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Dr. Armando Pinto, agradeço os esclarecimentos que até agora nos deu e agradeço já antecipadamente aqueles que nos possa dar nesta sessão de perguntas.

O Sr. Dr., como já aqui foi referido, foi membro do conselho de administração com o pelouro jurídico. Faço aqui uma leitura muito clara de que, quem tem o pelouro jurídico num conselho de administração,

tem, com certeza, mais conhecimento e mais sensibilidade para as questões legais, para as questões regulamentares e tem, acima de tudo, mais responsabilidade. Penso que isto é absolutamente evidente.

Disse que não tinha qualquer especialização em direito bancário ou financeiro...

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Não, não. Economia e finanças. Direito bancário e direito da banca, bolsa e seguros são a minha especialidade.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — De qualquer forma, qualquer um destes temas...

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Direito! Não economia nem gestão!

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — ... tem a ver com a vida de um banco. Uma pessoa que trabalha 20 anos, como diz que trabalhou, «vestindo a camisola», com certeza que conhece bem a vida de um banco. Portanto, há aqui pormenores em relação aos quais quero dizer-lhe que fico surpreendido, porque, por aquilo que eu até agora tenho estado a ouvir, parece-me que qualquer um dos membros desta Comissão de Inquérito estaria mais à vontade dentro dos temas do BPN do que, com certeza, o Sr. Dr. - quero dizer-lhe isto com toda a franqueza.

Queria começar por lhe perguntar quem é que elaborou as minutas dos contratos do Banco Insular.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Estou convencido que foi uma das sociedades de advogados externas. Não foi a direcção de assuntos jurídicos.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — E passaram pelo Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Não passaram por mim.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Então, o Sr. Dr. só pagava à sociedade de advogados? O Sr. Dr. não dava ordens?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Peço desculpa, Sr. Deputado, mas eu já esclareci que não tinha nenhuma relação com essa sociedade de advogados. Toda a relação era gerida pelo presidente e pelos serviços do presidente. Não passava pela direcção. Não havia nenhuma relação. Eu sabia que eles existiam.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Então, o Sr. Dr. não tinha o pelouro jurídico, com certeza. Se não tinha essa área, não tinha! Em qualquer empresa...

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Ó Sr. Dr....!

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Peço desculpa, deixe-me terminar. O Sr. Dr. não tinha o pelouro jurídico, se não tratava destas questões. Se não tinha este tipo de contratos, não tratava.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Eu não tratava do Banco Insular, porque o Banco Insular não estava dentro do BPN.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Não é o Banco Insular que aqui está em questão; o que está em questão são os contratos feitos pelo banco.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — A organização das instituições é a organização que as instituições têm, não é a ideal. De qualquer das maneiras, agradecia que, como estamos todos já muito cansados, não alterássemos o tom dos interrogatórios.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, com certeza que eu não altero o tom dos interrogatórios. No entanto, há aqui uma questão: eu não aceito que qualquer Deputado aceite como bom tudo o que nos vêm aqui dizer. Gostava muito que a pessoa que está aqui a ser ouvida fosse objectiva nas respostas e, até ao momento, não tem sido. Aliás, tem vindo a responder de uma forma muito desenvolvida, mas nunca vai ao que é perguntado. E, se alguém tem o pelouro jurídico numa instituição, a não ser que não o tenha todo, a não ser que haja...

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Eu não tenho...

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Mas não foi isso que disse. Disse que o tinha. E disse que tinha a *compliance*. Pergunto-lhe se na *compliance* não cabem questões como as que temos estado aqui a analisar e que o Sr. Dr. não conhece.

Vou passar para a pergunta seguinte. Disse que nunca recebeu montantes em dinheiro vivo. Pergunto-lhe como é que era o pagamento dos órgãos sociais em que participava, não só aqueles que referiu aqui já anteriormente, mas outros de que tenho a informação que o Sr. Dr. fazia parte: BPN Serviços, AVS - Corretores de Seguros, SA, Tapada do Chaves, SA, Cimpofin - Projectos Técnicos e Financeiros, SA. Não me vai dizer que não pertencia aos órgãos sociais destas instituições.

E tenho mais para lhe dizer.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Eu também tenho mais.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Ah, tem mais! Então, não o disse à Comissão.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Disse alguns e tenho aqui detalhe... Ao longo do tempo fiz parte de vários.

Mas estou a tomar nota...

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): - Rentilusa - Locação de Equipamentos e Serviços, SA, Urbigarden - Sociedade Imobiliária, SA, Imonações - Sociedade Imobiliária, SA, etc., etc.,... O Sr. Doutor, com certeza, na resposta, nos poderá dizer todos. Ou, então, se não se lembrar, diga-nos o seguinte: como é que era pago? É, de facto, importante esta Comissão saber como é que era pago.

Vamos falar de pagamentos. Em relação aos pagamentos, pergunto-lhe se o Sr. Doutor sabe quem são estas pessoas: Jorge Manuel Lobo de Sousa e Ana Paula Fuentes Gomes Pereira, para além do Sr. Dr. Armando

José Pinto. Como referiu há pouco o Sr. Deputado Honório Novo, gostávamos muito de saber se se confirma ou não algum tipo de pagamentos.

Em relação a imparidades, gostava de saber porque é que no BPN a lista de imparidades é organizada segundo estes grupos: empresas do Grupo BPN, accionistas da SLN, empresas do Grupo SLN, outros créditos. E a pergunta que lhe coloco tem a ver com o seguinte: se há condições preferenciais no crédito em função de serem empresas do Grupo BPN, accionistas da SLN, empresas do Grupo SLN ou de outros créditos.

Mais: olhando para uma lista de imparidades, gostava de saber quem é o Sr. Joaquim José Santos Oliveira e a empresa OPI 92 – Operações Imobiliárias, SA, que tem imparidades muito relevantes no BPN.

Passo a referir-me a imóveis não consolidados.

Há um conjunto significativo — e o Sr. Doutor já nos disse aqui que tem assistido a todas as audições desta Comissão, o que demonstra, de facto,...

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: - Não, não. A algumas.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): - Ou, pelo menos, a algumas.

A pergunta que coloco é a seguinte: porque é que existiam imóveis não consolidados e, não estando consolidados, gostava de saber em nome de quem é que estavam e porque é que estavam em nome de outras pessoas.

Gostava também que me dissesse quem era o A1.

Em relação a um tema que já aqui foi referido, o do Sr. Óscar Silva, cuja imparidade, digamos, terá sido — uma coisa de que falou há pouco o Sr. Deputado Honório Novo — de 50 milhões de euros, gostava de saber se confirma que lhe foram perdoados 25 milhões de euros. Disse há pouco que foi comunicado às autoridades que houve esta imparidade, pelo que gostava de saber quando é que foi comunicado. Ou seja, estamos a falar de uma situação que aconteceu em 2003. Quando é que ela veio a ser comunicada às autoridades?

Gostava que me falasse no caso Rudripal, se conhecer.

Gostava também de saber se tem conhecimento de que o Sr. Dr. Meira Fernandes recebeu um documento com o nome de 16 pessoas que recebiam quantias de dinheiro (dinheiro vivo). O Sr. Doutor já disse que deu recibo de tudo, mas gostava de saber se tem conhecimento deste documento.

Gostava igualmente de saber se conhece o processo Palmeira-Parque. Por aquilo que sei, é um processo no concelho de Palmela, com uma imparidade de 10 milhões de euros.

Gostava de saber se tem conhecimento que havia casos de garantias bancárias de grandes montantes que não eram carregadas (essas garantias bancárias) no sistema por ordem da administração. Pergunto: primeiro, se o SIRESP foi uma dessas situações; segundo, se a Labicer foi outra dessas situações; se com empresas do Sr. Aprígio Santos, e por ordens da administração, também terá acontecido isso. E quem eram os Srs. José Serpa (já aqui foi referido há pouco) e Vasco Veiga?

Queria ainda saber qual a relação que existe entre o Banco a e Sorel, SGPS.

Voltando à questão das elevadas quantias de dinheiro levantadas, queria saber se conhece a empresa Jared Finance, LLC e qual a relação que teve com esta empresa.

Para já, é tudo, Sr.ª Presidente. Muito obrigado.

A Sr.ª Presidente: - Tem a palavra o Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto.  
Peço-lhe, por favor, que seja o mais sucinto possível.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: - Relativamente ao pelouro jurídico, o Sr. Deputado tem razão: eu não tinha a totalidade das áreas jurídicas. Essa é uma evidência que toda a gente no Banco conhece. Eu tinha exclusivamente a área jurídica do BPN.

O Sr. Deputado falou concretamente em contratos do Banco Insular. Nem os contratos nem as minutas, que eu conheci muito recentemente por via destes processos de liquidação, do Banco Insular foram feitos pela Direcção de Assuntos Jurídicos. Já referi, porque é verdade, que havia uma estanquicidade quase total, diria eu, para essas operações. As operações que passavam pelo conselho de administração do Banco e que eu via eram operações de crédito normais, absolutamente normais. Essas não passavam.

Julgo ter respondido objectivamente.

Relativamente ao *compliance*, foi um estrutura criada já em 2006. A primeira tarefa que tivemos foi — eu era o *sponsor* do projecto — criar um sistema automático de detecção de operações suspeitas. O sistema já está a funcionar, demorou muito tempo... É um sistema espanhol, que foi preciso adaptar para Portugal, mas que está a funcionar e funciona eficazmente. A intenção era que fossem detectadas operações suspeitas

automaticamente, sem intervenção humana. Depois, os casos falsos positivos seriam analisados.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): - Queria só saber quantas operações suspeitas detectou até ao momento.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: - Não tenho essa informação. Sei que são muitas operações suspeitas e que o *compliance* faz e lembra as comunicações para as autoridades. Isso posso garantir-lhe que sim.

Estas operações do Banco Insular, não podiam passar porque não eram conhecidas como operações do Grupo. Só havia um núcleo restrito que as conhecia. De qualquer maneira, o sistema implementado, numa fase inicial (não sei como está agora), só estava a ser aplicado no BPN-Banco Português de Negócios. A intenção (fazia parte do caderno de encargos) era a de, depois de aplicado no BPN, passar a ser aplicado nas plataformas internacionais. Agora não sei como está a funcionar.

Falou na AVS — a AVS é uma corretora. Fui administrador não executivo da AVS durante algum tempo e, pela minha presença no conselho de administração, recebia uma senha de presença que era processada oficialmente e pela qual sempre paguei imposto. Era insignificante... Estamos a falar de um valor insignificante, que era tributado normalmente.

De facto, fiz parte do conselho de administração da AVS durante algum tempo.

Pelo exercício de cargos, como o de presidente da mesa da assembleia-geral e outros... Como era do Grupo BPN, eles eram considerados como já estando integrados na minha remuneração. Havia

remunerações processadas regularmente, com pagamento de impostos, por duas outras sociedades (que não vou aqui dizer) e que eram complemento do meu vencimento no banco.

Relativamente a pagamentos, falou em Jorge Lobo de Sousa. Eu sei quem é... Conheci, não há muito tempo, o Eng.º Lobo de Sousa. Sei que está ligado às áreas imobiliárias. Não tenho mais nenhum conhecimento além deste.

Quanto à Dr.ª Ana Paula Gomes Pereira, sei que é assessora da administração (julgo) da SLN, porque está em empresas que são da SLN.

Em relação a recebimentos, Sr. Deputado, há aqui, naturalmente, questões de sigilo fiscal — acho que o Sr. Deputado compreenderá —, de direito à confidencialidade.

O que eu disse ao Sr. Deputado Honório Novo é que eu cumpro religiosamente as minhas obrigações fiscais. E não gostaria de dizer mais do que isto... Vou acrescentar que, a propósito dessas questões, não tenho conhecimento de lista...

Ouvi falar da Jared já em 2008 e no âmbito dos processos de contra-ordenação do Banco de Portugal. Não faço ideia o que é que essa empresa faz. Quem tinha a gestão das *offshore* não era eu, nunca tive, não as conheço, não sei o que fazem.

Entretanto, tive conhecimento de outros elementos posteriores, recentes, que têm a ver com factos da vida interna e que eu não posso divulgar. Por muito que custe, não estou autorizado a divulgar.

Mas queria deixar esta ideia clara. Há pouco, o Sr. Deputado Honório Novo falou numa coisa absolutamente absurda. Não posso dizer que — seria abusivo — sou pobre, mas, provavelmente, devo mais dinheiro do que os activos que tenho. Aliás, com a desvalorização do

imobiliário, tomara que a casa onde eu vivo chegue para pagar o meu empréstimo.

Não posso falar nos outros, não tinha conhecimento do que se passava com os outros. Há coisas que ouvi dizer, mas que têm a ver com questões internas e que eu não posso..., e é ciência de ouvido. No meu caso, tenho a certeza de que cumpro religiosamente as minhas obrigações. Gostaria de ficar por aqui e acho que fui objectivo.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): - Peço-lhe o seguinte esclarecimento: esses pagamentos eram feitos em dinheiro vivo ou por transferência bancária?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: - Eu julgo que isso dependia do que tinham acordado.

A minha situação é mais complexa, porque não foi cumprido o que estava estabelecido comigo e eu, da minha situação, que fiscalmente está regularizada, não gostaria de dizer mais do que isto. Não conhecia como era feito com os outros. Ouvi dizer que havia transferências e que havia pagamentos em dinheiro... Os pagamentos em dinheiro não são, em si mesmo, nada de anormal desde que as pessoas cumpram as suas obrigações fiscais. Têm é de cumprir o seu dever cívico de pagar impostos e, enfim,...

Quanto a isso, espero ter respondido.

Quanto a imparidades, até por via daquilo que eu disse, as imparidades são matéria financeira e eu não sei calcular imparidades. Não sei como é que isso é organizado. Não passava por mim. Não tinha nenhuma intervenção nisto. E esta é uma resposta objectiva: eu não tinha

nenhuma intervenção nisto. Não posso falar daquilo que eu não sei, sob pena de dizer disparates.

Relativamente a Joaquim José Oliveira, conheço um Dr. Joaquim Oliveira, que julgo ser advogado e empresário. Não tenho nenhuma relação com ele, a não ser saber que ele é cliente do banco, porque eu vi operações aprovadas. Não tenho nem tive qualquer ligação com ele, para além do conhecimento de que ele era cliente do BPN e, segundo penso, dono da Sorel ou um dos donos da Sorel, de que o Sr. Deputado falou há pouco.

Imóveis OPI 92: eu comecei a ouvir falar da OPI 92 e, depois da saída do Sr. Dr. Oliveira Costa, não sei o que faz, sei que tem terrenos e ouvi dizer que tem testas-de-ferro, mas não sei. Não posso dizer mais do que isto. Não tenho qualquer informação.

Imóveis não consolidados: não faço ideia do que isso seja.

A1: ouvi falar, mas não sei o que é. Isto é uma sociedade *offshore*? Elas são tantas, infelizmente. Não sei o que é a A1.

Óscar Silva: eu não tenho ideia dos números, porque isto era e é da BPN Crédito. Nem sequer tenho a certeza — isto foi há muito tempo — de quais eram os valores envolvidos. Não sei o que foi perdoado. Isto é matéria da BPN Crédito e, eu, enfim, não me preocupava...

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Mas não foi o Sr. Dr. que esteve envolvido na negociação?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Eu também estive na negociação, mas não tenho estes números de cabeça. Eu admito que o Sr. Deputado tenha esses números e que sejam esses, mas não tenho... Para

mim aquilo foi um processo que foi encerrado naquela altura. O objectivo era recuperar dinheiro, porque, efectivamente, de outro modo, não íamos ver nenhum. A primeira preocupação era ir buscar o dinheiro, e sabíamos que havia processos em desenvolvimento, a investigação haveria de lá chegar e ele teria de pagar pelas asneiras que fez. Era um bocado essa a teoria. E, depois, a BPN Crédito apresentou a queixa-crime dentro do prazo em que o devia fazer.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Quando, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Foi já em 2008.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Foi cinco anos depois. Ou seja: há um valor de 50 milhões de euros e levam cinco anos para comunicar às autoridades.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Eu não sei se são 50 milhões, eu não posso...

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Então, esta questão não era da sua área jurídica?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Isto tinha a ver com a BPN Crédito. Mas, de facto, eu sei que foi feito um acordo para recuperar crédito, para recuperar dinheiro.

Não conheço o tal documento que o Dr. Meira Fernandes recebeu. Imagino que seja um documento preparado por alguém que tinha um

poder fáctico muito grande, provavelmente um daqueles que poderiam, eventualmente, vender o Grupo sem que nós tivéssemos percebido, porque alguém lhe deu poder para isso.

E eu, neste momento, tenho dúvidas de que esse poder, que acho que era um poder incomensurável atribuído a algumas pessoas em algumas áreas, tivesse algum tipo de escrutínio ou controlo. Eu tenho dúvidas, mas isso digo eu agora, que me fui apercebendo de algumas coisas.

Mas, como disse, nunca tive conhecimento do que se estava a falar e pouquíssimos teriam. Julgo que se percebe que não podiam deixar que esses negócios, que eram negócios que... Já se percebeu que aquilo que não se podia fazer no banco fazia-se numa outra estrutura. O que passava pelo banco era aquilo que se podia fazer no banco. Isto é o mais objectivo que se pode ser, o resto eu nem sonhava, eu e outras pessoas. A esmagadora maioria das pessoas do Grupo não sonhavam com isso.

Palmela Parque, não me diz nada. E áreas imobiliárias eram áreas que não eram do banco, eram áreas de outras da SLN ou sei lá de quem, mas não eram do banco. Eventualmente, poderia haver e, provavelmente, havia, financiamento bancário, mas suponho que com garantias reais. Imagino, mas não tenho a certeza. Eu não tenho intervenção nas operações comerciais.

Garantias bancárias não carregadas: isto nunca foi matéria que fosse do meu conhecimento. Depois vim a saber que haveria algumas situações... O Sr. Deputado falou aqui em algumas entidades, o que lhe posso dizer relativamente a isto é que quando as garantias bancárias são feitas, o instrumento jurídico é feito, por via de regra, por um jurista da Direcção de Assuntos Jurídicos, e eu não...

Obviamente são tantos, são centenas e centenas de contratos, centenas e centenas de garantias, e eu não faço ideia do que é que está a ser feito neste momento, agora o que sei é como é que as coisas funcionam até sair da mão da Direcção de Assuntos Jurídicos. Primeiro, só podem fazer as minutas com propostas devidamente autorizadas, de acordo com os escalões instituídos e com os regulamentos de crédito, e, depois, enviam essas minutas para a área comercial. E terminou aqui a intervenção da Direcção de Assuntos Jurídicos. Depois tem a ver com a área comercial, que formaliza com o cliente e com a área de operações, que carrega informaticamente as operações. Se algumas eram ou deixavam de ser carregadas, em relação a isso, Sr. Deputado, não posso mesmo falar, porque não sei. Eu não sabia.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — É correcto dizer que o Sr. Dr. supervisionava todo o processo de contratos do Grupo, acordos feitos pelo banco e pelo Grupo, pagamentos e contratos de crédito?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Não é correcto. Como eu disse...

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Pelo menos do banco?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Sr. Deputado, mas o que era do banco era o que passava pelo conselho de administração do banco, não havia mais nada que fosse conhecido. Eu não conhecia e a equipa de juristas que eu tenho não conhecia.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Sr. Dr., mas havia, com certeza, delegação de competências...

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Delegação de competências...

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — ... dos membros do conselho de administração.

Portanto, o Sr. Dr. muitas das coisas que decidia, muitos dos processos que tinha em mãos, decidia-os de modo próprio, não precisava de os levar todos ao conselho de administração!

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Os processos que eu tinha em mão...

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Tinha competências delegadas, com certeza, porque só assim é que se compreende que o conselho de administração nem reunisse tão amiúde.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Não é assim, Sr. Deputado. Se me permite, eu explico.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Com certeza, Sr. Dr.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Os processos entravam pela rede comercial, como proposta de crédito apresentada pelo cliente, eram tratados, as propostas eram instruídas e introduzidas no *workflow* de crédito e, depois, seguiam informaticamente os vários escalões de crédito

— o responsável do balcão, o director de zona, o director coordenador, o director de risco — e todos eles se pronunciavam. As que chegavam ao conselho de administração,... Nem todas iam ao conselho de administração, iam aquelas em que havia divergências quanto ao preçário aplicável, taxas, etc., a maior parte delas ficavam pelos escalões intermédios...

O que os juristas da Direcção de Assuntos Jurídicos têm de verificar é o cumprimento formal deste processo de autorização, se a proposta, quando chega, está autorizada por quem deve, e não faz mais nada. Só verifica se está autorizada, não faz qualquer escrutínio sobre a bondade da proposta, sobre o que esteve na origem daquela aprovação. O que faz é elaborar contratos cujo clausulado respeite as condições que foram aprovadas, que não são da responsabilidade dos assuntos jurídicos, Sr. Dr. Nunca!

Portanto, isto tem a ver, como eu disse, com a área comercial e, depois, com a análise de risco e, finalmente, são aprovadas pelo escalão competente, que pode ser o conselho de administração. Como lhe disse, iam ao conselho de administração aquelas em que havia divergência e que, depois, tinha a ver com montantes e tal.

E, obviamente, quem está qualificado para discutir isso são as pessoas ligadas à área do crédito, de tal maneira que, a partir de determinada altura, que eu não sei precisar, as divergências — quando não havia divergências, o crédito estava aprovado quase por natureza, estavam todos de acordo, todas as áreas envolvidas, quer comerciais, quer de risco — passaram a ser dirimidas (faz-se ou não se faz, faz-se em determinadas condições ou não) por um conselho restrito, delegado, naturalmente, do conselho de administração, em que só intervinha o

administrador comercial, o administrador de risco e o administrador da área financeira, por causa do preço. Ou seja: o *apport* de quem não era da área era tão insignificante que, a partir de determinada altura, se chegou à conclusão de que não valia a pena estarem a perder tempo.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Peço desculpa, mas há aqui uma questão: o Sr. Dr. não deixava de ser membro do conselho de administração.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Claro!

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — E, dessa forma, tinha uma obrigação...

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Desse pecado eu não me posso...

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — ... de velar pelo interesse do banco, pelo interesse e, nesta questão, da legalidade, e, portanto, não era possível que houvesse contratos que passassem por lá e que o Sr. Dr. diga agora: não, mas isso foi autorizado pela respectiva direcção comercial ou pela análise de risco.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Sr. Deputado...

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Peço desculpa! O Sr. Dr. tem responsabilidades em todos os documentos,...

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Naturalmente, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — ... na medida em que o Sr. Dr. é a pessoa que no banco conhece a lei e os regulamentos e sabe melhor do que ninguém ao que é que o banco está sujeito. Portanto, não pode dizer que a responsabilidade é apenas da parte comercial ou da parte da análise de risco.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Sr. Deputado não é isso.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — O Sr. Dr. é tão ou mais responsável que os outros quando faz contratos com esse conteúdo.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Sr. Deputado, os contratos que a Direcção de Assuntos Jurídicos fez foram contratos lícitos. Mais uma vez, para ser objectivo: os contratos a que, porventura, V. Ex.<sup>a</sup> se referirá são contratos que não passaram pela Direcção de Assuntos Jurídicos do banco. Isto para ser objectivo. O que passava pelo conselho de administração do banco, posso garantir-lhe, eram operações normais.

Podia passar uma operação com uma sociedade que tinha relações a montante que não eram conhecidas, mas, se isso fosse omitido na proposta de crédito, não havia forma de saber isso, porque a Direcção de Assuntos Jurídicos formaliza contratos que estão aprovados e apenas tem de verificar se foi respeitado o processo normal.

É assim que isto funciona em todos os lados, Sr. Deputado, não é só no BPN! Se o Sr. Deputado se procurar informar, verificará que funciona assim em todos os bancos.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Sr. Dr., peço desculpa, a expressão testa-de-ferro foi utilizada aqui pelo Sr. Dr.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Antes de mim, utilizaram-na outros.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Desculpe, mas na inquirição que eu estou a fazer, foi usada pelo Sr. Dr., e isso não me parece nada legal. Portanto, se o Sr. Dr. conhece situações dessas...

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Mas eu não conheço, Sr. Deputado!

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — O senhor falou nelas!

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Sr. Deputado, não conheço!

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Não fui eu que falei!

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Não, não! Desculpe, não falei!

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Falou!

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Por amor de Deus!

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — É fácil vermos a gravação e vemos que o Sr. Dr., num momento anterior, falou em testas-de-ferro.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Da eventualidade...!

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — E, portanto, há aqui uma questão: eu não me parece que isso seja legal em sítio algum.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Sr. Deputado, para que fique claro...

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr. Deputado, nós não estamos aqui a aferir de legalidade; estamos aqui a aferir de responsabilidades políticas e administrativas. A aferição da legalidade não é com esta Comissão. E não gostaria ter de o recordar novamente.

Agradeço, por favor, que se mantenha a inquirição no âmbito do objecto desta Comissão. O que aqui for apurado que não seja da nossa competência é transmitido a quem de direito, mas não nos compete a nós fazer acusações. Nós não somos tribunal, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Eu não fiz qualquer acusação. Aliás, eu acho que esta questão é importantíssima para que os portugueses, nas suas casas e através da comunicação social, percebam como é que um banco chega a um ponto em que há 1800 milhões de euros de imparidade.

Penso que, em relação a estas questões, os portugueses não nos compreendem, se não pedirmos, neste caso ao responsável pela área jurídica do BPN, que nos diga aquilo que se passou.

Por isso, peço desculpa à Sr.<sup>a</sup> Presidente, se, eventualmente, excedi o âmbito das questões que devia colocar, mas penso que é importantíssimo, porque foi o Sr. Dr. que referiu aqui testas-de-ferro e eu gostava de perceber como é que testas-de-ferro podem ser legais em qualquer sítio.

Portanto, Sr.<sup>a</sup> Presidente, agradeço-lhe a sua ajuda, mas, de facto, era este o objectivo que eu tinha com a questão que coloquei.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, tenho de esclarecer.

Eu julgo que se falou na expressão «testas de ferro» a propósito da OPI 92. Consta-me que foi isso e foi nestes termos: «Agora, fala-se em ‘testas de ferro’ e eu não conheço», disse eu. Tudo isto pode ser confirmado, porque eu não conheço!

Porém, o que se diz agora... Nesta altura há muito mais informação, que foi sendo apurada. Não temos dúvidas hoje de que foram utilizadas pessoas para fazer negócios que não lhes pertenciam. Não temos dúvidas, chame-se-lhe o que se lhe chame!

O que quero reafirmar, Sr. Deputado, é que não conheci nenhuma pessoa a quem pudesse ser aplicado esse nome. Referi isto a propósito da OPI 92, se bem me lembro, porque fala-se que havia testas-de-ferro... Já ouvi falar disto, li nos jornais e noutros lados, mas não conheço. Não sei o que é a OPI 92, ainda hoje não sei o que é que aquilo faz. O que consta é

que havia lá pessoas a fazer negócios que, na verdade, eram da SLN. Mais uma vez quero frisar que eu só estava no BPN.

Quando se está a falar de imparidades desse montante estamos a falar de imparidades globais que têm que ver com um Grupo e não com actos praticados no BPN, dessa forma. Não sei se as imparidades são essas ou não.

Sei pouco de imparidades, mas sei uma coisa: o facto de um cliente que está em tribunal... Isso eu sabia, porque tinha a preocupação de recuperar o crédito o mais rapidamente possível. Quanto mais tempo demorar a recuperação maior é a imparidade, porque a imparidade tem a ver com a diferença... O facto de eu receber hoje ou receber amanhã não é a mesma coisa, já há uma imparidade. Se eu receber daqui a cinco anos há uma imparidade maior, e nisso não há controlo. Obviamente, há tendência para as imparidades aumentarem e, neste caso, haverá outros motivos para as imparidades, que têm a ver com reavaliações, etc.

O Sr. Prof. Carvalho das Neves, ao que li nos jornais... Bom, se todos os bancos fizessem com o rigor que agora se faz no BPN as reavaliações, provavelmente, as imparidades iam disparar e os senhores teriam aqui outros problemas. Mas não posso falar mais de imparidades para não dizer impropriedades ou até disparates, porque o meu conhecimento vai até aqui.

Finalmente, pergunto-me sobre relações entre o banco e a Sorel. Conheço a Sorel como cliente do banco e como fornecedora de viaturas para o Grupo. Não tenho outro conhecimento sobre a Sorel. Consta que é uma sociedade que pertence ao tal Sr. Dr. Joaquim Oliveira. Sei que ele é advogado e empresário, mas não tenho nenhum tipo de intimidade com a pessoa em causa, não o conheço.

Quero clarificar, mais uma vez, Sr. Deputado, só para que isto fique mesmo claro, que as funções de uma Direcção de Assuntos Jurídicos não são diferentes em qualquer instituição das funções exercidas no BPN – Banco Português de Negócios, porém havia outras coisas. A SLN tinha uma direcção de assuntos jurídicos e fiscais, com advogados próprios. Eu sabia disso, mas era SLN, o que é que eu havia de fazer?

Depois, como disse, havia outros assuntos, destes casos que agora aparecem e que não passavam pela direcção de assuntos jurídicos do banco. Havia outras estruturas, que não tinham nenhuma relação nem reportavam à direcção de assuntos jurídicos. Quero que fique clara esta informação.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr.ª Presidente, face ao adiantado da hora e à riqueza das informações que o Sr. Dr. nos deu, não vou abrir nenhum *dossier* novo, mas gostaria de detalhar algumas das suas respostas. Peço-lhe, por isso, Sr.ª Presidente, que me deixe questionar pergunta a pergunta, até porque, também face ao adiantado da hora, isto ficará muito monótono e, daqui a bocado, alguns de nós já estaremos mesmo a dormir.

Serei rápido e breve.

A Sr.ª Presidente: — Sr. Deputado, se vai ser muito rápido, agradeço-lhe.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, as perguntas formulam-se muito rapidamente...

Sr. Dr., antes de começar, e reconhecendo que hoje, mais uma vez, o BPN o vai obrigar a dormir em Lisboa, ao contrário do que seria seguramente o seu desejo, gostava só de fazer um comentário a uma opinião que o Sr. Dr. exprimiu logo no início da nossa audição, quando se referiu ao Sr. Dr. Oliveira e Costa, entre outros qualificativos, como um homem nacionalista.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Perdão, eu disse que ele fazia um discurso nacionalista.

O Sr. João Semedo (BE): — Quero dizer-lhe, e é bom que todos nos lembremos, que o nacionalismo do Dr. José Oliveira e Costa se traduziu em pôr fora do País milhões e milhões de euros.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Mas eu não tenho conhecimento disso.

O Sr. João Semedo (BE): — Acho que essa expressão acordou a minha consciência política sobre este problema.

Eu não queria dizer mais nada sobre isto mas, de facto, nesta altura do campeonato, como habitualmente se diz, chamar ao Dr. José Oliveira e Costa nacionalista, garanto-lhe, fere a consciência de milhões de portugueses.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Admito que sim. Já agora, uma vez que estamos no método de pergunta a pergunta...

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., quis só exprimir a minha opinião!...

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Mas, Sr. Deputado, quero abordar em que contexto isto foi dito.

Eu disse que o Sr. Dr. Oliveira e Costa fazia um discurso nacionalista, e basta ver as actas das assembleias-gerais da SLN, que sei que os senhores têm.

Limitei-me a fazer uma constatação, disse que era um discurso que muitos consideravam serôdio e ultrapassado. Foi exactamente isso que eu disse, Sr. Deputado.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito bem.

A minha primeira pergunta é muito concreta: afinal de contas, onde estão os quadros de Miró e a quem pertencem?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Os quadros de Miró, neste momento, estão numa outra instituição. Julgo que, actualmente, pertencem ao BPN, por regularização de dívidas.

Sr. Deputado, não posso adiantar mais do que isto, sob pena de violar deveres que me são impostos. Peço-lhe que compreenda, por favor. Mas os quadros existem. Não os vi ainda, mas garantiram-me que existem e que estão seguros.

O Sr. João Semedo (BE): — Já percebi que o Sr. Dr. não quer dizer o nome da instituição.

Pergunto-lhe só se é uma instituição privada ou pública.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Pública. Tenho a certeza de que estão bem seguros.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., gostava de perguntar-lhe, muito concretamente, quando, onde e porquê esteve numa reunião em que também estiveram o Dr. Dias Loureiro e o Sr. El-Assir. Quando, onde e porquê?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Como disse, foi uma reunião, que não demorou mais de 5 minutos, para analisar uma operação que ele vinha propor ao banco.

Eu tinha instruções para lhe dizer, caso ele pretendesse a concessão de crédito, que não havia crédito. Portanto, foi isso que me limitei a dizer, e a reunião terminou em 5 minutos. Foi aí que o conheci. Se o vir novamente não o reconheço.

O Sr. João Semedo (BE): — Quando e onde foi?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Ainda lá estava o Dr. Dias Loureiro, portanto, terá sido, talvez, em 2005 ou em 2004. Isto foi a propósito do conhecimento do Sr. El-Assir. Viu-o, mas foi numa reunião que terminou em 5 minutos. Obviamente, ele não gostou e não deve ter ficado a gostar de mim.

O Sr. João Semedo (BE): — Onde foi a reunião?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Em Lisboa. Foi numa terça-feira em que eu estava cá, em Lisboa.

O Sr. João Semedo (BE): — Recordo-lhe que, em 2005, o Dr. Dias Loureiro já não era administrador da SLN.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Poderá ter sido em 2004. Ele ainda estava na instituição. Não sei se teria ou não funções executivas.

Não tenho a certeza das datas, estou a falar de memória... Se não foi em 2005 foi em 2004. Mas, como lhe disse, isto foi só para ilustrar o meu conhecimento sobre essa pessoa, porque me foi perguntado se eu o conhecia. Vi-o uma vez!

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., desculpe a minha insistência mas, pelo que se recorda, o Dr. Dias Loureiro, na altura, ainda era administrador executivo, ou não executivo, da SLN.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Exactamente! Enquanto o foi esteve lá.

O Sr. João Semedo (BE): — Combinando o que o Sr. Dr. nos está aqui a dizer com aquilo que o Sr. Dr. Dias Loureiro nos disse, presumo que o Dr. Dias Loureiro não tenha entrado mudo e saído calado e que,

portanto, até tenha apelado a um grande rigor nas garantias para esse empréstimo.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — A reunião, como eu disse, foi muito rápida. Ele estava lá, foi ao banco e ia apresentar um negócio qualquer. O que me foi dito, na altura, pelo conselho é que não havia crédito.

Não se sabia exactamente o que é que ele ia ali fazer. Mal se percebeu que se tratava de um negócio que envolvia crédito acabou logo a reunião. Foi exactamente nestes termos.

O Sr. João Semedo (BE): — O Sr. Dr. disse-nos aqui que tinha orientações para, caso fosse um negócio que implicasse a concessão de crédito, dizer liminarmente que não. Quem lhe deu essa orientação?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — O conselho de administração, especificamente o Dr. Oliveira e Costa. Foi ele que me pediu para ir à reunião e ver o que é que ele queria.

O Sr. João Semedo (BE): — O Sr. Dr. não se lembra dos contornos do negócio?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Na reunião começou-se logo a falar da necessidade de fundos. Por isso, provavelmente, a reunião nem 5 minutos demorou. Digo 5 minutos como um tempo estimativo.

Não tenho detalhes, não me lembro de nenhum detalhe. Lembro-me apenas deste facto, porque foi quando o conheci. Foi apenas neste contexto do conhecimento.

O Sr. João Semedo (BE): — Essa reunião realizou-se posteriormente ao negócio de Porto Rico?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — O negócio de Porto Rico, pelo que sei agora, é muito anterior.

Já esclareci que não tive nenhum conhecimento do negócio de Porto Rico.

O Sr. João Semedo (BE): — Já agora, qual foi o papel do Dr. Dias Loureiro? Não foi, com certeza, o de lá ir abrir a porta!...

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Ele foi falar com o Dr. Dias Loureiro, a reunião foi no gabinete dele, e pediram-me para estar presente, porque ele iria expor qualquer coisa. Quando falou em financiamento eu disse logo: «peço desculpa, mas a indicação que recebi é que não há financiamento».

O Sr. João Semedo (BE): — Portanto, a reunião terá sido no gabinete do Dr. Dias Loureiro.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Sim, era onde normalmente ele trabalhava.

O Sr. João Semedo (BE): — E foi, com certeza, a pedido do Dr. Dias Loureiro. Não faço reuniões no meu gabinete a pedido de um estranho!

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Não sei se foi a pedido, sei que o Sr. El-Assir foi lá. Não sei mais nada. Pediram-me para estar presente na reunião, porque era uma terça-feira e eu estava em Lisboa.

Mas, como lhe disse, fiz esta referência no contexto da razão de ciência: «por que é que o conheço?» Conheci-o, mas hoje se o vir não o reconheço, porque foi esporádico.

O Sr. João Semedo (BE): — E qual foi a atitude do Dr. Dias Loureiro durante a reunião, qual foi o seu papel?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Eu fui dispensado da reunião. Não sei se demorou mais tempo ou não. Eu disse o que tinha a dizer, portanto, que não havia concessão de financiamento por parte do banco. Era só isso que eu tinha a dizer. Não sei se ainda ficaram lá muito tempo ou não, eu saí.

O Sr. João Semedo (BE): — Além do Sr. Dr., do Dr. Dias Loureiro e do Sr. El-Assir estava lá mais alguém?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Não estava lá mais ninguém.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., como aconteceu noutras situações — não estou a dizer que tenha acontecido nesta —, tomou

posteriormente conhecimento que esse negócio tenha vindo a ser financiado pelo BPN, ao contrário do que o Sr. Dr. disse?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Não tenho conhecimento. A minha única intervenção depois disso foi na constituição de hipotecas, a que tive de ir para verificar se estava tudo em conformidade. Foi apenas isso e é o único conhecimento que tinha. E para constituir garantias, naturalmente que não podia deixar de ir. E foi de um dia para o outro, soube de véspera que era preciso lá ir.

O Sr. João Semedo (BE): — Creio que se está a referir ao episódio, que já aqui nos relatou, da sua deslocação a Madrid,...

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Exactamente.

O Sr. João Semedo (BE): — ... juntamente com o Dr. ...

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — O Eng.º Francisco Sanches. Fui ter com ele.

O Sr. João Semedo (BE): — Exactamente.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Outorgámos a escritura, isso é documento público.

O Sr. João Semedo (BE): — E essas garantias (há pouco, creio que isso não ficou claro) que eram, segundo o Sr. Dr. disse e se bem me recordo, uma 3.ª hipoteca sobre um determinado bem,...

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Na verdade, era uma segunda.

O Sr. João Semedo (BE): — Uma segunda, porque a primeira e a segunda eram do mesmo banco, depois a primeira foi, enfim, relevada, portanto ficaram só duas: a hipoteca do BPN era a segunda. Era uma garantia sobre que operação?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Era para garantir responsabilidades. Tenho ideia que era uma hipoteca genérica. Neste momento, não tenho elementos precisos, mas era para garantir responsabilidades.

Nem me lembro sequer se era de uma daquelas três empresas conhecidas dele — não as *offshore*, que essas não me dizem nada, nunca ouvi falar — ou se era... Julgo que era das sociedades; era para garantia de responsabilidades das sociedades.

O Sr. João Semedo (BE): — Quais sociedades?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Seriam a La Granjilla... Essa é a de que mais se fala, é a que me vem à cabeça, mas sei que eram mais duas sociedades.

O Sr. João Semedo (BE): — Desculpe, não estou a perceber. Para garantir o quê?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Financiamentos que já tinham sido concedidos a essas sociedades. Era constituir garantias para financiamentos já constituídos, assim tanto quanto a memória me permite referir.

O Sr. João Semedo (BE): — Portanto, podemos dizer com alguma segurança que esta reunião realizada no gabinete do Dr. Dias Loureiro era para financiar uma operação que não estas.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Não essas. Porque a instrução que me foi dada foi «não há mais financiamento». Foi isso que me limitei a dizer e saí. Foi uma reunião muito rápida.

O Sr. João Semedo (BE): — Portanto, só para confirmar e para terminar este capítulo, a sua deslocação a Madrid é anterior a esta reunião ou é posterior à reunião no gabinete do Dr. Dias Loureiro?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Tenho quase a certeza que é bastante posterior.

O Sr. João Semedo (BE): — Bastante posterior.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Quando digo bastante, refiro-me a vários meses.

O Sr. João Semedo (BE): — Mas o que é bastante posterior? A reunião ou a ida a Madrid?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Não, a ida a Madrid, para constituir hipotecas. Porque acredito que esse pedido de financiamento não foi concedido, por isso o que se tratava-se era de garantir o que já estava concedido.

O Sr. João Semedo (BE): — Portanto, na realidade, o Sr. El-Assir pretendia um novo financiamento, apesar de ainda não ter garantido nem assumido o compromisso relativamente a anteriores financiamentos.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Sr. Dr., eu não tinha informação sobre os financiamentos concretos e se tinham ou não garantias.

Fiquei a saber, quando me pediram para ir verificar a regularidade da hipoteca e outorgar, que se tratava de garantir financiamentos anteriores. Não sabia nada sobre a situação dos empréstimos que estavam em vigor no BPN. Não tinha nenhuma informação, nem sei exactamente de quando é que eles já vinham.

O Sr. João Semedo (BE): — Creio que mostrou um certo desconhecimento sobre esta sociedade La Granjilla. O Sr. Dr. tem alguma ideia de que ela seja também do universo SLN ou não?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Acho que não. Ouvi falar aqui que há três sociedades que na verdade não são deles. Não as conheço, nunca ouvi falar delas sequer.

Essas sociedade, a La Granjilla, e não me consigo lembrar das outras duas, tanto quanto sei, porque é aquilo que se sabe na instituição, são do Sr. El-Assir. Agora, o que é que elas faziam ou deixavam de fazer, isso não sei, não tenho mais nenhuma informação, porque não tinha que ver com as minhas áreas, não tinha que conhecer. Só por acaso é que conheceria e conheci, porque foi preciso constituir uma hipoteca. Não foi só uma, era a hipoteca sobre um empreendimento e sobre uma casa, não era só sobre um bem, eram bens que supostamente, de acordo com as avaliações existentes, davam conforto ao BPN. Mas só posso ir até aí, porque o resto já não consigo afirmar nem peremptoriamente, nem sequer com conhecimento de causa.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., agora, só por curiosidade, pergunto-lhe o que é feito dessas hipotecas.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Julgo que estão a ser executadas judicialmente.

Agora, não tenho os pelouros, sei que isso estava a ser tratado por advogados externos. Enquanto tive o pelouro da Direcção de Contencioso e Recuperação de Créditos, isso não estava lá.

Esse era um processo tratado por advogados externos que conheciam as operações de maneira que nós não conhecíamos, pois nós não tínhamos informação. E só já na administração do Sr. Dr. Miguel Cadilhe é que foi decidido avocar esses processos de recuperação de

créditos à Direcção de Contencioso e Recuperação de Créditos do BPN, mas já eu não tinha essas responsabilidades.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., voltemos ainda, talvez pela última vez, à reunião do Dr. Dias Loureiro com o Sr. El-Assir. O Sr. acha que o Dr. Oliveira e Costa sabia da reunião?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Sabia que estava lá o Sr. El-Assir para reunir com o Dr. Dias Loureiro e que teria uma operação para propor, por isso me pediu para estar presente na reunião e responder, em nome do conselho, que não havia financiamentos. E não tenho mais nada para dizer sobre isso, Sr. Dr..

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., tudo bem, não há problema nenhum.

Mas deixe-me só perguntar-lhe o seguinte: como é que o Dr. José Oliveira e Costa soube que o Sr. El-Assir estava no banco com o Dr. Dias Loureiro?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Naturalmente que o Dr. Dias Loureiro lhe deve ter dito, imagino eu. A mim só me pediu para estar presente na reunião e para ser portador desta mensagem. E foi o que fiz, Sr. Dr., mais nada, e fui dispensado.

O Sr. João Semedo (BE): — Por que é que o Dr. José Oliveira e Costa não disse ao próprio Dr. Dias Loureiro para ser portador da mensagem e teve necessidade de lhe pedir a si para lhe ir lá dizer isso?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — O Dr. Oliveira e Costa era o presidente do banco. Imagino que ele não quis estar presente na reunião e estando lá eu...

O Sr. João Semedo (BE): — Exactamente. Mas por que é que não disse ao Dr. Dias Loureiro: «Dr. Dias Loureiro, desculpe lá, mas nesse negócio do seu amigo El-Assir não há dinheiro para ninguém»...? Por que é que teve que chamar o director dos serviços jurídicos para dizer uma coisa que podia ter dito ao Dr. Dias Loureiro?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Sr. Dr., estava lá, foi num dia de conselho de administração... Ele pediu-me para ir lá eu. Ele continuou no conselho de administração e pediu-me para ser portador dessa mensagem.

O Dr. Dias Loureiro terá falado como ele. Não faço a mínima ideia do que é que falaram. A minha intervenção limitou-se a comunicar que o conselho de administração do banco não estava interessado em fazer financiamentos. E foi uma intervenção tão simples quanto esta.

Agora, imagino que o Dr. Oliveira e Costa não quis estar presente na reunião com o Sr. El-Assir, ele continuou na reunião do conselho.

O Sr. João Semedo (BE): — Isso compreendo. Que o Dr. José Oliveira e Costa não queria estar na reunião já percebi, que o Sr. Dr. foi lá fazer isso, também já percebi; a única coisa que ainda não percebi — e, se calhar, o Sr. Dr. também não tem forma de me esclarecer — é por que é que o Dr. José Oliveira e Costa não disse ao próprio Dr. Dias Loureiro, com

o qual tinha uma convivência próxima, se o seu amigo está cá e se vem pedir algum novo financiamento nós não damos. Por que é que foi preciso o Sr. Dr. ir à reunião e não bastou indicar isso ao Dr. Dias Loureiro?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Sr. Dr. João Semedo, não faço a mínima ideia.

O Sr. João Semedo (BE): — Não faz mal, nós perguntamos ao Dr. Dias Loureiro, não há problema nenhum. É mesmo a forma ao simples. Ao Sr. El-Assir não vamos perguntar; ao Dr. José Oliveira e Costa mesmo que perguntássemos ele não respondia; e o Sr. Dr. não sabe.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Não sei.

O Sr. João Semedo (BE): — Não estando mais ninguém na sala, só mesmo perguntado ao Dr. Dias Loureiro, que, enfim, ainda vamos ver se se lembra que houve essa reunião... Agora, pode também já ter perdido a memória dessa reunião. Mas damos por encerrado esse capítulo que terá continuação quando o Dr. Dias Loureiro vier a esta Comissão, para uma segunda audição.

Aproximando-me então, agora, do fim, gostava de perguntar quem é o Dr. António Coito.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — O Dr. António Coito é um director do BPN, que tem, agora, responsabilidades acrescidas na área da contabilidade, que está há muito pouco tempo na instituição. Ele terá entrado perto de finais de 2007 para suprir falta de quadros, julgo que na

área do reporte. Nem tenho a certeza se foi exactamente para a área de reporte, julgo que fez, como se costuma dizer, uma «perninha» e acabou por ficar lá. Agora, é um homem que está há muito pouco tempo na instituição e de quem tenho a melhor das impressões.

O Sr. João Semedo (BE): — Estava a perguntar-lhe isso, Sr. Dr., para abrir ou reabrir um *dossier* já aqui muito falado do Banco de Portugal, porque muito recentemente (não tenho ideia, estou a ver nos meus apontamentos, se terá sido o Dr. Teófilo Carreira ou o Sr. Eng.º Francisco Santos), o Sr. Dr. Teófilo Carreira disse-nos — hoje, ainda é dia 5, foi exactamente ontem — que o Dr. António Coito era o responsável por articular as respostas às perguntas do Banco de Portugal e que, de alguma forma, era — não o quero reduzir ao papel de estafeta, não é isso — o quadro do Grupo responsável pela ligação com o Banco de Portugal.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Sr. Dr. João Semedo, não dei conta, pelo menos não ouvi essa declaração do Sr. Teófilo Carreira.

Mas o Sr. Dr. António Coito recebe informação das várias áreas, concentra a informação e trata-a. A responsabilidade dele será a de comunicar a informação que vários serviços lhe prestaram.

O Sr. João Semedo (BE): — Informação sobre?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — As informações impostas pela supervisão dos negócios, das operações. Será isso. Não conheço em concreto as funções. Agora, imagino que o meu ex-colega do conselho Teófilo Carreira falou nisso — se é que foi ele — apenas para identificar

uma pessoa que está a dar as informações. Mas nem sempre foi ele, não era ele que tratava disso. Houve outros responsáveis, enfim, não sabia exactamente qual era o seu conteúdo funcional, mas, neste momento, é ele, o Dr. António Coito.

Mas, como digo, ele está há muito pouco tempo na instituição e as informações que ele presta, naturalmente, são as que lhe são transmitidas a ele. Se elas estavam certas ou não, não sei se ele terá, relativamente ao passado, grandes condições para verificar se estavam ou não.

Bom, julgo que respondi.

O Sr. João Semedo (BE): — Sem dúvida.

Sr. Dr. então agora, relativamente a esta questão do Banco de Portugal,...

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Sr.ª Presidente, peço a palavra, para uma interpelação à Mesa.

A Sr.ª Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Sr.ª Presidente, tenho imensa pena, mas sugiro que o Sr. Deputado João Semedo formule todas as perguntas de uma vez, caso contrário ficaremos aqui eternamente, mais uma vez...

A Sr.ª Presidente: — Peço ao Sr. Deputado João Semedo contenção no número de perguntas e no tempo que vai usar.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — O que sugiro é que as faça todas de uma vez, que foi o que todos os outros Srs. Deputados fizeram.

A Sr.ª Presidente: — Faça favor de continuar no uso da palavra, Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr.ª Presidente, pedi excepcionalidade no questionário pela razão simples de que não vou falar em nada de novo, apenas vou colocar questões para detalhar algumas respostas — pois, aliás, já se tinha falado do Dr. Dias Loureiro, do Banco de Portugal e do Banco Insular.

Em todo o caso, posso fazer as perguntas todas de uma vez, não há problema algum.

Então, Sr. Dr. Fonseca Pinto, se não se importa, peço-lhe que registe as minhas perguntas.

Há pouco, de uma forma até revoltada, o Sr. Dr. disse que, agora, há quem diga que toda a gente sabia tudo, que toda a gente fez tudo, que toda a gente tem responsabilidades e, enfim, que toda a gente tem rótulo disto, daquilo e daqueloutro. E disse, também, que isso não é assim,...

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — E não é assim.

O Sr. João Semedo (BE): — ... que havia um núcleo que, de facto, sabia, tinha responsabilidades e que hoje parece que tem tantas responsabilidades como todos os outros. Exactamente, a quem se está a referir?

Segunda questão: quando o Sr. Dr. se referiu ao conhecimento que teve do Banco Insular, aludiu também a que esse conhecimento lhe tinha sido facultado pelo Dr. António Franco, dizendo que só o Sr. Dr. e o Dr. Abdool Vakil é que não sabiam de nada. O Sr. Dr. recorda-se da data dessa conversa com o Dr. António Franco? Precisava de saber essa data...

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Foi algures...

O Sr. João Semedo (BE): — Peço-lhe que responda no fim, porque agora estamos impedidos, pela maioria absoluta, de prosseguir este diálogo. É que a maioria absoluta...

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — A maioria absoluta rege-se pela igualdade de circunstâncias, que o seu partido preconiza!...

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Srs. Deputados, vamos continuar.

O Sr. João Semedo (BE): — Bem me apetecia ter alguns privilégios especiais!...

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — O Sr. Deputado João Semedo concluiu as suas perguntas?

O Sr. João Semedo (BE): — Não, Sr.<sup>a</sup> Presidente. Fui interrompido!

O Sr. Dr. Fonseca Pinto vai daqui a perceber que as maiorias absolutas comportam-se na Assembleia da República tal como numa assembleia de accionistas!

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — As da SLN eram bem mais pacíficas.

O Sr. João Semedo (BE): — Pedia-lhe, então, que me respondesse à questão que coloquei, porque a data dessa reunião é importante.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Com certeza.

O Sr. João Semedo (BE): — Terceira — e, creio, última — questão: as questões do Banco Insular e do Banco de Portugal foram introduzidas, tanto quanto posso conhecer a partir das actas, na discussão regular do conselho de administração quando o Dr. Abdool Vakil assumiu a presidência, mesmo que transitória ou provisória, do Grupo e do banco. Queria perguntar-lhe se isso é verdade.

Por último, pergunto-lhe o seguinte: o que é que levou o Dr. Abdool Vakil a, tão rapidamente, comunicar ao Banco de Portugal que a titularidade do Banco Insular pertencia ao Grupo, sendo certo — e o Sr. Dr., como jurista, melhor do que eu saberá — que, juridicamente, pode defender-se exactamente o contrário. Aliás, foi o que o Dr. Miguel Cadilhe fez, ao recusar assumir a titularidade do Banco Insular.

Pergunto-lhe, portanto, o que é que levou o Dr. Abdool Vakil a tão rapidamente assumir essa decisão. E também gostaria que me dissesse, enquanto jurista ou quadro do banco, se a sua opinião sobre esta matéria coincide com a do Dr. Abdool Vakil.

É tudo, Sr.<sup>a</sup> Presidente. Depois, se o Sr. Deputado Ricardo Rodrigues permitir, posso detalhar mais alguns aspectos.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — O Sr. Deputado Ricardo Rodrigues deve estar cheio de fome, como os demais Srs. Deputados. E o Sr. Deputado João Semedo, como médico, sabe o que acontece quando as pessoas ficam com muita fome...

Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto. Peço-lhe que o faça o mais sucintamente possível.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, responderei o mais telegraficamente possível.

Sr. Deputado, sobre o núcleo que tratava do Banco Insular, já referi o que me foi comunicado pelo meu colega António Franco, isto é, que eram aquelas quatro pessoas. Mas, hoje, eu diria que eram os quatro principais operacionais; hoje, sabe-se que havia outras pessoas que dependiam deles, que também tratavam das operações e que, naturalmente, as conheciam.

Admito que, na área operacional, outras pessoas pudessem saber.

O Sr. João Semedo (BE): — Peço desculpa, mas não me referia a operacionais, porque registei a sua opinião. Queria saber quem fazia parte do núcleo dirigente deste grupo.

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Eles já cá disseram quem lhes dava as instruções. Isso veio em todos os jornais — não ouvi na Comissão, mas li em jornais. Eles disseram quem dava instruções, por isso quem sabia era, obviamente, quem dava instruções.

O Sr. João Semedo (PCP): — Quais eram, na sua opinião?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Segundo eles, eram os Srs. Drs. Oliveira Costa, Luís Caprichoso (enquanto esteve), Leonel Mateus e Francisco Sanches. Não sei se me escapa algum... Creio que eles não falaram em mais ninguém. Mais ninguém lhes dava instruções.

Presumo que, quando se referem ao conselho de administração, referem-se às pessoas que davam instruções e estavam no conselho de administração.

Que fique claro e de forma objectiva que nunca no conselho de administração do BPN se falou no Banco Insular antes de ser do conhecimento geral de todo o banco que ele existia, que era tratado por pessoas do banco. Isso soube-se porque eles disseram.

A questão é esta: de quem é? Seguramente, não era do BPN. Quem comunicou foi a SLN, dizendo que era da SLN, porque, depois de uma cadeia de domínio, pertencia a uma *holding* que foi reconhecida como pertencendo à SLN. Mas eu não fiz nenhuma análise.

Para que fique claro, eu não conheço sequer a carta que a SLN enviou ao Banco de Portugal, porque ela era da SLN. E, como disse, havia total estanquicidade, não passava informação! O banco estava encaixado entre estruturas *holding* a montante e estruturas *holding* a jusante, estruturas estas que tinham administrações que tratavam da gestão e não envolviam o banco nisso, pelo menos não o faziam directamente nem era do nosso conhecimento.

No conselho de administração do banco nunca, jamais, se falou no Banco Insular.

Não sei por que é que o Sr. Dr. Vakil comunicou que o Banco Insular era da SLN. Eu não participei nessas investigações, foi lá o núcleo. Quem tratava destes negócios é que, obviamente, participou nesse grupo de trabalho porque, a partir da saída do Dr. Oliveira Costa, todos eles queriam que todos soubessem. Mas eu não tive nenhuma intervenção nisto, muito menos na comunicação: eu não tinha nada a comunicar, porque não sabia nada para comunicar, não tinha informação para comunicar a quem pertence! Ele poderia estar a ser tratado por pessoas do BPN como, ao que julgo saber, por um outro banco, prestando o BPN um serviço real de administração em Portugal de um banco com sede em Angola, suponho.

Não tenho muita informação sobre isto, mas ouvi falar. Podia acontecer uma situação destas, tratar-se de uma correspondente e que, eventualmente, essas pessoas tivessem feito operações que não deveriam ter feito — não se sabia a quem pertencia.

Quem comunicou que pertencia à SLN foi, de facto, a administração do Sr. Dr. Vakil na SLN, não no BPN! Pelo BPN esta questão nunca passou, Sr. Deputado.

Não consigo explicar-lhe do ponto de vista jurídico, porque não fiz análise alguma. Mas, a partir dos elementos esparsos e sem ligação, de uma coisa ou outra que vou ouvindo, aparentemente, o Banco Insular pertencia à SLN. Se a SLN reconhece que a *holding*, cujo nome me escapa, pertencia à SLN e se ela, por sua vez, detinha a sociedade que, depois, detinha o Banco Insular, essa é uma dedução lógica. É jurídica, mas também lógica: «o dono do de cima é dono do de baixo»! Mas eu não tenho nenhuma informação, porque não me foi pedido qualquer parecer, nem passou pelo BPN.

Julgo que os administradores do BPN souberam apenas na última reunião de conselho do banco presidido pelo Dr. Vakil que a SLN tinha comunicado que o Banco Insular era da SLN.

O Sr. Deputado referiu-se ainda à conversa que o Sr. Dr. António Franco teve comigo. Em meados de Fevereiro, julgo que foram uns três ou quatro dias antes de o Dr. Oliveira Costa sair do Grupo, perguntei-lhe directamente (e ele respondeu-me directamente) o que referi há bocado, isto é, quem tratava e quem lhe dava instruções.

A questão era esta: dá instruções, mas de quem é? Ele não me disse a quem pertencia e eu fiquei por ali, sem mais.

Na conversa sobre as Contas Investimento, ele foi dizer-me que não teria dúvida alguma em esclarecer que quem não sabia era eu e o Dr. Vakil, e disse-o em relação às Contas Investimento. E disse ainda: «Também não terei problemas em dizer que você não sabia nada do Banco Insular».

A conversa foi nestes termos.

O Sr. João Semedo (BE): — Isso foi quando, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto: — Isso passou-se algures, em Maio de 2008.

Nessa altura, sei que havia equipas de trabalho que estavam a coligir informação para prestar ao Banco de Portugal. Falo nisto porque se questionou aqui o facto de o Dr. Vakil ser ou não colaborante. E ele disse-me que a preocupação primeira dele era fazer um levantamento exaustivo do que estava a passar-se e do que era preciso comunicar ao Banco de Portugal, e comunicar ao Banco de Portugal tudo o que tivesse de ser

comunicado. Ele disse-me isso. Mas, tirando essa conversa, em que estiveram presentes outros administradores, não tive mais nenhuma intervenção, porque não tinha como ajudar sequer!

Agora, que houve uma equipa de trabalho, isso soube-se que havia uma equipa de trabalho que estava a preparar informação para o Banco de Portugal. Se demorou mais, se demorou menos, não tenho explicação alguma para isso.

Sobre o Banco Insular, queria dizer o seguinte: fala-se muito aqui que o Banco de Portugal podia e devia saber, porque se fosse lá e entrasse no sistema via. Ora, devo dizer (esta é a minha opinião) que, à luz do que sei agora — e agora sabe-se muitas coisas —, o Banco de Portugal haveria de lá chegar, mas ia demorar ainda muito tempo.

Foi dito aqui que havia filtros ou, pelo menos, li nos jornais que havia filtros, e os filtros — imagino, não sei como isso se faz, porque não sou informático e, como disse, não tenho acesso ao sistema informático do banco — serviam para impedir que se visse tudo, porque há, de facto, vários perfis de acesso.

Na minha opinião, o Banco de Portugal não teria hipóteses de saber em concreto o que era o Banco Insular, julgo que o que saberia é que era um banco correspondente, porque não conseguia entrar no sistema informático, que estava em Cabo Verde, enquanto não lhe fosse dado... E se depois, em seis meses, alguém descobriu...

Eu apenas diria isto: se pusessem à frente dos técnicos do Banco de Portugal as quatro pessoas que, enfim, deram a informação e que, em seis horas, foi possível saber como é que funcionava, porventura, o Banco de Portugal (e eu sei que tem técnicos extremamente competentes) não precisaria de tanto tempo para também descobrir. O problema é que o

Banco de Portugal não teve as mesmas condições, e digo isto (é a minha opinião pessoal) à luz daquilo que eu sei hoje sobre a forma como funcionavam as coisas. De modo que, a meu ver, é uma injustiça muito grande acusar o Banco de Portugal de não saber, porque eu acho que não tinha hipóteses de saber.

Fico-me por aqui.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito obrigado, Sr. Dr. Armando Pinto.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Srs. Deputados, antes de dar por terminada a reunião, quero agradecer ao Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto os esclarecimentos que aqui nos trouxe.

Está encerrada a reunião.

*Eram 23 horas e 30 minutos.*